



# VIVA O COMUNISMO!

Numero 2 3  
Jul. - Agosto 1970

## Sumário

- página 2 "À esquerda de Cunhal" todos os gatos são pardos  
— 1ª Parte: Limitações e promessas no despontar de uma nova etapa do movimento revolucionário (de Janeiro de 1964 a Dezembro de 1965)
- página 3 Camarada Lenine
- página 29 Proletários de todos os países e povos oprimidos, uni-vos!  
Contra a guerra colonial, a guerra do povo!
- página 43 Palestina: um povo em luta
- página 56 Nota: os revisionistas soviéticos e os fascistas ibéricos apertam as mãos
- página 57 De Salazar a Marcelo: Três pontos na construção do fascismo português — uma polícia, uma administração, um partido

jornal teórico dos Comitês Comunistas Revolucionários  
Marxistas-Leninistas



# «À esquerda de Cunhal» todos os gatos são pardos

1ª Parte: Limitações e promessas no despontar de uma nova etapa do movimento revolucionário (de Janeiro de 1964 a Dezembro de 1965)

Um dos mais importantes aspectos da fase actual do movimento revolucionário português é o enorme surto que têm tido nos últimos anos jornais, panfletos, cadernos e diversas outras publicações que visam uma análise teórica da situação portuguesa e da luta de classes no nosso país. Esse movimento editorial, prosseguido quer clandestinamente no interior quer na emigração, é um sintoma muito significativo da evolução do nosso movimento revolucionário para uma fase superior de consciência política e, em alguns casos, que são evidentemente os mais importantes, é uma manifestação da clarificação teórica a que se tem procedido nas fileiras comunistas. Explicar não só a origem desta actividade teórica nova e intensa, mas das diversas correntes distintas ou opostas

que a compõem, é uma condição indispensável para se traçar, no presente, uma clara linha política comunista.

Ao pesquisarmos a história recente do nosso movimento revolucionário, onde mergulham as raízes das diversas tendências que hoje se organizam ou se esboçam, deparamos com os limites muito claros do que podemos chamar a primeira fase do novo movimento revolucionário português. Marcada pelo aparecimento, em Janeiro de 1964, da FAP (Frente de Acção Popular), e durante até Dezembro de 1965, mês em que é presa a quase totalidade dos dirigentes e dos militantes da FAP-CMLP (1), essa fase é dominada pela personalidade teórica de Francisco Martins Rodrigues "Campos", que melhor que nenhum outro diri

(cont. na pag. 7)



# GAMARADA

## LENINE

Há cem anos nasceu Vladimir Ilitch Ulianov, que tomou na luta clan destina o pseudónimo de Lenine, com que viria a ser conhecido e celebrado como o grande dirigente revolucionário da classe operária, das mas sas trabalhadoras e dos povos oprimidos do mundo inteiro. Preso, deportado, fugido para o exílio, perseguido pelos governos da burguesia que o obrigaram a emigrar de país para país, forçado à clandestinidade, objecto de atentados, objecto das calúnias incessantes e da raiva, do ódio sem limites dos democratas burgueses, dos fascistas e dos oportunistas social-democratas — foi esta a vida de Lenine, na sua longa luta pela formação do partido comunista russo, pela tomada do poder, pela construção da primeira ditadura do proletariado, na longa luta pela sociiedade comunista.

Morto Lenine, é com o mesmo ódio e a mesma raiva — com o desespero que provém da impotência — com que o haviam perseguido em vida, que as classes exploradoras tentam dar do grande revolucionário o retrato castrado e inofensivo de um santo de igreja. Hoje, os revisionistas e os oportunistas do movimento operário falam de Lenine como se fosse uma aberração da natureza, uma espécie de Messias providencial que o acaso fizera nascer e má-sorte fizera morrer, falam da sua luta como algo de misterioso que, como todos os mistérios, convém deixar na sombra, não desvendar... para esquecer. Há cem anos nasceu Lenine: ao dizê-lo, os revisionistas transformam-no num passado longínquo, extraordinário fenómeno que jamais se repetirá, e "elevam" o grande revolucionário às "glórias celestes", isto é, mandam-no para o outro mundo para poderem, cá na terra, prosseguir a sua actividade oportunista, traír a cada momento o marxismo-leninismo, juntar todas as forças para tentar embotar o seu gume revolucionário, para o tentar transformar, da arma de luta de classes que ele é, num instrumento de conciliação entre as classes, de subordinação do proletariado à burguesia — que os oportunistas que rem que ele seja. Não! Para nós, os comunistas revolucionários, Lenine é o grande dirigente da classe operária em luta, e não um produto extemporâneo e misterioso. Lenine pôde existir, Vladimir Ilitch pôde-se transformar no grande dirigente dos oprimidos e dos explorados do mundo inteiro, Vladimir Ilitch pôde-se transformar em Lenine, porque ele representava a força de uma classe operária em luta contra a burguesia,







AO DEIXAR-NOS, O CAMARADA LENINE RECOMENDOU QUE DEFENDÊSSEMOS A UNIDADE DO NOSSO PARTIDO COMO A MENINA DOS NOSSOS OLHOS. NÓS JURAMOS-TE, CAMARADA LENINE, QUE TAMBÉM NISTO CUMPRIREMOS COM HONRA ESSA VONTADE!

Dura e insuportável é a sorte da classe operária. Pesados são os sofrimentos que se abatem sobre os trabalhadores. Escravos e senhores, servos e senhores, camponeses e proprietários fundiários, operários e capitalistas, oprimidos e opressores — assim se edificou o mundo através dos séculos e assim permanece ele hoje na imensa maioria dos países. Dezenas e centenas de vezes, tentaram os trabalhadores, no decurso dos séculos, sacudir o jugo dos seus opressores e tornar-se senhores do seu destino. Mas, de cada vez, batidos e humilhados, tiveram de recuar, guardando no fundo do coração a ofensa e os vexames, a cólera e o desespero, e erguendo os olhos para um céu desconhecido, onde esperavam encontrar a libertação. As correntes da escravatura permaneciam intactas, ou eram substituídas por outras novas, tão pesadas e humilhantes como as anteriores. Só no nosso país é que as massas trabalhadoras oprimidas e esmagadas conseguiram derrubar o domínio dos grandes proprietários fundiários e dos capitalistas e substituí-lo pelo domínio dos operários e dos camponeses. Vós sabeis, camaradas — e o mundo inteiro reconhece-o hoje — que esta luta gigantesca foi dirigida pelo camarada Lenine e pelo seu Partido. A grandeza de Lenine reside, antes de mais, em ter mostrado de facto às massas oprimidas do mundo inteiro, ao criar a República dos Soviotes, que a esperança da libertação não está perdida, que o domínio dos proprietários fundiários e dos capitalistas não é eterno, que o reino do trabalho pode ser instituído pelos esforços dos próprios trabalhadores, e que é preciso instituir esse reino na terra e não no céu. Ele ateou assim, no coração dos operários e dos camponeses de todo o mundo, a esperança da libertação. É isto que explica que o nome de Lenine se tenha tornado o nome mais querido das massas trabalhadoras e exploradas.

AO DEIXAR-NOS, O CAMARADA LENINE RECOMENDOU QUE SALVAGUARDÁSSEMOS E FORTALECÊSSEMOS A DITADURA DO PROLETARIADO. NÓS JURAMOS-TE, CAMARADA LENINE, QUE NÃO POUPAREMOS AS NOSSAS FORÇAS PARA, NISTO TAMBÉM, CUMPRIRMOS COM HONRA ESSA VONTADE!

A ditadura do proletariado estabeleceu-se no nosso país com base na aliança dos operários e dos camponeses. É essa a base primeira e fundamental da República dos Soviotes. Os operários e os camponeses não teriam conseguido derrotar os capitalistas e os grandes proprietários fundiários se essa aliança não tivesse existido. Os operários não teriam conseguido derrotar os capitalistas se não tivessem tido o apoio dos camponeses. Os camponeses não teriam conseguido derrotar os grandes proprietários fundiários se não tivessem sido dirigidos pelos operários. É o que demonstra toda a história da guerra civil no nosso país. Mas a luta pelo fortalecimento da República dos Soviotes está longe de ter acabado; ela tomou somente uma forma nova. Anteriormente, a aliança dos operários e dos camponeses revestia a forma de uma aliança militar, porque era dirigida contra Koltchak e Denikine. Agora, a aliança dos operários e dos camponeses deve revestir a forma de uma colaboração económica entre a cidade e o campo, entre operários e camponeses, porque essa aliança é dirigida contra o comerciante e o camponês rico, porque ela destina-se ao abastecimento recíproco dos camponeses e dos operários em



todos os artigos necessários. Vós sabeis que ninguém prosseguiu esta tarefa com tanta perseverança como o camarada Lenine.

AO DEIXAR-NOS, O CAMARADA LENINE RECOMENDOU QUE CONSOLIDÁSSEMOS COM TODAS AS NOSSAS FORÇAS A ALIANÇA DOS OPERÁRIOS E DOS CAMPONESES. NÓS JURAMOS-TE, CAMARADA LENINE, QUE TAMBÉM NISTO CUMPRIREMOS COM HONRA ESSA VONTADE!

A segunda base da República dos Sovietes é a aliança dos trabalhadores das diversas nacionalidades que povoam o nosso país. Russos e Ucrânicos, Bachkirs e Bielorrussos, Georgianos e Azerbaidjaneses, Armênios e Daguestaneses, Tártaros e Kirguizes, Uzbeks e Turcomanos — todos estão da mesma forma empenhados na consolidação da ditadura do proletariado. Não é só a ditadura do proletariado a libertar esses povos das suas correntes e da opressão; também eles, pela sua absoluta dedicação à República dos Sovietes, pelo ardor com que se sacrificam por ela, a põem ao abrigo das intrigas e dos ataques dos inimigos da classe operária. Eis porque o camarada Lenine nos falava infatigavelmente da necessidade de uma aliança livremente consentida dos povos do nosso país, da necessidade da sua colaboração fraternal no quadro da União das Repúblicas.

AO DEIXAR-NOS, O CAMARADA LENINE RECOMENDOU QUE REFORÇÁSSEMOS E DESENVOLVÉSSEMOS A UNIÃO DAS REPÚBLICAS. NÓS JURAMOS-TE, CAMARADA LENINE, QUE TAMBÉM NISTO CUMPRIREMOS COM HONRA ESSA VONTADE!

A terceira base da ditadura do proletariado é o nosso Exército vermelho, a nossa Armada vermelha. Lenine repetiu-nos por mais de uma vez que as tréguas por nós arrancadas aos Estados capitalistas podiam ser de curta duração. Lenine indicou-nos por mais de uma vez que reforçar o Exército vermelho e aperfeiçoá-lo é uma das mais importantes tarefas do nosso Partido. Os acontecimentos ligados ao ultimatum de Curzon e à crise na Alemanha confirmaram uma vez mais que Lenine, como sempre, tinha razão. Juremos pois, camaradas, não poupar os nossos esforços para reforçar o nosso Exército vermelho, a nossa Armada vermelha!

O nosso país ergue-se, como uma rocha formidável, no meio do oceano dos Estados burgueses. Vagas tempestuosas abatem sobre ele, ameaçando submergi-lo e arrebatá-lo. Mas a rocha permanece inabalável. De onde lhe vem essa força? Somente de o nosso país se fundar sobre a aliança dos operários e dos camponeses, de personificar a aliança das nacionalidades livres, de ser defendido pelo braço poderoso do Exército e da Armada vermelhas. O que faz a força do nosso país, o seu vigor, a sua solidiez, é a profunda simpatia e o apoio constante que encontra no coração dos operários e dos camponeses do mundo inteiro. Os operários e os camponeses do mundo inteiro querem salvaguardar a República dos Sovietes, flecha lançada no campo inimigo pela mão certa do camarada Lenine, base da esperança de se libertarem da opressão e da exploração, farol seguro que lhes indica a via da libertação. Querem salvaguardá-la, e não permitirão que os proprietários fundiários e os capitalistas a destruam. É essa a nossa força. É essa a força dos trabalhadores de todos os países. É essa também a fraqueza da burguesia do mundo inteiro.

Lenine nunca viu a República dos Sovietes como um fim em si. Viu-a sempre como um elo indispensável para reforçar o movimento revolucionário nos países do Ocidente e do Oriente, como um elo indispensável para facilitar a vitória dos trabalhadores do mundo inteiro sobre o Capital.



Lenine sabia que só uma tal concepção era justa, não só do ponto de vista internacional, mas também do ponto de vista da salvaguarda da própria República dos Sovietes. Lenine sabia que era esse o único meio de inflamar o coração dos trabalhadores do mundo inteiro para as batalhas decisivas da sua libertação. Eis porque Lenine, o mais genial dos chefes geniais do proletariado, firmou, logo após a instauração da ditadura do proletariado, os fundamentos da Internacional dos operários. Eis porque ele nem um só momento deixou de desenvolver e reforçar a união dos trabalhadores do mundo inteiro, a Internacional comunista.

Vistes nestes últimos dias, a romagem de dezenas e de centenas de milhares de trabalhadores que vieram saudar os restos mortais do camarada Lenine. Daqui a algum tempo, vereis a romagem ao seu túmulo dos representantes de milhões de trabalhadores. Podeis estar certos de que após esses representantes de milhões de trabalhadores, afluirão de todos os pontos do mundo os representantes de dezenas e de centenas de milhões de homens que testemunharão que Lenine foi o chefe não só do proletariado russo, não só dos operários da Europa, não só dos trabalhadores do Oriente colonial, mas também de toda a humanidade laboriosa do globo.

AO DEIXAR-NOS, O CAMARADA LENINE RECOMENDOU-NOS A FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS DA INTERNACIONAL COMUNISTA. NÓS JURAMOS-TE, CAMARADA LENINE, QUE NÃO POUPAREMOS A NOSSA VIDA PARA REFORÇAR E DESENVOLVER A UNIÃO DOS TRABALHADORES DO MUNDO INTEIRO, A INTERNACIONAL COMUNISTA!

#### "A ESQUERDA DE CUNHAL" TODOS OS GATOS SÃO PARDOS (continuação)

gente da altura incarnou as limitações e as promessas do novo surto revolucionário. Por isso, não é de espantar que o seu nome apareça tantas vezes citado no artigo que se segue, como resumindo, nos seus escritos e na sua actividade, o pensamento e a acção de toda uma corrente política.

Preso em fins de 1965, e tendo traído na cadeia, o nome de Campos só interessa hoje à história do movimento revolucionário português. É porque essa história não pode ser feita sem um estudo atento e pormenorizado da sua obra que o seu nome e os seus escritos vão ser tan

tas vezes referidos. Que fique bem assente, portanto, que estamos muito longe de preparar o terreno para a "reabilitação" de uma personalidade cujo papel no movimento revolucionário terminou no preciso momento em que se converteu num traidor.

Temos consciência também de que a publicação de um artigo fraccionado por diversos números de um jornal, cujo carácter clandestino lhe não assegura regularidade na divulgação, não é o ideal para o leitor. No entanto, existem assuntos sobre os quais se tem acumulado o peso de disparates e concepções erradas, e cuja análise é forçosamente longa. Preferimos, por isso, os riscos (hipotéticos) de



uma leitura irregular, aos riscos (seguros) de um artigo condensado, mas infrutífero ou pouco esclarecedor.

### PROBLEMAS QUE LEVANTA A "LUTA ARMADA" COMO PONTO DE DEMARCAÇÃO

No início de um dos seus mais conhecidos artigos, diz Francisco Martins àcerca da situação nova em que se passaram a encontrar os dirigentes revisionistas: "...hoje, pela primeira vez, Cunhal luta pù blicamente e sem reservas, não contra a direita mas contra a esquerda..." (2). Mas, qual é essa "esquerda"? Que significa ela e quem a constitui? Que a caracteriza?

Essa corrente teria certamente características múltiplas, mas que se exprimiam num ponto determinado, precisamente aquele considerado como o fundamental, o mais importante nas circunstâncias da época. Assim, a determinação do ponto fundamental em que Francisco Martins e os restantes dirigentes revolucionários de 1964-5 estabeleciam a demarcação entre a "esquerda de Cunhal" e os revisionistas assume grande importância. Esse ponto subentende uma determinada análise da realidade e um determinado tipo de resposta aos problemas que se consideram.

Não nos oferece dúvidas que para Campos e para todo o secretariado da FAP-CMLP, e muito verosimilmente para todos os militantes revolucionários da altura, o ponto fundamental de demarcação entre a "esquerda de Cunhal" e os dirigentes revisionistas era a questão da luta armada.

No seu último documento elaborado no interior do partido revisionista, Campos considera três pontos de cisão: "Tendências e concepções que se têm vindo a manifestar há anos no seio do Partido sob a forma de críticas a aspectos parce

lares da actividade do Comité central, apareceram desta vez relacionadas entre si, o que permitiu confrontar com certo rigor duas linhas divergentes e localizar as divergências essenciais em torno de três questões: a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; a direcção proletária da nossa revolução e a política de unidade nacional anti-fascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo" (3). Não será difícil ver que a primeira destas questões é a determinante. Efectivamente, o segundo ponto consiste na análise da luta de classes no nosso país, análise donde decorre a questão do partido e o modo de entender tal questão; no decorrer deste artigo veremos como Campos considera este problema sob um ponto de vista errado, subordinando o problema do partido ao problema da luta armada. Quanto ao terceiro ponto, ele só deixa de ser uma tomada de posição abstracta quando concretizado num movimento revolucionário nacional; por isso, ele reporta aos outros dois pontos. Noutros passos do mesmo documento e em outros documentos, aparece ainda mais bem expresso o carácter de demarcação fundamental entre Álvaro Cunhal e o movimento "à esquerda" deste, atribuido por Campos à questão da luta armada. É assim que, um pouco mais à frente, se diz: "O traço característico da nova fase de luta em Portugal é o aparecimento da acção armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante em relação a todas as outras" (4). Ou ainda: "Desde há três anos entrámos no período histórico do derrubamento da ditadura e do triunfo da revolução democrática. Este período, que se pode prolongar por alguns anos, caracteriza-se pelo papel cada vez mais determnante que nele desempenharão os cho



ques armados entre as forças da revolução e as forças da ditadura, preparando o levantamento das massas, a insurreição popular" (5). É ainda a luta armada que nos aparece como ponto fundamental do programa da FAP: "Preparar e desencadear a insurreição popular é o objectivo imediato da Frente de Acção Popular" (6). Quatro meses mais tarde, o primeiro documento do CMLP (que na altura se chamava sòmente "Comité marxista-leninista 'Revolução Popular'", numa clara confissão dos seus objectivos limitadamente editoriais) abria, dizendo: "O movimento revolucionário português ...aproxima-se da tarefa da insurreição contra a ditadura fascista de Salazar" (7). E repetia, um pouco mais adiante: "Na época actual, em que perante o movimento revolucionário se coloca a tarefa da preparação da insurreição anti-fascista..." (8). Podíamos prosseguir durante muitas páginas este trabalho de recolha de citações, visto que em todos os documentos da FAP-CMLP se encontra múltiplas vezes expressa esta questão. Mas pensamos que as linhas atrás transcritas deixam claramente demonstrado o papel fundamental que era atribuído à luta armada na caracterização da corrente "à esquerda de Cunhal".

A luta armada como ponto de demarcação entre revisionistas e revolucionários pode prestar-se a diversas interpretações, e a interpretações profundamente incorrectas. Na realidade, um dos pontos em que os marxistas-leninistas se distinguem e se opõem aos revisionistas é a questão da luta armada. Em primeiro lugar, procedendo a uma análise da luta de classes, do carácter da burguesia e das características do Estado burguês, nós concluimos que a burguesia jamais cederá pacificamente o poder; por isso, afastamos todas as ilusões quanto à possibilidade de transformação pa

cífica e suave da ditadura da burguesia em ditadura do proletariado. Em segundo lugar, nós pretendemos que a luta armada seja uma verdadeira luta popular, que aumente a experiência política de todos os trabalhadores e que estabeleça efectivamente a ditadura do proletariado; nisto nos distinguimos dos castristas, como nos distinguimos dos blanquistas do século XIX (9), que tanto uns como outros querem substituir a luta armada das massas trabalhadoras pela acção violenta de um punhado de heróis isolados.

Que concluir daqui? Que os comunistas consideram a luta armada não como um fim "em si", mas como uma táctica que tem de ser empregue no decurso do processo revolucionário. O momento em que se deve empregar essa táctica, contra quem a dirigir, que características lhe dar, etc. — tudo isso é consequência do método por que analisamos a questão, e esse método é que é determinante. Dizer que a demarcação entre comunistas e revisionistas se estabelece fundamentalmente pela questão da luta armada é deslocar o problema, porque a demarcação estabelece-se pelo reconhecimento, ou não, do carácter científico do marxismo. Ora bem: se estivermos num momento do processo revolucionário em que a luta armada deva passar à ordem do dia e em que os revisionistas, imbuídos de reformismo, se neguem a usá-la, ou procurem formas incorrectas de luta armada, separada das massas — nessa altura o problema da luta armada passa para o primeiro plano, mas nunca é ele a determinante da questão. Determinante é o método pelo qual se concluiu haver chegado a fase do desencadear da luta armada, pelo qual se determinaram inimigos e aliados e se estabeleceram as características e as formas da violência.

Mas se se procedeu a uma errada análise da realidade, proclamando



-se a luta armada na ordem do dia sem que ela efectivamente o estivesse, então a luta armada deixa de ser justificada pela realidade, deixa de estar ligada à realidade e, portanto, surge como uma imposição anti-científica, como um dogma abstracto. Neste caso, a luta armada, que não foi fruto da análise da realidade segundo o método materialista-dialético, é considerada "em si", e em vez de ser dado, ao método o valor determinante, esse valor determinante é dado à luta armada.

Não é impunemente que se desloca um conceito, pretendendo aplicá-lo quando ele não tem razão de ser. Nesse caso, o conceito perde a sua correcção, que lhe vinha exclusivamente da sua ligação aos problemas reais, e transforma-se num conceito incorrecto. Não há conceitos certos, mal aplicados. A correcção ou incorrecção de um conceito vem da sua boa ou má aplicação, e não da "boa vontade" do seu autor, nem do fraseado "revolucionário" com que se encubra.

Portanto, é preciso ver se Campos e os dirigentes revolucionários da sua época, ao considerarem como tarefa prioritária a luta armada e ao centrarem aí as divergências com os revisionistas de Cunhal, procediam a uma correcta análise da situação portuguesa. Só estudando o contexto em que era empregado o conceito de luta armada e descobrindo os motivos que levavam a empregá-lo é que podemos apreender o significado exacto, para Campos, desse conceito, e a sua correcção ou incorrecção. É vício comum dos dogmáticos e dos oportunistas limitarem-se a comparar abstractamente diversos conceitos, previamente isolados das realidades que lhes deram origem e que eles pretendem exprimir. Assimilando deste modo uma concepção correcta, porque de acordo com uma dada situação, a uma outra que é

apresentada de modo formalmente idêntico, mas que efectivamente diz respeito a uma situação muito diferente — os revisionistas prosseguem uma actividade contra-revolucionária citando ao mesmo tempo os clássicos comunistas e "justificando-se" com eles.

E podemos desde já ver que, se Campos centra no problema da luta armada as divergências entre Cunhal e o movimento "à esquerda" deste, a análise da realidade que originou tal concepção, ao dar-nos a chave para a interpretação do aspecto que Campos considerava essencial no problema, permite-nos entender: a) não só o significado da luta armada para Campos, e a sua correcção ou incorrecção, b) mas as próprias características dessa "esquerda" de Cunhal.

#### TENTEMOS COLOCAR A TEORIA DE CAMPOS NO CONTEXTO QUE LHE DEU ORIGEM, E QUE ELA EXPRIME

Vamos portanto proceder a uma análise do esquema em que se processava a luta de classes em Portugal em todo o período que vai do pós-guerra até há alguns anos (10). No que respeita ao proletariado, a sua posição na luta de classes obedecia às imposições da "política de unidade", isto é, a política de subordinação dos interesses da classe operária aos interesses da burguesia liberal, prosseguida pelos dirigentes do partido revisionista, e que tinha a expressão orgânica numa plataforma de aliança entre o partido de Cunhal e as diversas organizações ou tendências burguesas liberais, em que estas últimas mantinham a hegemonia.

A hegemonia da burguesia liberal sobre o proletariado através da máquina ideológica e orgânica do partido revisionista não tinha uma expressão linear. Essa hegemonia pode-se dividir, a traços gerais, em duas fases.



Numa primeira fase, a burguesia liberal contrai uma estreita aliança com os revisionistas, impelindo a classe operária para formas de agitação cada vez mais violentas, mas dentro de moldes teóricos e práticos burgueses. Essa agitação não tem como base teórica a luta da classe operária contra a classe burguesa, mas um anti-fascismo estreito e limitado. Portanto, essa agitação não tem como finalidade prática a conquista do poder pela classe operária, a destruição do aparelho de Estado da burguesia e a sua substituição pela ditadura do proletariado, mas simplesmente possibilitar à burguesia liberal uma maior participação nos lucros da classe burguesa, através do acesso ao aparelho governamental; isto é, no final de contas, permitir que a burguesia liberal explore mais ainda a força de trabalho do proletariado.

Numa segunda fase, jogando com um movimento operário dia a dia mais violento e com as concessões que um fascismo receoso promete, a burguesia liberal abandona as massas trabalhadoras e contrai com o fascismo os termos de uma plataforma. Simultaneamente, protege a sua retaguarda das investidas da classe operária que, vendo-se traída pela burguesia liberal, lança contra ela o ódio e a violência, agora redobrados, e que até aí tinham sido canalizados exclusivamente contra os governantes fascistas. Essa protecção da retaguarda faz-se não quebrando a aliança com os revisionistas e dando-lhes a entender que, se mantiverem as massas em respeito, poderão beneficiar de certas regalias que o fascismo, por intermédio da burguesia liberal, aceda em conceder. É este o ponto crítico em que a classe operária e as massas trabalhadoras se erguem, dispostas a arrasar não só o fascismo, como a burguesia liberal e os próprios dirigentes revisionistas.

Esse ponto crítico repetiu-se por diversas vezes na história do nosso movimento operário, porque ele é uma parte integrante, inseparável, do processo político resultante da hegemonia exercida pela burguesia liberal sobre a classe operária. Mas a última das vezes em que esse ponto crítico se deu, em 1961-2 (11), ele assumiu um aspecto qualitativamente diferente dos anteriores. A evolução económica do capitalismo português, com o processo de industrialização devido à guerra imperialista de 1939-45, tinha criado um proletariado mais concentrado, mais demarcado, como classe, da pequena-burguesia, o que lhe possibilitava portanto, objectivamente, a assimilação de uma expressão teórica independente das ideologias burguesas e pequeno-burguesas e, logo, uma política independente da política burguesa. Os acontecimentos de 1961-2 foram o arranque necessário para permitir a assimilação, ao nível do teórico, e a expressão, ao nível do político, dessa base objectiva nova. Suficientemente concentrada para possibilitar a sua condução pela teoria marxista, a classe operária teve, nos acontecimentos de 1961-2, um relance da luta de classes que lhe deu uma particular lucidez quanto à identidade dos interesses fundamentais da burguesia liberal e da burguesia fascista, e quanto ao papel de agentes da burguesia no seio do movimento operário assumido pelos revisionistas.

Mas é fundamental não esquecer que esse relance de lucidez não se processou no terreno da luta independente da classe operária. E a expressão política desse facto foi a inexistência de um verdadeiro partido comunista que conduzisse tal luta sob a hegemonia do proletariado. Esse relance de lucidez processou-se no terreno da luta da burguesia liberal. Foi uma reacção das massas trabalhadoras ao verem-se logradas pela burguesia liberal, que faz par



te ainda de um processo político que se desenrola sob a hegemonia da burguesia liberal. Hegemonia teórica: porque embora reagindo contra um anti-fascismo estreito, nem o proletariado, nem a sua vanguarda, têm consciência clara de como processar um corte radical com a ideologia burguesa liberal e pequeno-burguesa. Hegemonia teórica, ainda, quanto aos objectivos do movimento: embora a classe operária perceba a estreiteza de palavras -de-ordem puramente anti-fascistas, ela não formula claramente a sua luta, como classe operária, contra a classe burguesa.

Como consequência desta hegemonia teórica, temos a hegemonia orgânica: a classe operária continua dominada pela organização revisionista, isto é, continua organizada numa agência da burguesia liberal. A criação de uma organização comunista seria o fruto de um corte teórico radical, por parte dos elementos mais conscientes da vanguarda revolucionária, com a ideologia burguesa, e a condição para conduzir nesse sentido a vanguarda operária. Ora, ainda sob a hegemonia orgânica da burguesia liberal, mesmo os elementos da classe operária que entenderam o papel conciliador e reformista do partido de Cunhal, e que se levantaram contra ele, recusando seguir-lhe as directivas e abandonando-o, mesmo esses não tiveram consciência clara da necessidade de manter a hegemonia orgânica do proletariado através da criação de um verdadeiro partido revolucionário e muito menos tiveram consciência das características fundamentais desse partido revolucionário.

Por fim, hegemonia da burguesia liberal quanto à tática empregue, quanto às acções programadas: ao lançar as massas trabalhadoras em manifestações ou acções mais ou menos violentas contra o fascismo, a burguesia liberal não pretendia,

evidentemente, derrubar o aparelho de Estado burguês, mas somente pressionar os governantes. Por isso, as acções que propõe são de molde somente a pressionar o governo fascista para que este ceda às pretensões da burguesia liberal. Ora, a revolta do proletariado contra o logro da "política de unidade" exprimiu-se, não na preparação de uma violência revolucionária de massas, orientada por uma política comunista, mas em continuar o mesmo tipo de acção a que a burguesia liberal tinha incitado durante a primeira fase da "política de unidade". Prosseguir tais acções constituía, evidentemente, um risco para a burguesia liberal no seu jogo político com os governantes. Mas é preciso ter bem claro que esse risco provinha do facto de o prosseguimento de tais acções poder pôr em causa concessões que a burguesia liberal estava em vias de obter do fascismo, e não de essas acções poderem desmantelar o aparelho de Estado burguês. Para a burguesia liberal, o perigo consistia em passar da primeira à segunda fase da sua tática "de unidade" sem conseguir travar acções que, para ela, só tinham interesse na primeira fase. Mas, para o proletariado, essas acções nunca poderiam ser eficazes na luta pela destruição do aparelho de Estado burguês, porque elas haviam sido criadas sob a hegemonia da burguesia liberal, porque eram a expressão, no campo tático, dessa hegemonia da burguesia liberal.

Assim, ao dizer que o movimento operário chegara à fase superior da violência, ao dizer que a tarefa principal, no imediato, era o desencadear da luta armada, Campos está ainda dentro do terreno da luta da burguesia liberal; ele está ainda dentro do processo da "política de unidade" e, portanto, sob a hegemonia da burguesia liberal; ele não faz mais do que exprimir esse sentimento de revolta das massas traba



lhadoras contra o logro da "unidade", revolta que caracteriza sempre a segunda fase dessa "política de unidade". Esse crescendo de violência que, segundo Campos, determinaria a passagem imediata à fase da luta armada, não resulta de um hipotético crescimento da luta independente da classe operária, mas sim da evolução interna necessária de um processo em que é a burguesia liberal a manter a hegemonia. Mas em 1961-2 a classe operária, já com um elevado grau de concentração, estava, objectivamente, numa fase qualitativamente diferente. Por isso, essa revolta contra o logro da "unidade" — de que Campos foi o melhor teórico —, se se processou num terreno dependente ainda da burguesia liberal, permite a passagem para um terreno onde é o proletariado a manter a hegemonia e a garantir a sua iniciativa. E é por isso que Francisco Martins "Campos", o último dos grandes teóricos revolucionários portugueses a estar ainda sob o domínio da "política de unidade", é já o primeiro deles a possibilitar a passagem da classe operária a uma política independente. Não é outro o motivo do papel de charneira desempenhado por Campos, que será analisado no fim deste artigo. E é por isso que Campos, que deu uma expressão teórica una às confusas correntes "à esquerda de Cunhal", é o núcleo onde vão hoje entroncar todas as tendências radicais pequeno-burguesas que se pretendem "revolucionárias" — mas também, é importante não esquecer, a própria corrente comunista marxista-leninista.

\*  
\* \* \*

Vejamos mais concretamente os aspectos que temos vindo a referir, através da análise dos textos da FAP-CMLP até Dezembro de 1965, data da prisão da quase totalidade dos seus dirigentes e quadros no

interior.

"A agitação, o descontentamento e a revolta que têm vindo alastrando a largas massas do povo nos últimos anos" diz-se na Declaração de Princípios da FAP, "fizeram surgir uma forte corrente de iniciativa popular: por toda a parte se discute a situação política, por toda a parte se formam grupos, se procuram novos caminhos e novas formas de luta. Este espírito novo de iniciativa e autonomia é em si mesmo uma condenação de velhas tendências..." (12). Era este "descontentamento", este "espírito novo", que levava Campos a escrever, um mês antes, que "as forças revolucionárias e as forças contra-revolucionárias encontram-se hoje alinhadas frente a frente e fazem os últimos preparativos para a grande batalha..." (13). Seria uma nova etapa do movimento revolucionário português, em que a luta armada teria passado para o primeiro plano e em que desencadeá-la era a tarefa urgente, imediata. Tal situação seria o conjunto de três factores: as guerras de libertação dos povos coloniais; a passagem do movimento a uma etapa superior, à luta armada; e a separação do movimento anti-fascista em duas correntes, a mais importante das quais se orientava no sentido da insurreição armada (14).

Mas como considerava Campos esta evolução do movimento operário até à sua etapa superior? "...o nosso movimento operário democrático tem caminhado invariavelmente para reivindicações sempre mais avançadas e para formas de luta mais extremas ao longo destes 20 anos: das comissões e exposições à greve económica e à manifestação económica; da exposição política legal à manifestação política 'eleitoral' e desta à manifestação política puramente ilegal; da greve política à acção armada" (15). No entanto, para que estes sete estádios fossem etapas de uma evolução, para que pertencessem



sem a um mesmo processo, seria necessário terem uma origem comum, o que não acontece: a luta económica da classe operária, que para Campos constitui as duas primeiras etapas desta evolução, é inerente ao próprio processo de produção capitalista. A luta económica da classe operária, enquanto tal, processa-se sempre no campo da economia capitalista, sem a contestar. Quanto às exposições políticas legais, às manifestações políticas "eleitorais" ou ilegais, à greve política, ao longo dos vinte anos a que Campos se refere, elas fizeram parte integrante da "política de unidade", foram acções, ou promovidas directamente pela burguesia liberal, ou promovidas pela burguesia liberal através dos revisionistas, mas sempre sob a hegemonia burguesa liberal. Quanto à acção armada, com que Campos coroa esta "evolução" e que constitui para ele a prova dos nove da sua análise, trata-se do golpe de Beja, a 1 de Janeiro de 1962. Mas Beja não foi uma acção conduzida pelos comunistas, em que a classe operária mantivesse a sua hegemonia e assegurasse a sua iniciativa. Desencadeada e dirigida por políticos da pequena-burguesia radical, e dominada ideológica e praticamente pela burguesia liberal, Beja não foi o primeiro exemplo de uma série de acções de tipo novo, mas a derradeira acção de um género na altura já moribundo, e hoje morto e enterrado: os golpes militares pequeno-burgueses, levados a cabo por oficiais com a colaboração de alguns paisanos (antes da segunda guerra chamava-se-lhes, pitorescamente, "revolucionários civis"), e que caracterizaram toda a I República e a oposição republicana durante os primeiros tempos da ditadura fascista. Na linhagem dos pronunciamentos militares que se sucederam em todo o século passado sob o nome pomposo de "revoluções", estes golpes são caracterís-

ticos de um país pré-industrial, em que uma máquina burocrática altamente parasitária atinge um desenvolvimento desproporcionado em comparação com os efectivos da classe burguesa, e em que diversos grupos ou sectores da burguesia se degladiam, geralmente com mais barulho do que sangue, para dominar o aparelho governamental e burocrático (16). Estes golpes, muito longe de visarem a destruição do Estado burguês, visam pelo contrário assegurar ao sector que os promove os benefícios que, num país pobre, o aproveitamento parasitário do aparelho estatal garante. A evolução económica do capitalismo português, alterando as condições sociais em que se processa a luta de classes, transformou este tipo de golpes em peças de museu. Apontá-los como a linha futura das acções do proletariado, é estar amarrado a um passado morto e ver ao mesmo tempo esboçar-se no futuro a nova etapa do movimento operário.

Por conseguinte, ao inscrever a luta armada na ordem do dia do movimento operário, Campos procede a um jogo de prestidigitação, que assenta em dois equívocos: em primeiro lugar, não caracterizar como burguesa, isto é, como defendendo em última análise os interesses da burguesia e como processando-se sob a hegemonia da burguesia liberal, a luta política da classe operária dominada pela "unidade" e a progressão dessa luta política. Em segundo lugar, considerar o golpe de Beja como a cúpula de um processo que le varia directamente ao imediato desencadear da luta armada popular, em vez de o considerar como o derradeiro exemplo de um tipo de golpes pequeno-burgueses. É nestas duas peças que assenta a coerência da construção. Vejamos, por isso, como elas são consideradas nos textos de Campos e dos outros dirigentes da época.

O período do MUD (17) é um exemplo hoje clássico de subordinação



da classe operária aos interesses da burguesia liberal. Durante esse período do nosso movimento revolucionário, o proletariado conduziu uma luta que foi, efectivamente, política, mas política burguesa, por que dominada ideológica e tática mente pela burguesia liberal, e orgânicamente também, por intermédio do partido revisionista. Sobre este assunto diz Campos, numa das diversas vezes em que analisou esta fase da história do movimento revolucionário português: "...de 1945 a 1949, embora a luta económica continue a ter papel de grande importância no movimento, dando lugar a formas superiores (concentrações, greves), o centro de gravidade do movimento desloca-se para a luta política e o movimento toma outra amplitude: é o período do MUD e das 'eleições'. Contudo, devemos notar que este grande movimento político de massas tem ainda uma envergadura limitada, tanto pelas suas reivindicações em grande medida dominadas pela burguesia liberal, as suas reivindicações são limitadas (eleições livres, amnistia), as formas de luta mais elevadas são as manifestações pacíficas de rua. Em 1949, este ciclo do movimento encerra-se porque a burguesia anti-fascista não tinha outras reivindicações e outras formas de luta mais avançadas para lhe oferecer e porque o nosso Partido não soube encontrar então em si as forças para tentar conduzi-lo a formas superiores" (18). Embora aparentemente Campos pareça criticar o papel da burguesia liberal e da "política de unidade", ele não efectua um corte radical com ela e encontra-se ainda no seu terreno, foge ao verdadeiro fulcro da questão, porque o importante é determinar claramente o carácter burguês da luta política conduzida, determinar se ela é dirigida pelos comunistas, ou pela burguesia liberal. E determinar claramente, sem rebuços, que só uma lu

ta política comunista, orientada pela teoria comunista, dirigida pelo partido comunista e prosseguindo fins práticos comunistas pode defender os interesses do proletariado. Mas não é isso que Campos faz. Ele não via, não podia ver, que na segunda fase da "política de unidade" o proletariado continuava a sofrer a hegemonia da burguesia liberal, que essa revolta das massas trabalhadoras fazia parte integrante da "unidade" e não saía do campo desta. "De todas as vezes que, no passado, o movimento popular se emancipou da tutela da burguesia e tomou uma envergadura revolucionária (1944-1947, 1958-1959, 1961-1962)..." diz a "Revolução Popular" nº 1 (19). Como é que o movimento operário se emancipou da tutela da burguesia, se esta manteve o seu domínio ideológico e orgânico sobre o proletariado? Ou considera-se "emancipação" o facto de a classe operária se lançar na luta frontal, na rua, em defesa dos interesses da burguesia liberal? Mas não é isso utilizar as massas trabalhadoras só como "força de choque da luta anti-fascista", expressões que, dizia o próprio Campos algumas linhas antes, "lançada em 1956 pelos dirigentes oportunistas declarados, é extremamente significativa"? (20). Esta mesma contradição entre um movimento que se pretende "revolucionário" e a constatação de que ele é dominado pela burguesia liberal, que mantém a hegemonia em todo o processo, é flagrante num dos últimos textos publicados pela FAP. Sobre a movimentação eleitoral de 1958, dominada pela burguesia liberal através do general Delgado e com o apoio activo dos dirigentes revisionistas, diz-se: "Foi só em 1958 que se desenharam os primeiros ensaios de aproveitamento sério das 'eleições' ... Mas o homem que, na ausência de dirigentes revolucionários, tomava a direcção do movimento de massas, era um conservador: a sua tática visava, como



não poderia deixar de ser, ao golpe militar, e 1958 terminou numa derrota semelhante à de 1949" (21). Os movimentos seriam revolucionários, só não triunfando porque a sua direcção o não era. O que nos leva a perguntar como é que um movimento revolucionário pode aceitar uma direcção reaccionária, como é que um movimento pode ser revolucionário, "na ausência de dirigentes revolucionários"? Pois não é a direcção de um movimento que sintetiza as características deste? Se não, que misteriosos factos nos podem levar a considerar "revolucionário" um movimento cuja direcção é reaccionária, o que significa, que é dirigido num sentido reaccionário?

Esta indeterminação dos objectivos do movimento operário durante a segunda fase da "política de unidade", em que se critica a burguesia liberal por ter traído os interesses das massas trabalhadoras, mas em que não se aponta claramente o caminho, o terreno e os meios para prosseguir uma política proletária coerente, é, pois, um dos dois estratagemas indispensáveis à construção teórica de Campos, e que lhe permitem, sem sair do terreno das suas limitações, inventar a coerência que lhe falta na realidade.

A segunda dessas peças do jogo é, como dissemos, a conversão do golpe de Beja em prelúdio da luta armada popular. Ao longo da literatura da FAP-CMLP durante os dois anos que aqui consideramos, são frequentes as alusões ao caso de Beja. No entanto, em lado algum as afirmações feitas a este respeito são acompanhadas por uma análise que as justifique. "Em 1 de Janeiro de 1962" diz Francisco Martins, "o movimento de massas atinge pela primeira vez o seu desenvolvimento na luta armada; a acção de Beja, dominada superiormente por forças conservadoras e seguindo por este

facto uma concepção táctica golpista, nem por isso exprime menos a revolta do proletariado..." (22). Algumas páginas mais à frente, repete: "Em 1 de Janeiro de 1962 vemos a primeira acção armada do povo contra a ditadura, que, à falta de uma direcção proletária e revolucionária, cai sob a direcção de revolucionários burgueses e se concretiza numa tentativa golpista, forçosamente fracassada; isto não chega contudo para diminuir a sua importância de acção armada contra a ditadura" (23). Temos uma acção para a qual, apesar de ser considerada "revolucionária", faltam dirigentes revolucionários, e foi esta lacuna (ocasional?) que a levou a "caír" sob a alçada da burguesia. Curiosa "queda", esta, assim apresentada sem explicação quando era precisamente ela que era necessário explicar. Curioso movimento "revolucionário", que não produz dirigentes revolucionários! Curioso movimento "revolucionário", que pode cair nas mãos de dirigentes reaccionários "não chegando isto contudo para diminuir a sua importância de acção armada contra a ditadura"!... Seria por "em 1 de Janeiro de 1962, duas dezenas de operários membros do Partido terem pegado em armas ... sob a direcção de revolucionários burgueses" (24) que o movimento foi proletário? Mas o que caracteriza um movimento? É a sua direcção, as finalidades que prossegue e os interesses que defende, ou a classe social a que pertencem alguns dos seus elementos? Se assim fosse, difícil seria encontrar hoje um movimento que não se pudesse intitular "proletário" por contar operários entre os seus membros, difícil seria encontrar uma organização, uma tendência, um jornal ou até um governo que não se pudesse vangloriar de ser "proletário" por possuir um dirigente, um redactor ou um ministro saído da classe operária.



Aqui, como no caso anterior, os dirigentes da FAP-CMLP encontram-se impossibilitados, pelo próprio contexto histórico em que teorizam e actuam, de ultrapassar os limites dessa sublevação da classe operária contra a burguesia liberal e os revisionistas, sublevação que contém em si o nascer de uma nova etapa do movimento operário português, em que o proletariado deterá a hegemonia na luta, mas sublevação que se processa ainda no terreno da "política de unidade". Neste contexto, as causas do erro de visão de Campos sobre o golpe de Beja são claras. "...a primeira tentativa de acção armada dos últimos anos" diz ele não muito tempo antes da sua prisão, "só não tendo ido mais longe por falta de uma direcção revolucionária" (25). Acção pequeno-burguesa, de que nem a ideologia nem os fins escapavam à tutela política da burguesia, ela possibilitava a uma vanguarda revolucionária a tentativa desesperada de empregar contra o aparelho de Estado burguês um processo de violência desencadeado pela burguesia liberal, mas que não podia ultrapassar os limites do terreno desta. E precisamente porque o terreno é ainda o da burguesia liberal, nem Campos nem os restantes dirigentes revolucionários se podem aperceber de que o golpe de Beja é, na realidade, uma acção burguesa. Eles podem entender a identidade de interesses fundamentais entre a burguesia liberal e os fascistas. Podem entender o papel dos revisionistas como agentes da burguesia no movimento operário. Mas as causas dessa lucidez são exactamente as mesmas que as da sua miopia. Expressão de um proletariado possuindo já uma base objectiva que lhe irá permitir a assimilação da teoria revolucionária, e em revolta contra os efeitos da "política de unidade", a teoria de Campos exprime todas as promessas dessa rebelião, dentro das limitações des

ses efeitos. Desta forma, Campos não pode fugir a um modo "unitário" de encarar a violência. Essa é a confissão implícita, embora inconsciente, da sua posição real no processo da luta de classes: a violência que ele aponta como sendo a do proletariado é ainda a da burguesia. "...actualmente todos os grupos falam de insurreição e a linha ultra-opportunista do 'afastamento pacífico de Salazar' caiu no ridículo e teve de ser rejeitada a partir de 1960; esta foi uma primeira vitória do movimento popular", diz-se na "Revolução Popular" nº 1 (26). Pois considerar "vitória popular" uma táctica que a burguesia usa e dirige, com o fim de arrancar concessões aos governantes fascistas, não é confundir os interesses do proletariado com os da burguesia? Essa confusão tivera já uma expressão orgânica no desejo inicialmente manifestado de colaborar com a FPLN, organismo que representava a plataforma de aliança estabelecida entre as correntes da burguesia liberal, os dirigentes revisionistas, e alguns políticos pequeno-burgueses (27).

E mesmo quando se constata a existência de divergências quanto às concepções e ao método da violência a empregar, quer ainda mal expressas (28), quer melhor expressas (29) — isso passa-se sempre dentro do âmbito dos efeitos da "política de unidade", porque nem Campos nem os restantes dirigentes foram capazes de colocar de uma forma teoricamente correcta o conceito comunista de violência. Ao apontar a luta armada como a tarefa imediata do movimento operário, quando isso não era mais que o esforço desesperado por prolongar acções violentas desencadeadas pela burguesia liberal, e cujo carácter era determinado por esse radicalismo burguês — Campos anunciava uma directiva sem conteúdo real, um conceito desligado da realidade e, portanto, abs



tracto, dogmático, sem possibilidade de programa que o fizesse passar à prática. É por isso que se pode assistir ao extraordinário espectáculo de ver uma tarefa considerada como a principal, a imediata, e sobre a qual nada se especifica, nada de concreto se diz. Ao longo de toda a imprensa da época, não há uma única referência à questão das acções armadas que não passe de uma abstracção inútil ou de uma palavra-de-ordem vazia de conteúdo. Um programa concreto para as levar a cabo, uma definição dos objectivos prioritários a serem visados por essas acções armadas, uma explicação do papel orgânico que cabia aos grupos encarregados de as realizar — tudo isso, que seria afinal o essencial se a luta armada estivesse, efectivamente, na ordem do dia, pode ser procurado em vão no fruto de dois anos de actividade editorial da FAP-CMLP (30). Tal como o "levantamento nacional" dos revisionistas, também as acções armadas da FAP permaneciam letra morta de programas nebulosos. Uma, como outra, eram a expressão no movimento operário da hegemonia da burguesia liberal, e não o arranque de uma violência revolucionária dos trabalhadores, em direcção ao comunismo.

#### A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA COMO EXPRESSÃO CONCRETA DE UMA LINHA POLÍTICA

Errado ou certo, o método por que se analisa uma situação é o mesmo por que se propõem as tarefas futuras. E, assim, a concepção de partido implícita na análise reproduz-se na programação do trabalho, perpetuando os vícios dessa análise e dando-lhes uma forma concreta.

Ao considerar como fases sucessivas de um mesmo processo de evolução, devendo-se portanto a uma mesma causa comum, as reivindicações e lutas sindicais do movimento ope-

rário, e as acções políticas mais ou menos violentas efectuadas sob a hegemonia da burguesia liberal e incluídas nos planos ou nos efeitos da "política de unidade", Campos admite implicitamente que o movimento operário possa progredir das formas inferiores para as formas superiores espontaneamente, isto é, sem ser guiado pela teoria comunista nem dirigido por um verdadeiro partido comunista, expressões teórica e orgânica da hegemonia do proletariado no processo revolucionário. A análise de Campos fôra espontaneísta por admitir que o movimento operário possa caminhar em direcção ao comunismo sem ascender teoricamente, ou que possa ascender teoricamente sem ser pela acção de um partido comunista revolucionário. Fôra espontaneísta por admitir que a teoria comunista nascia automaticamente com o "acumular" de experiências sindicais do operariado, forçosamente restritas à esfera das relações entre operários e patrões, em vez de considerar que a teoria comunista só poderia ser produzida de fora desse movimento operário, no domínio "das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si" (Lenine, "Que Fazer?"). Fôra espontaneísta por admitir que a teoria comunista pudesse penetrar na classe operária e guiá-la sem ser através da organização comunista. Considerar a consciência política comunista como consequência automática da "acumulação de experiências" do movimento operário, em vez de a considerar como o fruto da divulgação organizada da teoria científica do comunismo, através da organização comunista que, em estreita ligação com todas as lutas, as integra numa visão teórica marxista, dirigindo-as assim para etapas e formas superiores — eis a principal consequência da errada análise de Campos, que se vai converter na caracte-



terística essencial da sua concepção de partido.

Lemos no editorial do primeiro número da "Revolução Popular": "Durante muitos anos, o carácter oportunista e pequeno-burguês desta linha não estava claro para os militantes comunistas porque a classe operária não acumulara ainda experiências suficientes para se emancipar da tutela ideológica burguesa" (31). A elevação da vanguarda da classe operária até um nível superior de consciência teórica, até ao corte radical com a ideologia burguesa, até se emancipar da tutela dessa ideologia, tudo isto — que constitui a razão de ser da necessidade do partido comunista — a classe operária tê-lo-ia obtido "acumulando experiências". E mesmo depois de, com a devida vénia, Campos verificar o atraso ideológico do movimento operário português, o que significa: o seu atraso em relação ao único factor de onde lhe podia vir a consciência comunista, argumenta com o "instinto" para inventar aquela consciência teórica que falta ao nosso movimento operário mas que, para os dirigentes revolucionários da época, era necessário darem por existente para poderem justificar a luta armada como tarefa imediata e a elevação espontânea às formas superiores de luta de uma classe operária que não era conduzida por um verdadeiro partido comunista: "A vanguarda proletária portuguesa tem, sem dúvida, uma cultura política muito baixa; mas 37 anos ininterruptos de opressão fascista, do grande capital e do imperialismo aguçaram o seu espírito revolucionário e a sua vigilância contra o oportunismo, em quem reconhece a missão de desarmar ideologicamente o proletariado para o pôr ao serviço da burguesia... os comunistas portugueses apercebem-se quase por instinto do carácter pobre das divagações revisionistas..." (32).

Seria esse acumular de experiências, esse instinto aguçado e vigilante — tudo, afinal, menos a única causa possível, menos um partido comunista! — que teria levado à "emancipação definitiva do movimento revolucionário popular da tutela ideológica e política do radicalismo burguês" (33). E, deste modo, se a sua consciência política tinha alcançado um nível superior, se estava definitivamente liberta do domínio ideológico da burguesia, então bastava à classe operária lançar-se na luta armada para colher uma vitória cujos elementos as sucessivas experiências tinham acumulado ao longo dos anos. O espontaneísmo dos dirigentes revolucionários de 1964-5 era o alibi necessário para dar uma cobertura ideológica ao dogma da luta armada, imposto abstractamente como tarefa imediata do movimento revolucionário, e não deduzido da realidade por uma análise científica desta.

É certo que Campos nunca deixou de falar da necessidade de uma luta ideológica contra o revisionismo. Mas o problema é, em primeiro lugar: a derrota do revisionismo depende ou não de se ter conduzido contra ele uma correcta luta teórica? E a necessidade de conduzir uma luta teórica implica ou não como necessária a existência de uma organização comunista, isto é, pode-se admitir uma luta teórica comunista sem uma organização comunista que a conduza? Em segundo lugar, quais as características dessa luta teórica? Luta teórica é a luta de umas contra outras concepções. O sentido de uma determinada luta teórica depende do significado das concepções que se debatem. Falar da luta teórica de Campos contra o revisionismo de Cunhal, sem definir previamente qual o significado e as características da teoria elaborada por Campos, é falar, não da luta ideológica de Campos contra os dirigentes do partido revisionista, mas da lu



ta ideológica "em abstracto" e portanto, para o caso, não falar de coisa nenhuma! Querer resolver os problemas escudando-se nas confusões de Campos e do movimento revolucionário da altura, é perpetuar essas confusões e esses erros, sem nada resolver.

Assim, não é de espantar que quando Campos enuncie, especificando-os e concretizando-os, os resultados obtidos pelo movimento operário através do simples acumular das suas experiências, esses resultados não ultrapassem um nível limitado, o único que, por si, podiam alcançar. Eles não caracterizam a assimilação da teoria comunista pela vanguarda operária, mas a chegada a um grau de consciência, ou de inconsciência, limitadamente sindical, e que portanto pode ser aproveitado, como o foi e tem sido, pela burguesia para os seus fins. Na Declaração de Princípios da FAP, ao se afirmar: "sim, o povo está preparado para a insurreição", apontam-se três razões que justificariam esta elevação da consciência política da vanguarda revolucionária a um nível superior, e que se podem sintetizar como se segue. Em primeiro lugar, o povo sabe já que não pode obter "um nível de vida humano" sem derrubar o fascismo. Em segundo lugar, sabe que o governo não pode ser derrubado por meios pacíficos e legais, mas somente pela força. Em terceiro lugar, "ele aprendeu que a liberdade não lhe será concedida por ninguém, que terá de sair dos sacrifícios e da iniciativa popular" (34). Mas a consciência destes três pontos, consciência que a classe operária portuguesa efectivamente possui, poderá definir uma consciência política avançada? Vejamos. Quanto à primeira questão, a obtenção de um "nível de vida humano", isto é, a conquista de um aumento de salários, não contesta sequer, como é sabido, a organização económica capitalista, e pode até inte-

ressar determinados sectores da grande indústria em expansão, que se vê na necessidade de aumentar o poder de compra dos trabalhadores, elevando para isso os salários em moldes e ritmos perfeitamente controláveis pela burguesia. A vontade de obter um "nível de vida humano" não implica a assimilação de uma consciência comunista, porque não põe em questão a conquista pelo proletariado do poder político nem a socialização dos meios de produção. Igualmente o derrubar do governo por meios violentos é um ponto que se pode incluir no programa da esmagadora maioria dos grupos políticos pequeno-burgueses ou burgueses radicais. Vimos já como a constatação do emprego da violência e da necessidade desse emprego não identifica, por si, nenhuma linha política. O uso da violência é uma consequência necessária da luta de classes, e não há nenhum grupo, nenhum partido, nenhuma tendência, qualquer que seja a classe que represente ou a ideologia com que se cubra, que não tenha de recorrer à violência sempre que se colocar diante de si a necessidade de a empregar, e isto independentemente de incluir ou não no seu programa o uso da violência, ou mesmo de o negar expressamente. Na actualidade, a consciência da necessidade de empregar a violência, isolada da concepção de que é necessário derrubar o aparelho de Estado da burguesia, impôr a ditadura da classe operária e proceder à transformação socialista da economia — é uma consciência limitadamente burguesa, como não podia deixar de ser, visto ter sido originada, não pela divulgação organizada da teoria comunista (única forma de garantir a hegemonia do proletariado no movimento revolucionário), mas pela experiência limitada de um movimento operário actuando sob a hegemonia da burguesia liberal. Quanto ao terceiro ponto, o seu valor e o seu significado são determinados pelos



outros dois, visto que implica a definição do que se entende por hegemonia do proletariado e da concepção que se tem de organização.

É esta contradição fundamental entre um movimento operário que Campos pretende ter chegado a um grau superior de consciência política, e a ausência de um verdadeiro partido comunista, única arma que poderia dar ao movimento essa consciência política, que leva Campos a oscilar frequentemente e a entrar em flagrantes contradições quando trata da definição dos efeitos do revisionismo no partido de Cunhal. Vejamos um exemplo bastante sugestivo. Falando sobre a linha ultra-oportunista seguida pelo partido revisionista nos anos de 1956-9, diz Francisco Martins: "...o facto de o oportunismo ter triunfado de uma forma tão escandalosa e quase sem encontrar resistência, revelava que o Partido não estava efectivamente apetrechado com uma linha marxista-leninista...". Mas, páginas antes, no mesmo artigo, diz-se que "em 1954 ...o oportunismo não encontrava terreno favorável entre nós" (35). Estranha solidez política, essa, que em 1954 impedia o oportunismo de encontrar terreno favorável e que, dois anos mais tarde, não lhe oferecia práticamente resistência. A verdade é que os dirigentes revolucionários da época tinham de empregar grandes habilidades para "resolverem" dentro dos seus próprios termos a contradição entre um movimento operário que pretendem consciente e a inexistência de um verdadeiro partido comunista, única arma que poderia forjar essa consciência. E quando os próprios factos os obrigam a reconhecer "a resistência débil e insegura que a classe operária está opondo à ofensiva do capital na frente económica", como é explicada essa situação? Atribuem-na "em certa medida ao embate de milhares de camponeses que nos últimos anos têm estado a entrar nas fábricas e

que fazem lentamente a sua aprendizagem das formas de organização e resistência operária na empresa" (36) — o que é um modo de iludir a questão, parecendo "resolvê-la" com uma linguagem "de classe" e raciocínios pseudo-dialéticos. Efectivamente, durante muito tempo o proletariado português permaneceu estretamente ligado à pequena-burguesia, nomeadamente às camadas camponesas, o que teve consequências ideológicas profundas que ainda hoje se fazem sentir. Isto foi resultado do grande atraso no arranque e no desenvolvimento da indústria capitalista no nosso país. Mas não é deste problema histórico que a "Acção Popular" fala, mas sim de uma questão actual. Ora, é sabido que a entrada nas fileiras do proletariado de elementos oriundos de outras classes é um factor de desorganização do movimento operário, mas essa entrada é constante, e portanto esse factor tem um efeito permanente. Seria preciso provar que essa entrada fôra, "nos últimos anos", de longe superior ao usual, para se lhe atribuírem responsabilidades nessa resistência débil e insegura. Seria preciso ainda provar que os sectores em que essa resistência foi mais débil tinham sido precisamente aqueles com uma maior percentagem de recém-proletarizados. A "Acção Popular" não o fez, como não o poderia fazer. Porque a única finalidade destes seus raciocínios é a de tentar solucionar a contradição sem sair do terreno dela, admitir que o movimento operário chegou a um nível superior sem existir um partido comunista revolucionário, e atribuir as fraquezas evidentes, inegáveis, desse movimento revolucionário, a causas secundárias ou irreais, que permitiam não ver que sem um partido comunista o movimento é forçosamente débil, e que só deixará de o ser guiado pela organização comunista revolucionária.

O carácter da organização que os



~~ganização que os~~ dirigentes da altura se propunham criar aparece assim claramente determinado: se o movimento pudera ascender às formas superiores de consciência revolucionária sem um verdadeiro partido comunista, então a razão de ser da nova organização não era outra senão a nova tarefa agora indicada como prioritária: a luta armada.

Por isso, lermos os múltiplos textos da época em que se fala de organização, em que se apela para a consolidação da organização, em que se tecem considerações sobre problemas organizacionais, sem ao mesmo tempo analisar o que entendiam esses dirigentes por organização, que significado lhe davam e que papel lhe atribuíam, é sermos enredados nas contradições desses dirigentes, em vez de entendermos tais contradições e criarmos a base de um partido comunista revolucionário. Para o secretariado da FAP-CMLP, a necessidade da nova organização fôra consequência da alegada necessidade de passar às formas superiores da violência revolucionária. O partido aparece assim, fundamentalmente, na estreita dependência de uma determinada função específica (a luta armada), e não como constituindo, acima de tudo, o veículo e o organizador da teoria comunista no movimento operário. A luta armada deixa portanto de ser uma das formas de luta, cuja necessidade imprescindível e os moldes e circunstâncias de utilização são determinados pela análise teórica da realidade, e converte-se na justificação do partido, passando a constituir à sua razão de ser. Esta dependência absoluta do partido em relação ao conceito de luta armada faz com que, na prática, a organização se constitua como uma central técnica dessa luta armada.

Só assim poderemos entender correctamente os textos publicados na época sobre problemas organizacionais. E mesmo quando Campos diz:

"Precisaremos de combater ... toda a tendência para reduzir o Partido a um aparelho militar, quando o aparelho militar deve ser uma parte do Partido, rigorosamente controlada por ele" (37) -- isto não resolve a questão, porque não altera a concepção do partido como constituindo essencialmente uma central da luta armada. Na realidade, que os militantes armados e as organizações que eles compõem sejam rigorosamente controlados pelo partido, isto não modifica o contexto em que Campos e os restantes dirigentes da FAP-CMLP entendem a questão: que a razão de ser do partido é a luta armada, em vez de se considerar a luta armada como uma via imposta pela razão de ser do partido. E é precisamente este o fulcro do problema.

A análise fora espontaneísta, considerando-se que o movimento operário evoluíra por si até às formas superiores da consciência política. O programa é espontaneísta — a organização resume-se, no fundo, a desencadear a luta armada acompanhando essa actividade com a edição de textos comunistas. E seria essa luta armada — e não um persistente trabalho organizacional de divulgação da teoria, estreitamente ligado à prática quotidiana de integração em todas as lutas, de direcção de todas as lutas — que provocaria nos revolucionários a assimilação do método materialista-dialéctico e a obtenção de uma consciência política comunista.

Um aspecto importante dessa errada concepção de partido, e que hoje em dia é sempre menosprezado nas análises (raras) sobre essa época, é a dependência em que a nova organização se encontrava em relação ao partido revisionista. Os dirigentes revolucionários de 1964-5 eram obrigados a considerar que, se a evolução espontânea do movimento operário o levava a formas superiores de consciência política, então a luta armada, passo seguinte dessa "evolu



ção natural", fá-lo-ia entender automaticamente a nova literatura comunista, consolidando a sua consciência política. Eles não criaram uma verdadeira organização comunista, não sentiram a necessidade nem tiveram a possibilidade de a criar, porque estavam ainda num terreno em que era a burguesia liberal a deter a hegemonia, e não tinham portanto a possibilidade de pensar e criar as condições orgânicas que exprimissem a hegemonia da classe operária e garantissem a iniciativa política desta. Campos e os restantes dirigentes revolucionários são obrigados a substituir essa organização comunista cuja criação não podem pensar, pela organização revisionista existente, esperando que os militantes do partido de Cunhal, com a magia de uma luta armada a desencadear e a atracção espontânea (o "instinto"... ) pelas edições teóricas, se sublevem, expulsem os dirigentes reformistas e sigam os novos dirigentes revolucionários. Este processo resultou, na prática, numa certa dependência táctica, orgânica e ideológica em que os dirigentes revolucionários e a FAP-CMLP se encontraram em relação ao partido revisionista. "...o Comité revelou certa subestimação da urgência de pôr em pé um partido marxista-leninista e uma tendência de expectativa em face da evolução interna do Partido Comunista" (38), diz-se nas conclusões de uma reunião de elementos revolucionários efectuada em fins de 1964. Mas é precisamente nessa "expectativa" que se permanece e é ela que inspira não só as próprias conclusões da referida reunião, como também todo o extenso artigo da "Revolução Popular" nº3 dedicado aos problemas organizacionais (39). É essa expectativa que leva os dirigentes da FAP-CMLP a dizerem muito claramente em Abril de 1965: "Pela nossa parte, trabalharemos por elevar realmente o nível ideológico de todo o Partido porque

sabemos que disso depende (sublinha do nosso) a derrota da direcção reformista e a reconstituição dum partido marxista-leninista em Portugal" (40).

Os múltiplos apelos dos dirigentes de então para se incentivar o trabalho orgânico, as diversas decisões de reuniões nesse sentido, não tentaram resolver o erro, mas somente obviar-lhe aos inconvenientes, permanecendo no seu campo. É por isso que esses apelos e decisões se limitam a frases abstractas ou a convites à espontaneidade. Os dirigentes revolucionários de 1964-5, assim como não podiam dar um conteúdo concreto à luta armada que dogmáticamente programavam, não podiam também, sem terem efectuado um corte radical com a ideologia burguesa sob cuja hegemonia se encontravam ainda, estabelecer um programa concreto para uma organização cuja base fundamental não teorizavam claramente. Vão-se repetindo os apelos, ao longo da actividade da FAP-CMLP. É na "Acção Popular" e na "Revolução Popular" de Janeiro de 1965, na "Revolução Popular" de Março desse ano, na de Abril. Nesta última, diz-se: "Animados pelo nosso exemplo, outros comités se estão formando, e em breve um Partido Comunista estará montado..." (41). Mas o "exemplo" não prescinde de um trabalho organizacional concreto e persistente, e dado que este não existia, entregue o crescimento da organização à espontaneidade de apelos impressos e de uma luta armada prometida mas inviável, a FAP-CMLP, que tão depressa tinha crescido, animada pela esperança de um movimento revolucionário pujante da sua revolta, vê-se em breve defrontada com as tradições que a viciavam desde a origem e incapaz de resistir aos golpes da repressão. Face ao início do descalabro, os seus dirigentes, impossibilitados de ver que são os próprios fundamentos das suas concepções que estão em jogo, cegos pe



rante os avisos palpáveis, perante a sucessão de derrotas, atribuem a situação a "tombos em que poderemos 'aleijar-nos' mais ou menos, mas que serão sempre inevitáveis" (42).

Alguns pseudo-marxistas, oportunistas de primeira apanha, incapazes de analisar o verdadeiro significado do conceito de organização para os dirigentes da FAP-CMLP, porque incapazes eles próprios de possuir um correcto conceito de organização, tomam estes repetidos apelos como uma correcção formal da linha política defendida por Campos, que entraria em flagrante e misteriosa contradição com a prática prosseguida. Cria-se assim o mito de dirigentes com uma teoria sem mácula e com uma prática inteiramente desastrosa. Para que serviria então uma teoria correcta, senão para originar uma prática acertada, e como poderia uma prática errada ser fruto de uma teoria certa? Na realidade, estes apelos à construção da organização não estão em contradição com a política prosseguida, mas em inteira ligação com ela. São apelos à construção de uma organização cuja razão de ser é atribuída a um conceito dogmático de luta armada, e não à necessidade de estabelecer a ligação organizada da teoria comunista com o movimento operário. Aqueles que hoje defendem a linha teórica de Campos, considerando-a inteiramente correcta e dizendo que só a sua aplicação à prática teria estado errada, querem fazer crer que dentro das limitações que constituem a teoria de Campos pode haver lugar para outra prática que não a que ele prosseguiu. Arvorando-se em edição melhorada da FAP-CMLP, esses elementos, permanecendo no mesmo campo ideológico dos dirigentes revolucionários de 1964-5, estão irremediavelmente condenados a prosseguir os mesmos erros. Pior. Porque em 1964-5 tínhamos uma linha revolucionária e, se ela encarnava as limitações do movimento de então,

assumia plenamente todas as suas promessas e o seu futuro. Mas hoje a situação mudou. Completou-se aquela evolução que a teoria de Campos via já começada mas cujos elementos fundamentais não apreendia ainda. E pretender, no contexto actual, executar a linha da FAP-CMLP, é a imitação caricatural de "discípulos" degenerados. "Hegel notou algures que todos os grandes acontecimentos e personagens históricos se repetem por assim dizer uma segunda vez. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda vez como farsa" — escreve Marx, a abrir uma obra célebre.

\*  
\* \*

O confronto com a repressão fascista foi a prova dos nove da linha de Campos. Depois da derrocada da FAP-CMLP tornou-se patente que essa movimentação "à esquerda de Cunhal" era na realidade múltipla, constituída por diversas tendências com interesses divergentes, ou opostos. Nos artigos que se seguirão veremos como essas diversas correntes tentaram, depois de 1966, diversas linhas, mas todas elas significando as diversas possibilidades de, permanecendo no erro, tentar evitar os seus desastres.

E veremos também o surgir, as lutas, as hesitações e as vitórias da corrente comunista.

No entanto, para entendermos este processo, para compreendermos como uns e outros se filiam objectivamente em Campos e como se reclamam conscientemente dessa herança, como se pretendem, todos eles, (e todos nós), seus continuadores — teremos de ver o papel de charneira desempenhado por Campos na alvorada de uma nova era do movimento revolucionário português.



## O DUPLO PAPEL DA TEORIA DE CAMPOS

Alvorada que foi também, é claro, o fim da era anterior. Na duplicidade de dessa posição reside a origem do papel de charneira de Campos. Esse papel tem de se determinar no próprio terreno da limitação da visão de Francisco Martins Rodrigues.

Campos foi o melhor representante da segunda fase da "política de unidade", aquela em que a classe operária, lograda pela burguesia liberal e pelos seus agentes revisionistas, tenta continuar e dirigir contra eles um processo desenhado e programado sob a hegemonia da burguesia liberal, e cujas formas, moldes, ideologia e táticas nunca poderão constituir uma luta comunista, porque estão ainda marcados com o cunho desse radicalismo burguês. Assim, é o próprio contexto em que a sua teoria se inscreveu que permite a Campos a visão de três pontos fundamentais.

O primeiro desses pontos é a existência de um processo de luta de classes no seio da "política de unidade" e o papel nele desempenhado pelos revisionistas. Portanto, à aliança com a burguesia liberal, base política essencial (e finalidade política máxima) do revisionismo de Alvaro Cunhal, Campos substituiu, teoricamente, a necessidade da aliança operário-camponesa, base da hegemonia do proletariado no processo revolucionário, e garantia da sua iniciativa política.

O grau de consciência teórica que Campos atingiu, e a necessidade de fundamentar teoricamente a sua cisão com os revisionistas, levaram a tentar pesquisar no movimento revolucionário português os fios que haviam conduzido à sua tomada de posição e o processo por que o movimento revolucionário fora elaborando expressões teóricas cada vez

mais conscientes. Levaram-no a tentar descobrir a sua própria história, através do seu próprio método histórico. Campos lançou assim as bases que permitem hoje uma ruptura decisiva com a linearidade que até agora os teóricos pequeno-burgueses têm estabelecido entre o processo revolucionário burguês e o processo revolucionário proletário, e que os levava a identificar os fins por que a burguesia liberal lutava com os fins por que lutavam os comunistas, reduzindo o comunismo a um mero humanismo burguês e limitando as divergências a uma questão de meios. Foi este o segundo ponto fundamental para que Campos rasgou o caminho.

O terceiro ponto foi fruto da tentativa de demarcar os objectivos revolucionários próprios do proletariado, o que o levou a atribuir uma importância fundamental ao estudo da realidade, e a considerar a obra dos clássicos do marxismo como um produto do estudo da realidade e como um exemplo modelar de aplicação do método materialista-dialético a esse estudo. Desta forma, Campos erigiu-se veementemente contra todos aqueles que consideravam a obra dos grandes teóricos comunistas como uma compilação de dogmas mumificados a impôr a martelo à realidade.

São estes os pontos fundamentais que permitem a passagem teórica a uma nova etapa do movimento revolucionário português. A limitação da visão de Campos, causa simultânea da sua cegueira e da sua lucidez, significa que a sua teoria está ainda no terreno da "política de unidade" e sob o domínio da ideologia burguesa, e é este o aspecto dominante da teoria e da prática da FAP-CMLP. A rápida evolução da luta de classes permite-nos e obriga-nos a conduzir a crítica a Campos a partir das próprias posições de Campos. Mas é unicamente graças à agudização das suas contradições que podemos hoje ver-lhes a existência



e, compreendendo-lhes as origens, entendermo-las claramente no presente.

#### NOTAS

(1) A FAP (Frente de Acção Popular) foi uma organização de características unitárias, isto é, englobando diversas correntes revolucionárias, fundada em Janeiro de 1964 por vários elementos revolucionários dissidentes do partido revisionista. O CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) foi criado em Abril de 1964, existindo inicialmente sob o nome de "Comité marxista-leninista 'Revolução Popular'". Seria, em princípio, uma organização autónoma da FAP, e destinada a enquadrar exclusivamente quadros comunistas. Na realidade, como se verá no decorrer deste artigo, o CMLP estava dominado ideológica e orgânicamente pela FAP. Ao contrário da FAP, que se extinguiu nos princípios de 1966, o CMLP prossegue hoje a sua actividade, embora o processo de degenerescência que sofreu e continua a sofrer lhe tivesse dado outras características. Mas este fenómeno será objecto de artigos seguintes.

(2) "Revolução Popular" nº 3, Março de 1965, pag. 13

(3) "Luta pacífica e luta armada no nosso movimento", Dezembro de 1963, pag. 1

(4) Idem, pag. 2

(5) id., pag. 3

(6) "O caminho da insurreição anti-fascista e da liberdade", 1 de Janeiro de 1964, pag. 8

(7) "Declaração do Comité marxista-leninista 'Revolução Popular'", Abril de 1964, pag. 1

(8) id., pag. 2

(9) Louis-Auguste Blanqui foi um grande dirigente revolucionário francês, comunista utópico, nascido em 1805 e morto em 1881. Praticamente metade da sua vida de militante, passou-a na prisão. Criticando as concepções dos blanquistas, escreveu Marx: "Educados na escola da conspiração, ligados pela estreita disciplina que lhes é própria, partiam da ideia de que um número relativamente pequeno de homens resolutos e bem organizados era capaz, chegado o momento, não só de se apoderar do poder, mas também, desenvolvendo uma grande energia e audácia, conservá-lo o tempo suficiente para conseguir arrastar na Revolução a massa do povo e uní-la em volta do pequeno grupo dirigente" ("Comunicação ao conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil em França em 1871", 1871).

(10) Nos últimos anos, o desenvolvimento económico português, colocando à burguesia novas necessidades políticas, introduziu certas alterações nas relações entre o governo fascista e a burguesia liberal. Não é altura de tratarmos este assunto, que aliás já foi referido noutros pontos deste jornal. De qualquer forma, essa nova política de alianças do governo fascista não alterou o esquema do processo da "política de unidade" que seguidamente se descreve, modificando-lhe somente alguns intervenien



tes e contribuindo objectivamente para minar o peso dessa política sobre a classe operária.

(11) Em 1961-2, se os sintomas da traição da burguesia liberal e dos revisionistas não eram ainda muito claros para as massas, eles eram já evidentes para a vanguarda mais politizada da classe operária, e nomeadamente para os dirigentes dessa vanguarda. É isso que, para o caso, importa considerar.

(12) "O caminho da insurreição...", pag. 14

(13) "Luta pacífica...", pag. 1

(14) id., pags. 2-3

(15) id., pag. 6

(16) Oliveira Martins, o nosso único historiador dialético, cujo pensamento antecipou uma certa forma de ideologia fascista, escrevia, nos finais do século passado: "Portugal achava-se, pois, forçado a substituir por um comunismo burocrático o extinto comunismo monástico. Durante a guerra (as lutas dos liberais contra os absolutistas, em 1832-4), a Nação fora um exército; agora, licenciadas as tropas e suprimidos os soldados, de que viveriam os soldados? É verdade que o Governo podia ter feito como se fazia outrora em Roma; mas a distribuição das terras conquistadas não podia ter lugar, porque os capitães queriam-nas para si, por grosso. Força era portanto optar por outra saída; e qual, senão a dos empregos públicos?" Esta situação deu origem a uma enorme instabilidade do regime burguês, cujos sectores lutavam perpétuamente entre si, sem que nenhum tivesse a força suficiente para se impôr aos outros. "O motivo de tal fraqueza está nas condições necessárias de uma sociedade no caso da nossa. Os debates e as lutas dão-se entre uma minoria mínima de 'políticos', advogados ou militares, com discursos ou correrias, fórmulas ou guerrilhas". E uma obra anónima da época diz, com uma lucidez a mais não poder ser: "...as guerras civis de Portugal são evidentemente as guerras dos empregos públicos" (ver Oliveira Martins, "Portugal Contemporâneo", ed. 1953, vol. II, pags. 226, 228-9, vol. III, pag. 135).

(17) MUD: "Movimento de Unidade Democrática", que durante a maior parte do período da "política de unidade" de 1944-9 constituiu a plataforma de aliança da burguesia liberal com o partido revisionista e com alguns grupos e correntes da pequena-burguesia, e em que a burguesia liberal mantinha a hegemonia.

(18) "Luta...", pag. 6. A redacção, embora pouco compreensível, está idêntica ao original.

(19) pag. 5

(20) id., pag. 4

(21) "Acção Popular" nº 5, Outubro de 1965, pag. 1, 1ª coluna

(22) "Luta...", pag. 2

(23) id., pag. 6

(24) id., pag. 24

(25) "Acção Popular" nº 5, pag. 1, 1ª coluna

(26) pag. 5

(27) ver "O caminho...", pag. 15

(28) "Esta situação da crise final da ditadura deu lugar a que se tenha alcançado um largo acordo entre as forças anti-fascistas portuguesas quanto à necessidade de derrubar a ditadura de Salazar pela força das ar



mas para instaurar a democracia em Portugal. Este acordo é favorável mas por detrás dele existem divergências profundas que não podem ser ignoradas..." ("O caminho...", pag. 6).

(29) "O desenvolvimento da luta nacional anti-fascista deu lugar a que, hoje, a diferença de interesses e de objectivos entre as diversas classes que lutam pelo derrubamento da ditadura fascista se manifeste em formas de luta essencialmente diferentes" (id., pag. 9). "Cada corrente tem a sua opinião sobre o regime que deve suceder à ditadura e cada uma tem, portanto, a sua linha táctica, divergente das outras, mesmo para a acção imediata" ("Acção Popular" nº 5, pag. 2, 1ª coluna).

(30) Para quem quiser conferir, eis as principais indicações a este respeito, por ordem cronológica de publicação: "Luta...", pags. 20, 21; "O caminho...", pag. 9; "Trabalhadores de Lisboa", verso; "Revolução Popular" nº 1, pag. 5, 2ª coluna; "Acção Popular" nº 2, Outubro de 1964, pag. 6, 2ª coluna; "Acção Popular" nº 3, Janeiro de 1965, pags. 1-3; "Revolução Popular" nº 2, Janeiro de 1965, pag. 10; "Acção Popular" nº 4, Maio de 1965, pag. 8, 2ª coluna; "Acção Popular" nº 5, pag. 2, 3ª coluna.

(31) pag. 2, 1ª coluna

(32) id., pag. 7, 1ª coluna

(33) id., id., 2ª coluna

(34) "O caminho...", pags. 6-8

(35) "Revolução Popular" nº 1, pags. 7 e 4

(36) "Acção Popular" nº 3, pag. 8

(37) "Luta...", pag. 22

(38) "Revolução Popular" nº 2, pag. 4

(39) pags. 3-12, artigo "O marxismo-leninismo é uma bússula para a acção"

(40) "Revolução Popular" nº 4, pag. 8

(41) id., pag. 3. E, pela derradeira vez, na última carta que a Direcção no interior escreve à organização do exterior, se repete o refrão: "Verificámos numa reunião recente do organismo dirigente que as dificuldades e exigências práticas do dia-a-dia nos podem levar a uma certa forma de oportunismo, deixando sempre para segundo plano as tarefas que não se impõem com tanta agudeza no plano táctico, mas que estrategicamente são as principais, como é o caso do Partido" (em "As futuras tarefas do Comité Marxista-Leninista Português", Junho de 1966).

(42) "Revolução Popular" nº 6, pag. 36

\* \* \*

Nos próximos artigos estudaremos a evolução do CMLP de 1966 até agora e a constituição dos diversos grupos políticos novos, quer os que reivindicam a linha marxista-leninista, quer os que passaram para outros campos: trotskista ou, até, anarquista.



# PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES E POVOS OPRIMIDOS, UNÍ-VOS!

## CONTRA A GUERRA COLONIAL A GUERRA DO POVO!

### O INIMIGO É O MESMO

Quem é que explora diàriamente os milhões de trabalhadores portugueses fazendo-os trabalhar de sol a sol nos campos ardentes do Alentejo e nas colinas íngremes do Douro, nas cadeias de montagem que impõem ritmos de trabalho infernais, nos andaimes assassinos sem protecções ou nas traineiras que não voltam em dia de tempestade?

Quem possui os latifúndios do Alentejo e as vinhas do Douro, as máquinas e os armazéns, as serras e as picaretas, os barcos e as redes?

Quem é que à semana, à quinzena ou ao mês paga salários de miséria aos trabalhadores, roubando-os de seguida e diàriamente nos bilhetes de comboio e autocarro, nas rendas

de casa, na carne e no peixe?

Quem possui os instrumentos de produção e os faz multiplicar-se à custa do trabalho dos proletários; e quem paga aos produtores um salário inferior ao trabalho por eles executado, arrecadando essa diferença, aumentando a sua riqueza e o seu poder através da apropriação dessa mais-valia (1)?

Quem é que, quando os trabalhadores se revoltam e a cólera rebenta nas fábricas e nos campos, envia a sua polícia, a sua guarda e os seus pides matraquear, assassinar, prender os revoltosos?

Quem é senão a burguesia portuguesa, unida estreitamente à burguesia internacional; quem é senão o capitalismo, sistema baseado na exploração do homem pelo homem?

Quem é que às colónias de Ango



la e Moçambique, Guiné e Cabo Verde, S. Tomé e Timor (2), vai buscar as matérias primas, o algodão e o sisal, o café e o cacau, o ferro e o cobre, o ouro e os diamantes, que depois transforma nas suas fábricas e vende já transformadas a essas mesmas colónias, arrecadando os lucos nos seus bancos, aumentando assim o seu poderio?

Quem organiza verdadeiros batalhões de centenas e milhares de negros para trabalhos forçados nas minas e estradas, nas fazendas e roças; quem cria a legislação em que se baseia esta exploração desenfreada pelo sistema do "contrato" (3), o qual separa, quantas vezes para sempre, os trabalhadores negros das suas famílias?

Quem é que super-explora os trabalhadores negros das colónias pagando-lhes salários mais que miseráveis, ou não lhes pagando mesmo nada, reduzindo-os à escravatura e recolhendo assim lucros enormes?

Quem prepara e divulga a ideologia racista, quem procura convencer os trabalhadores portugueses da inferioridade rática dos trabalhadores das colónias e explora àvidamente as contradições entre explorados de cores diferentes (4), quem utiliza todos os meios de informação, rádio, imprensa, televisão, para manter e mesmo aumentar a divisão entre os explorados, na tentativa vã de eternizar o seu domínio de classe?

Quem é que, quando os povos oprimidos das colónias se revoltam e pegam nas armas contra os colonizadores, envia o exército e os pides perseguir, massacrar, exterminar os povos que lutam pela liberdade e pela independência? Quem manda aviões e helicópteros lançar fósforo e napalm sobre aldeias negras, quem lança desfoliantes e venenos sobre as colheitas das zonas libertadas, quem diariamente pratica genocídios em Angola, Guiné e Moçambique?

Quem obriga o povo português a fazer a guerra colonial, a matar os

seus irmãos na guerra colonial?

É ainda a burguesia portuguesa, é o colonialismo português, manifestação evidente da exploração do homem pelo homem!

É a burguesia que procura utilizar o proletariado português como carne de canhão contra os povos oprimidos das colónias, contra aqueles que ousaram lutar, ousaram libertar-se do jugo cruel do colonialismo e estão construindo o seu futuro de armas na mão em Angola, na Guiné e em Moçambique.

Porquê lança a burguesia portuguesa o seu exército contra os povos das colónias, porquê o capitalismo internacional apoia o colonialismo português, qual é a importância das colónias para a burguesia?

#### A IMPORTÂNCIA DAS COLÓNIAS PARA A BURGUESIA

As colónias são, para a burguesia das metrópoles colonizadoras, zonas de super-exploração por excelência, zonas onde em pleno século XX o capitalismo usa os mesmos métodos da maior violência (magistralmente descritos por Marx na secção oitava do primeiro livro do Capital — A acumulação primitiva) que ele usou para realizar a acumulação primitiva de capital nas sociedades ocidentais dos séculos XV a XVIII, zonas onde a expansão do sistema capitalista medida pela taxa de acumulação de capital é extremamente elevada.

Se por hipótese — puramente abstracta — o conjunto dos países capitalistas do mundo de hoje formasse um sistema isolado, por outras palavras, sem possibilidade de exploração das colónias e das zonas ditas "em desenvolvimento", perdendo esses mercados, essas fontes de matérias-primas e reservatórios de mão-de-obra, nesse caso as possibilidades de expansão do sistema capitalista estariam muito mais limitadas do que na realidade elas estão



actualmente e a taxa de acumulação de capital seria reduzidíssima.

Como surge essa taxa de acumulação de capital, como são explorados os espaços coloniais? Vamos passar uma vista de olhos pelos pontos essenciais do mecanismo de exploração colonial, os aspectos particulares sendo mais claramente sistematizáveis e explicáveis através de exemplos concretos, tal como o exemplo de Cabora Bassa (ver "Viva o Comunismo" nº 1).

Os povos das colónias constituem uma grande reserva de força de trabalho pela sua grande quantidade em face ao reduzido número de empregos criados e impostos pelos colonizadores (excesso da oferta em relação à procura da mercadoria força-de-trabalho) e pela ausência de qualquer defesa de tipo sindical dos trabalhadores colonizados — sempre fortemente reprimida. A burguesia explora directamente nas colónias esta força-de-trabalho, apropriando-se de uma mais-valia tanto mais elevada quanto mais baixos são os salários que ela paga. Estes salários, que à escala mundial têm de ser suficientes para em média permitirem a sobrevivência da classe trabalhadora, podem, nas zonas de exploração colonial, reduzir-se quase a zero, dado que nos climas tropicais e sub-tropicais e dentro das estruturas sociais comunitárias tradicionais, nas tribos, a sobrevivência e alimentação destes trabalhadores é possível através da apropriação dos produtos naturais e da ajuda mútua, pelo que os capitalistas se dispensam, neste caso, de pagar os salários necessários para garantir o sustento da família trabalhadora.

Além disso essa possibilidade de redução salarial é aumentada pela potencialidade deixada ao imperialismo mundial, na fase de expansão actual (antes portanto de esgotar completamente as suas possibilidades de alargamento e reprodução), de

deixar morrer largas fracções do proletariado colonial, não garantindo a sua subsistência — quando o capitalismo atravessa crises de rentabilidade — ou massacrando e executando genocídios, quando esse proletariado se revolta e se recusa a aceitar a dominação e a exploração capitalista. Largos exemplos disto tivemos nos genocídios dos Índios das Américas, que ainda hoje se verificam com particular acuidade no Brasil, Colômbia e Venezuela, nas hecatombes da China anterior à revolução, e na Índia desde a época colonial até ao presente neo-colonial em todos os períodos de crise agrícola, para não falar de todos os actos da colonização portuguesa desde o século XV até aos nossos dias, dos quais os massacres e os genocídios contemporâneos não são mais que a continuação lógica: os massacres de Pidjiguiti (Guiné, 1959), de Icolo-e-Bengo (Angola, 1960), o vasto genocídio em todo o norte de Angola depois de Março de 1961 — a "caça-ao-negro" em que participou a grande maioria dos colonizadores, dando livre curso ao racismo e ao medo, e que se saldou por mais de uma dezena de milhar de mortos, a perseverante e diária empresa de destruição sistemática das vidas e das colheitas nas zonas libertadas em Angola, Guiné e Moçambique.

Daquele modo, quando os salários podem tender para zero, a taxa de mais-valia (5) tende para o seu máximo, tende para infinito, e a acumulação do capital faz-se a ritmo acelerado.

Complementarmente, a existência desta mão-de-obra barata nas colónias, pelo papel de reserva que ela desempenha, constitui para a burguesia a possibilidade de mais facilmente regularizar o mercado de trabalho: quando na metrópole as pressões do proletariado exigindo aumento de salários, e quando a carência de mão-de-obra, quer devido a forte imigração quer causada por rápido



crescimento da oferta de empregos pela indústria ou pelos serviços, se conjungam no sentido do encarecimento da força-de-trabalho, pode a burguesia servir-se da mão-de-obra colonial como substituto, (quer transferindo indústrias para as colónias, quer transferindo trabalhadores das colónias para a metrópole) e iludindo assim aquela tendência de aumento da remuneração da força-de-trabalho, furtando-se assim a burguesia à diminuição da mais-valia.

Eis como é explorada indirectamente pela burguesia a força-de-trabalho dos colonizados.

Outra fonte primária de acumulação capitalista através da exploração colonial reside na apropriação directa dos produtos do sub-solo (minerais, pedras e metais preciosos, petróleo), e dos produtos agrícolas cultivados em largas áreas em regime de monocultura (café, tabaco, algodão, sisal, cacau, amendoim, chá, etc.), muitos dos quais são matérias primas para indústrias transformadoras, cuja rentabilidade reside na existência destas matérias primas a baixo custo, porque provenientes das colónias (em Portugal um dos exemplos mais típicos é a indústria têxtil baseada no algodão das colónias). Em qualquer dos casos, produtos minerais ou agrícolas, a enorme diferença entre os salários efectivamente pagos e o valor do trabalho produzido pelos trabalhadores das minas e das plantações, todo o lucro proveniente das matérias-primas por aqueles trabalhadores extraídas e transformadas, reverte directamente para a burguesia colonialista, sem intermediários.

No outro polo do processo dialéctico de exploração das colónias encontra-se o mercado colonial, com o papel de dilatador do mercado interno, de mercado preferencial para os produtos da indústria metropolitana — os produtos transformados nas fábricas da burguesia (quer elas se situem na metrópole ou nas colónias)

têm, no mercado colonial, uma zona de escoamento relativamente fácil por várias razões:

a) A existência de medidas de protecção alfandegária nas colónias, dirigidas contra produtos provenientes do estrangeiro, diminuem fortemente a concorrência àqueles produtos e permitem quer a venda de maiores quantidades, quer a preços superiores, quer mesmo a venda de produtos que, pela sua má qualidade ou inutilidade, não seriam vendáveis no estrangeiro ou mesmo na metrópole. O mercado colonial, para além do colonizador branco instalado, é alargado ao colonizado, principalmente através do mecanismo da criação das chamadas necessidades artificiais: desde os tecidos garridos e as pedras falsas, que os evangelizadores dos séculos passados impingiam, de permeio com as bíblias, aos "gentios do sertão", até aos últimos "gadgets" da civilização industrial dos nossos dias, passando pelos extremos da venda de frigoríficos eléctricos para aldeias não electrificadas (na estrutura sócio-económica de base da África Negra o frigorífico não é uma necessidade prática, não corresponde à prática social do comprador; para o vendedor "esperto", o comprador logo passa por atrasado e selvagem, logo inferior, acentuando-se ainda mais a convicção racista do nosso "esperto" explorador, o qual, pela sua própria prática de explorador, é incapaz de compreender que as necessidades sentidas variam fortemente de uma para outra estrutura sócio-económica, e que o significado de um objecto é totalmente diferente para um indivíduo enquadrado no feudalismo ou no capitalismo, na tribo ou na cidade-estado).

b) O mercado colonial constitui um trunfo poderoso no alargamento do mercado interno — mais alguns milhões de indígenas de baixo poder de compra, mais algumas centenas de milhares de colonos brancos de poder



de compra elevado perfazem uma boa parcela a juntar aos 9 milhões de portugueses metropolitanos...

Nesta fase de decadência da concorrência entre sectores mais avançados do capitalismo no interior de cada país, mas de concorrência internacional ainda feroz, a existência de um mercado interno sólido e em expansão é condição necessária para a burguesia de qualquer país, e em particular de Portugal, não ser esmagada totalmente e conseguir integrar-se nos grandes trópicos internacionais, nos blocos supra-nacionais, dentro do caminho da concentração sempre maior, próprio do capitalismo.

Para melhor se internacionalizar, maior mercado interno, eis uma exigência fatal do capitalismo; para maior mercado interno, exploração do mercado colonial — eis uma necessidade do capitalismo português!

### O IMPERIALISMO E O MILITARISMO

Para uma aplicação correcta do materialismo dialéctico ao problema da guerra colonial em Portugal, devemos explicitar bem as tendências de desenvolvimento actual do capitalismo, e em particular o papel que o militarismo desempenha na reprodução do sistema capitalista — por isso tentámos aflorar certos aspectos deste problema.

As relações entre o militarismo e o aparelho de Estado são já abordadas por Marx em "O 18 Brumário de Luis Napoleão" e posteriormente desenvolvidas por Lenine em "O imperialismo, fase suprema do capitalismo" e por Rosa Luxemburgo em "Acumulação do capital", os quais, nessas obras, teorizam sobre o desenvolvimento do capitalismo e a sua passagem à fase do imperialismo: fase da extensão do modo de produção capitalista a todo o globo, do domínio pelos países capitalistas mais avançados das zonas da Terra "não desenvolvidas", ou seja dos

países sem estrutura capitalista avançada, enfim, fase na qual o capitalismo concorrencial dá lugar ao capitalismo monopolista, na qual o liberalismo económico é substituído pelo intervencionismo estatal.

As concepções sendo diferentes para Lenine e Rosa Luxemburgo, foi este um dos pontos da polémica mais vasta entre eles, com particular incidência na compreensão do novo tipo de oportunismo no movimento operário, do carácter das guerras nacionais anti-imperialistas, e do militarismo.

Ora é precisamente a militarização acelerada dos países capitalistas mais avançados que se torna um dos processos privilegiados pelo Estado burguês para a intervenção na economia e lhe dá o grande trunfo — forças armadas bem equipadas e disciplinadas — que apoiará decisivamente a sua superioridade real no campo económico, dentro do jogo da partilha imperialista do mundo.

A criação e o desenvolvimento de uma indústria de guerra é um processo que serve o Estado capitalista para, evidentemente, armar as suas forças de repressão, mas também serve — e isto é-lhe fundamental — como um volante regularizador da economia, como campo industrial adequado para investimentos enormes por parte do Estado, como mecanismo regulador do mercado de trabalho, em resumo, como um dos processos privilegiados da intervenção estatal que permite ao capitalismo diminuir a amplitude das crises económicas catastróficas da época do capitalismo concorrencial.

O outro polo do militarismo entronca no facto de a instituição Forças Armadas ir sendo cada vez mais o veículo directo do domínio colonial e o veículo indirecto do domínio da classe burguesa sobre o proletariado metropolitano. Torna-se o modelo da burocratização do Estado capitalista, o modelo de organização, com as suas hierarquias



e a sua disciplina automática, de caserna ou de sargento, e cada vez mais se aperfeiçoa como transmissor da ideologia dominante, através das técnicas aperfeiçoadas de lavagens ao cérebro colectivas durante as recrutadas, e em particular no que se refere à doutrinação das tropas especiais anti-guerrilhas e anti-motins.

Por outro lado, a unificação ou convergência do aparelho de Estado capitalista e do militarismo observa-se claramente na tendência para chefes militares serem os executores dos planos da burguesia e do capitalismo: tomando a chefia do Estado em momentos de crise, alteram as superestruturas políticas, a máquina governativa, de modo a satisfazerem necessidades prementes da economia, correspondendo a saltos qualitativos na evolução desta (quer façam "ditaduras militares más" como os coroneis gregos ou "ditaduras militares boas" como os generais bolivianos, o fim é sempre o mesmo: reforço do capitalismo, apoiando mais uma ou outra fracção da burguesia).

Desta tentativa de sistematização do papel do militarismo dentro do sistema capitalista da nossa época — o imperialismo, concluimos para a situação portuguesa actual tal como a "Revolução Popular" nº5 já concluía em 1965: "A guerra, com os fornecimentos de material e de mantimentos para o exército, com a carestia e a especulação, está a estimular um novo período de enriquecimento da burguesia, a dar novo impulso à concentração de capitais, a levar mais longe a utilização do aparelho de Estado pelos grupos burgueses dominantes" (pag. 3) e afirmamos que a real solução do "problema colonial" passa pela revolução socialista.

Assim, em Portugal, onde o combate das massas operárias e camponesas contra o capitalismo e pelo comunismo engloba o combate contra o

colonialismo e a guerra, os comunistas revolucionários, na vanguarda da classe operária em luta pelo comunismo, devem analisar mais profundamente a extrema importância do militarismo e da guerra colonial na manutenção da ditadura da burguesia, devem lançar palavras-de-ordem contra a guerra colonial e o militarismo, pela deserção.

### O REFORÇO DA BURGUESIA NAS COLÓNIAS REFLECTE-SE NA SUA DITADURA SOBRE O PROLETARIADO PORTUGUÊS

Pelas razões atrás apontadas a exploração colonial das riquezas do sub-solo e dos trabalhadores colonizados, bem como o reforço do aparelho militar e das forças de repressão através da guerra colonial, produzem, na ausência de luta revolucionária em Portugal, um fortalecimento do poder da burguesia portuguesa, aumentam-lhe a margem de lucro, permitem-lhe a continuação e a reprodução alargada do modo de produção capitalista. Assim, mais forte, pode ela dominar melhor, controlar mais estreitamente o proletariado e campesinato portugueses se estes não ripostarem revolucionariamente, não a atacarem nas próprias bases, destruindo-lhes primeiro o aparelho de Estado e retirando-lhes em seguida o poder económico nas fábricas e nos campos.

Em Portugal e nas colónias o opressor é o mesmo; assim, a luta do proletariado e do campesinato portugueses contra a exploração capitalista, pelo socialismo, e a luta dos povos oprimidos das colónias contra a exploração colonialista, pela independência nacional, são dirigidas contra o mesmo adversário, são lutas convergentes, lutas contra a exploração do homem pelo homem, são componentes da luta à escala mundial contra o imperialismo.

Assim, a solidariedade de todos os que lutam contra a burguesia portuguesa não se limita a ser uma va



ga palavra-de-ordem humanista ou cristã, não é um conceito vazio — tem antes um sentido muito concreto, é na prática da luta, e no estabelecimento de uma prática comum de luta, que essa solidariedade pode existir, pois os golpes desferidos por uns contra o inimigo comum são vitórias para todos os que contra ele lutam!

O proletariado português, para avançar resolutamente no caminho da revolução, acompanhado pelos seus aliados, campesinato e intelectuais revolucionários, para cumprir a sua missão histórica de derrubar o capitalismo e implantar a sociedade sem classes, tem de se opor resolutamente à burguesia em todos os campos — e particularmente, neste momento, à continuação da guerra colonial.

Esta continuação pode permitir temporariamente a consolidação da posição militar do colonialismo português nas colónias onde as divisões no seio dos movimentos de libertação forem mais fundas, com o reflexo imediato no reforço do seu domínio sobre o proletariado português, se este não se opuser à guerra!

### QUAL É A LINHA CORRECTA?

Se o inimigo é o mesmo, se as lutas revolucionárias dos povos colonizados e do proletariado português são convergentes, esta solidariedade efectiva na luta terá de se traduzir, para se alcançar uma vitória durável, numa coordenação, numa unificação das lutas, em planos de acção comuns dos movimentos revolucionários das colónias e de Portugal. Esta é a única posição correcta, a única posição internacionalista revolucionária; de facto, variações das experiências de luta de libertação dos povos colonizados mostram-nos, bem como o próprio desenrolar da actual situação política portuguesa, que na ausência dum forte mo-

vimento revolucionário do proletariado do país colonizador, a libertação das colónias pode ser extremamente dificultada, atrasada no tempo com grande aumento das perdas de vidas, ou então resultar numa falsa independência negociada, no quadro de uma solução neo-colonialista (6), que perpetua a dominação colonial através dum governo fantoche.

E na hipótese da vitória dos povos coloniais, na ausência dum forte pressão revolucionária ou dum situação pré-revolucionária na metrópole, essa vitória acarretará o regresso a Portugal de algumas centenas de milhares de colonos (pequena e média burguesia colonial), que servirão de base social a um surto violento da reacção de extrema-direita, com a provável formação de bandos fascistas armados (como no caso da França, com a formação da O.A.S. depois da independência da Argélia) e a subida ao poder de chefes militares nazis (7), mas não acarretará, ao contrário do que erradamente pensam muitos sebastianistas da revolução, a queda pura e simples da ditadura da burguesia em Portugal.

### AS DIFICULDADES PRÁTICAS

Esta posição correcta de unidade na luta e acção em comum dos movimentos revolucionários defronta-se com grandes dificuldades práticas de realização, dificuldades essas de várias ordens.

Em primeiro lugar a ausência dessa acção em comum durante os anos que passaram implica um grande ou quase total desconhecimento da teoria e da prática da luta dos movimentos de libertação, da sua acção político-militar e da sua implantação e ligação às massas, por parte dos comunistas revolucionários portugueses. E daí uma grande dificuldade para nós de nos situarmos e de finirmos correctamente face aos vários movimentos de libertação, para



estabelecemos uma linha correcta de unidade na acção.

Em segundo lugar a acção de organizações reformistas, como os revisionistas do Partido "Comunista" Português tem sido neste campo extremamente mistificadora e contra-revolucionária, o que trás como consequência a existência de ideias falsas no seio do proletariado quanto à guerra colonial, ou mesmo o quase total desconhecimento de dados básicos sobre a luta dos povos coloniais, uma e outra provenientes quer da ausência de informação sobre a luta, quer de palavras-de-ordem erradas e contra-revolucionárias (8).

### O PAPEL DOS REVISIONISTAS

Esta mistificação revisionista, que se encontra mais ou menos veladamente em todos os artigos do "Avante!" sobre a questão colonial, é sistematizada por Álvaro Cunhal no seu "Rumo à vitória". Assim, o capítulo 6º — 'Pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à independência' — começa com uma longa exposição sobre o colonialismo fascista e a abertura das colónias portuguesas aos capitais estrangeiros e das relações entre monopolistas portugueses e monopolistas internacionais, na qual parece censurar o governo da burguesia portuguesa por não saber conservar as colónias como coutada exclusiva para os monopolistas portugueses (pag. 3: "Nas colónias portuguesas, tal como em Portugal, os imperialistas estrangeiros associam-se aos monopólios portugueses e em muitos casos servem-se deles, como meros agentes. (...) Nas empresas mistas aumenta em geral a parte estrangeira e diminui a parte portuguesa. (...) Esta evolução é favorecida pelo governo português". — o sublinhado é nosso). Eis algo que constitui mais uma manifestação do patrioteirismo revisionis-

ta ou social-chauvinismo, que se desprende de todo o "Rumo à vitória", manifestação do desejo cada vez menos escondido dos social-chauvinistas de se tornarem gestores "racionalistas" e "marxistas" do capitalismo português, ameaçado pelos fascistas e monopolistas que não sabem defender os interesses dos "portugueses honrados"...

E com toda esta condenação do colonialismo fascista, A. Cunhal esquece, ou melhor, esconde o papel do colonialismo republicano (e do colonialismo monárquico-constitucional) porque, sendo então Portugal uma democracia burguesa e sendo o colonialismo de então tão "colonialista" como o de agora (salvo diferença de alguns métodos, claro!)(9) os revisionistas, paladinos da democracia burguesa e aliados dos grupos políticos herdeiros da Primeira República, se veriam perante um paradoxo intransponível! Mas eles escamoteiam-no sistematicamente: eis um ponto concreto onde a mistificação revisionista tem sido maior, e onde reside uma tarefa urgente dos comunistas revolucionários — esclarecer, desmistificar, desvendar sistematicamente e por todos os meios o colonialismo português durante a República e a Monarquia Parlamentar, a exploração e opressão dos povos coloniais, paralelamente à repressão em regime de democracia burguesa — e desde já estamos a trabalhar no sentido de contribuir para a sua resolução. A compreensão das etapas anteriores do colonialismo português é fundamental para a compreensão da etapa actual!

No mesmo capítulo, quando aborda o problema da solidariedade com os movimentos de libertação, Álvaro Cunhal tenta responder às críticas revolucionárias de Campos aos revisionistas e afirma na pag. 9: "A aliança entre a classe operária portuguesa e os povos das colónias portuguesas é hoje uma aliança que se traduz em lutas poderosas e solidárias."



Só uma incompreensão total do problema pode levar um camarada a afirmar que essa aliança 'está muito atrasada' e a pensar que só estaria 'adiantada' se o Partido e as organizações nacionalistas das colónias estabelecessem planos de acção comum. Não. Não são necessários tais planos para tornar a aliança uma realidade. Ela torna-se realidade na luta da classe operária e do povo português e na luta dos povos coloniais" (sublinhados de A. Cunhal). Eis a "crítica marxista" de Cunhal! Em resposta às críticas revolucionárias de Campos sobre a necessidade de acção comum dos revolucionários de Portugal e das colónias, Cunhal responde simplesmente não! Razões não as tem, como poderia ele contra pôr quaisquer argumentos? Se em todo o capítulo 6, escrito quando já existiam as guerras de libertação nacional nas três colónias, Álvaro Cunhal aborda longamente o "direito à autodeterminação dos povos coloniais" tão caro aos democratas burgueses, mas esquece quase completamente, pois mal nelas fala, as reais forças em luta nas colónias, os movimentos de libertação, se esconde a grande realidade da luta armada contra o colonialismo português...

É nas questões mais ardentes e agudas do movimento revolucionário que os revisionistas, oportunistas e reformistas de todos os quadrantes se desmascaram mais claramente!

Logo de seguida Cunhal deixa livremente expandir-se a sua componente sebastianista e afirma (pag. 9): "O que se pode afirmar é que a libertação de Angola, Moçambique e Guiné, a dar-se antes do derrubamento do fascismo será um golpe a que o regime de Salazar dificilmente poderá sobreviver"; esquecendo que aos desaires políticos dum governo a burguesia reage mudando governos e fazendo reformas de superfície, mas que só o proletariado

organizado e armado pode explorar esses desaires da burguesia e fazer a revolução socialista, e que sem isso a morte dum regime burguês não é a vitória da revolução socialista, pode pelo contrário ser a origem de um novo regime da burguesia, mais sólidamente estabelecido, capaz de um domínio mais sistemático e eficaz.

Estas posições reformistas de Álvaro Cunhal servem claramente os planos das fracções mais esclarecidas da burguesia, que pretendem perpetuar o sistema capitalista à custa de adaptações que o sistema comporta, isto é, que não atentem contra a lógica do sistema — a procura do lucro máximo. As soluções que Cunhal tem apresentado, humanistas, pequeno-burguesas, e portanto anti-proletárias, anti-científicas, são compatíveis com as soluções que para o problema colonial os "tecnocratas" procuram obter; e elas fundamentam evidentemente a prática do partido revisionista face à guerra colonial.

As suas palavras-de-ordem sobre a guerra colonial, se bem que oscilantes durante os nove anos de duração da guerra, têm sido sempre directivas mais ou menos reformistas, por vezes até contraditórias entre si, mas sempre incorrectas (10).

Sobre o problema concreto que se põe ao jovem mobilizado para as colónias: desertar ou fazer a guerra? — a linha dominante do Partido "Comunista" Português tem sido sempre a de fazer a guerra, confirmada ainda recentemente por Álvaro Cunhal numa entrevista à televisão francesa, quando afirma que: "Um comunista deve ir fazer a guerra para levar às forças armadas a propaganda comunista" (citado de memória) e entretanto ir assassinando os verdadeiros revolucionários africanos! Mesmo quando esporadicamente dão palavras-de-ordem de deserção, como no "Avante!" nº 387 de Fevereiro de 1968, em "A lei do serviço militar,



nova medida de guerra contra a juventude", onde dizem "Jovens! Organizai a luta contra a nova lei do serviço militar. Intensificai a acção contra a guerra colonial. Recusai-vos a combater. Promovei deserções colectivas", os objectivos que deste modo se procuram alcançar são claramente contra-revolucionários: "Unidos numa só frente ampliemos e reforçemos a luta contra a nova lei do serviço militar, pelo triumfo da democracia" (sublinhados nossos), objectivos contra-revolucionários porque a frente unida que eles propõem é a mesma de sempre: os burgueses honestos traçam a política, as massas trabalhadoras são a carne de canhão para as manobras; porque a democracia cujo triunfo eles pedem não é a democracia socialista, mas a democracia burguesa, ou seja a continuação da ditadura da burguesia sob formas mais brandas para os social-democratas e os revisionistas, e sob a mesma forma para os trabalhadores. Deste modo, aquela palavra-de-ordem não corresponde a uma posição de princípio do Partido "Comunista" Português, mas a uma manobra oportunista para satisfazer as necessidades de propaganda de momento.

Mesmo quando dão palavras-de-ordem aparentemente revolucionárias, os reformistas de Cunhal se desmascaram como contra-revolucionários e colaboradores da burguesia! Como estão bem longe daquilo que Lenine afirmava em 1916 a propósito da palavra-de-ordem de "desarmamento":

"A militarização invade actualmente toda a vida social. O imperialismo é uma luta encarniçada das grandes potências pela partilha do mundo; ele deve portanto estender a militarização a todos os países, inclusivè aos países neutros e às pequenas nações. Como reagirão as mulheres dos proletários? Limitar-se-ão elas a maldizer todas as guerras e tudo o que é militar, a reclamar o desarmamento? Nunca as

mulheres de uma classe verdadeiramente revolucionária se acomodariam a um papel tão vergonhoso. Elas dirão a seus filhos:

"Em breve serás grande. Dar-te-ão uma espingarda. Toma-a e aprende bem o uso das armas. É uma ciência indispensável aos proletários, não para atirar sobre os teus irmãos, os operários de outros países, como é o caso na guerra actual e como te aconselham os traidores ao socialismo, mas para lutar contra a burguesia do teu próprio país, para pôr fim à exploração, à miséria e às guerras, não por votos piedosos, mas triunfando da burguesia e desarmando-a" ("Obras", tomo 23, pag. 109 da edição francesa).

#### PELA DESERÇÃO, CONTRA A GUERRA COLONIAL

Aquelas dificuldades enunciadas, que por exemplo nos impedem de ter uma visão clara sobre a situação actual da FRELIMO, de fazer uma clarificação completa do papel do MPLA em Angola, que têm impedido até agora uma divulgação entre os trabalhadores e os revolucionários portugueses da formação, consolidação e desenvolvimento da UNITA em Angola, que têm limitado a divulgação das vitórias do PAIGC na Guiné, não impedirão no entanto que o movimento revolucionário português avance no sentido de uma união mais estreita com os povos colonizados e os seus movimentos realmente revolucionários.

E não impedirão os comunistas revolucionários de conduzir a luta anti-colonial, de na prática dessa luta se ligarem mais estreitamente às massas de soldados portugueses por um lado, e por outro aos movimentos de libertação.

Para isso devemos desde já:

- a) lançar palavras-de-ordem de deserção e contra a guerra colonial;
- b) apoiar o movimento espontâneo dos jovens contra a guerra, quer or



ganizando a deserção, quer fomentando manifestações anti-coloniais;

c) divulgar as declarações e comunicados dos movimentos de libertação, analisando as suas posições teóricas, propagandeando a sua luta;

d) contribuir para a análise e desmistificação do colonialismo português, desenvolvendo os vários pontos fundamentais abordados anteriormente, como o colonialismo republicano e monárquico, o papel do militarismo na economia capitalista, as repercussões da luta operária nos planos coloniais da burguesia;

e) desmascarar sistematicamente

as posições dos social-democratas, revisionistas e dogmáticos face à guerra colonial, no que elas têm de contra-revolucionário e anti-científico.

Da real propaganda comunista no seio das forças armadas, pela agitação conduzida a favor da deserção, pela passagem da deserção espontânea à deserção organizada, nascerão novas formas de organização revolucionária no seio das forças armadas, entre os recrutas operários e camponeses, nos batalhões mobilizados para a guerra; passar-se-á a um estágio superior da luta contra a guerra colonial, pela guerra popular contra a burguesia!

PELA VITÓRIA DOS POVOS COLONIZADOS!

PELA UNIÃO DO PROLETARIADO E DOS POVOS OPRIMIDOS!

PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

#### NOTAS

(1) Quando o proletariado vende a sua força-de-trabalho ao capitalista, ou mais simplesmente, quando o operário fornece o seu trabalho a um patrão, este paga-lhe uma certa soma de dinheiro. Este dinheiro, que para o capitalista constitui parte do seu capital variável (o qual não desaparece quando ele efectua o pagamento, porque o capitalista fica na posse dos frutos do trabalho do proletário), constitui para o proletário a remuneração da sua força-de-trabalho, e que ele utiliza para se alimentar, vestir, alojar-se (a si e à sua família) de modo a no dia seguinte poder continuar a trabalhar, ou seja, poder continuar a vender a sua força-de-trabalho.

Mas o proletário trabalha para o capitalista um tempo superior ao tempo necessário para produzir o equivalente às suas necessidades de subsistência, ao tempo realmente pago pelo capitalista para o ter ao seu serviço: assim, a utilização da força-de-trabalho a favor do capitalista é superior ao valor pago da força-de-trabalho.

Aquele excesso de trabalho executado sobre o trabalho pago, que Marx chamou horas de sobre-trabalho ou tempo-extra, corresponde a mercadorias, a bens produzidos pelo proletário que ficam na posse do capitalista e pelos quais este não pagou qualquer coisa em contrapartida.

É o valor correspondente a este sobre-trabalho do proletário que constitui a mais-valia (ou mais-valor como alguns puristas da linguagem de fenderam em antigas polémicas) ou sobre-produto de que o capitalista, enquanto proprietário dos meios de produção e comprador da mercadoria



força-de-trabalho, se apodera.

(2) Desta enumeração das colónias portuguesas excluimos Macau porque o tipo de exploração que nela pratica o colonialismo português é diferente daquele que é prosseguido nas outras colónias: é uma exploração das possibilidades comerciais oferecidas pela situação geográfica da península macaense, é o utilizar-se da posição de intermediário nos movimentos comerciais entre, por exemplo, a China Popular, o Japão, os países do Sudeste Asiático, a Austrália, a América e a Europa, para desse modo retirar uma apreciável percentagem de lucros para os seus cofres.

(3) O sistema de "contrato" consistia em obrigar, com ou sem intervenção da autoridade administrativa, o trabalhador negro das colónias a assinar um contrato pelo qual ele tinha de ir trabalhar por um período fixo para um certo local (minas, plantações, fábricas ou obras públicas) por um salário fixado de uma maneira arbitrária pelo contratador e, como é evidente, incrivelmente baixo.

Este sistema impedia o proletário negro das colónias de vender a sua força-de-trabalho, de procurar escolher o local de trabalho e de elevar o preço pelo qual seria pago, retirando-lhe a condição de proletário e reduzindo-o a uma nova forma de escravidão, a escravidão da época do imperialismo, e permitia ao colonizador arregimentar centenas e milhares de trabalhadores para onde lhe conviesse, pelo preço que lhe conviesse.

Este sistema desapareceu da legislação colonial portuguesa em 1960, numa tentativa demagógica do fascismo de esconder esta forma moderna de escravidão, e em resposta às acusações contra ele lançadas na Organização Internacional do Trabalho, mas na realidade a escravatura do "contrato" continua a ser praticada mais veladamente e sob outras camuflagens, como inclusivamente aquela organização internacional o confirma em relatórios posteriores a 1960.

(4) A ausência de número significativo de negros em Portugal provoca uma diminuição importante dessas contradições, pela inexistência de concorrência entre brancos e negros no mercado de trabalho em Portugal; pelo contrário, a existência de uma acção colonialista de Portugal há já quatro séculos acarreta tradições sólidamente enraizadas na superestrutura ideológica da sociedade portuguesa, mitos sobre o "valor e coragem dos portugueses", por exemplo, ou sobre a "selvajaria do gentio do sertão". Estes mitos são sustentados e atizados entre a população metropolitana pelos familiares que em África ou na Ásia têm sido os colonizadores directos, logo em contradição objectiva com os colonizados, e portanto interessados no desenvolvimento de todas as contradições secundárias existentes entre explorados.

E a todos aqueles que defendem que o povo português é anti-racista "por instinto", ocultando que o racismo popular é inerente à sociedade capitalista, só podendo ser combatido por um partido comunista revolucionário e só podendo desaparecer na sociedade comunista, lembramos o caso tão esquecido dos ciganos, vítimas de um ódio racista generalizado, tanto por parte da burguesia e das suas forças repressivas, como por parte das camadas populares.

(5) A taxa de mais-valia é a medida da exploração do proletário pelo capitalista e define-se como o quociente entre a mais-valia (já definida na nota 1) e o valor da força-de-trabalho (ou capital variável). Nesta definição utilizaram-se conceitos referentes a trabalho já realizado em



valor, já mercadoria — mais-valia e capital variável —, mas podemos também tomar conceitos relativos a trabalho em movimento tais como sobre-trabalho e trabalho necessário à subsistência. Desta maneira, define-se taxa de mais-valia como o quociente entre o sobre-trabalho executado pelo proletariado e o trabalho necessário à renovação diária da sua força de trabalho.

Marx afirmou: "A taxa de mais-valia é portanto a expressão exacta do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista" ("O Capital", livro 1, 3ª secção, capítulo IX, tradução nossa baseada na tradução francesa de J. Roy).

Para uma ideia mais precisa destas noções é útil a leitura de "Salários, preços e lucros" (conferência de Marx), em particular os capítulos VII —A força de trabalho; VIII —A produção de mais-valia e IX —O valor do trabalho; e também o primeiro livro de "O Capital" de Marx as secções terceira e quarta, respectivamente —Produção de mais-valia absoluta e —Produção de mais-valia relativa.

(6) Nos planos a longo prazo da grande burguesia portuguesa figura como uma possibilidade não desprezável a solução neo-colonialista, pelo que ela se apresta a preparar-lhe o terreno; neste sentido, as afirmações por alguns capitalistas e tecnocratas do governo no colóquio sobre política industrial são bastante elucidativas. Desse colóquio, que teve lugar no mês de Fevereiro passado, organizado pela Associação Industrial Portuguesa, destacamos para este efeito as declarações de Rogério Martins, secretário de Estado da Indústria, do presidente da Associação Industrial de Angola e de Torres Campos, director dos Serviços Industriais.

Rogério Martins, um dos principais expoentes da ala tecnocrata do governo ou, por outras palavras, representante no governo da grande burguesia financeiro-industrial que actualmente alcançou o controle do poder político, pôs claramente o problema da exiguidade do mercado interno português: "...a baixa capitação de rendimento nacional, aliada à má distribuição deste, conduz a que as capitações de consumo da generalidade dos bens quer de produção, quer de consumo, sejam entre nós uma fracção, situada em geral à roda de um sexto a um quinto das que se verificam na Europa transpirenaica. Por isso, em termos de mercado, se pode dizer que a população metropolitana equivale apenas a cerca de um milhão e meio a dois milhões de centro-europeus." Eis como o capitalista avalia o povo português: em fracções de centro-europeus! Traçando as grandes linhas da nova política industrial, disse: "A diferença essencial entre o novo regime de política industrial que se propõe e o antigo reside assim na mudança de atitude que preconiza e pressupõe: de proteccionista passa a liberal, de autárctica passa a plenamente inserida na teia das trocas mundiais, de imobilista passa a prospectiva" (sublinhado nosso) — mas nunca fez referência explícita às colónias! Motivo pelo qual vários participantes do colóquio atacaram a posição de Rogério Martins, e outros a defenderam, clarificando-a. Destes destacamos as afirmações do presidente da Associação Industrial de Angola (portanto representante dos interesses industriais nas colónias): "A metrópole portuguesa faz parte da Europa e tem que se integrar nela. Só poderá efectivamente apoiar o Ultramar quando na Europa estiver integrada" (sublinhado nosso) e do director-geral dos Serviços Industriais: "Quanto à não referência expressa ao Ultramar (no discurso de Rogério Martins) retomo a intervenção autorizada do senhor presidente da Associação Industrial de Angola de que, para o desenvolvimento das províncias de África, o contributo da Metrópole po



derá ser tanto maior e melhor quanto mais esta estiver próxima do nível de industrialização dos países europeus". Ou seja, a exploração nas colónias portuguesas será tanto mais acelerada e completa quanto maior for a capacidade e a força da indústria portuguesa, e a continuação da exploração sob formas neo-coloniais só será possível se aquela indústria fôr forte e "europeia", isto é, "inserida na teia das trocas mundiais", participante activa na mundialização do modo de produção capitalista. (Todas as citações são tiradas do "Diário de Lisboa").

(7) Ver em "Viva o Comunismo" no capítulo referente à Comissão Eleitoral Monárquica no artigo "As eleições da burguesia e as tarefas do proletariado".

(8) Tal como a palavra-de-ordem de ir fazer a guerra para a "tornar mais humana" dada sistematicamente pelos funcionários do aparelho clandestino revisionista, o que pode ser comprovado por muitas centenas de comunistas que desertaram, contra as indicações dos dirigentes revisionistas.

(9) Note-se que muitos métodos do colonialismo republicano que actualmente até o governo fascista nega terem sido aplicados, tais como genocídios e barbaridades executadas sobre os povos das colónias aquando das inumeráveis revoltas destes e das campanhas de "pacificação" portuguesas em resposta a essas revoltas, eram na altura motivo de vanglória pública, ocasião para festejar o orgulho nacionalista e origem de "heróis" que entraram na mitologia republicana e, daí, na revisionista.

(10) Sem quereremos fazer demagogia à custa da demagogia revisionista, mas para mostrar melhor até onde chega o oportunismo revisionista, citamos o artigo "A selecção nacional de futebol e a guerra em África" aparecido no "Avante!" de Agosto de 1966, logo contemporâneo do campeonato mundial de futebol desse ano:

"No momento em que a equipa nacional é alvo de uma justificada simpatia do povo português e da admiração dos meios desportivos internacionais sem distinção de países, os dirigentes salazaristas e os seus homens de fila na Federação Portuguesa de Futebol tentam chamar a si os resultados dos sucessos obtidos e ligá-los sem reboços de vergonha a uma guerra de sonrosa. Os êxitos alcançados nada devem ao governo de Salazar. Nada têm a ver com este. Que facilidades concede ao desporto nacional? Porquê todos os anos a Volta a Portugal em bicicleta corre o risco de não se realizar por falta de verba? Porque é que os portugueses são batidos por larga margem nos encontros de atletismo com as terceiras categorias do atletismo francêses? Porque é que não há ciclistas portugueses na "volta do futuro" em França? Porque é que nos jogos olímpicos Portugal só aparece com meia dúzia de desportistas e em geral mal classificados?"

Os comentários são desnecessários; só fazemos notar que se até nas suas opiniões sobre o desporto (onde em geral não custa nada ter opiniões "progressistas") os revisionistas defendem pontos de vista individualistas burgueses (competição, classificação, vitórias...) como os não defenderiam eles nas questões coloniais?



# PALESTINA: um povo em luta

O território que é hoje o Estado de Israel, a "pátria dos judeus do mundo inteiro" era no princípio deste século a terra do povo árabe palestino, dominada e oprimida pelo Império Otomano e lutando pela sua independência nacional.

As vésperas da Primeira Guerra Mundial, ainda sob domínio turco, 8% apenas da sua população era constituída por Judeus, ocupando 2,5% do território. Mas 35 anos mais tarde a nação palestina, com a sua independência ainda não há muito conquistada, via-se perante a realidade de a população judaica, maciçamente emigrada do mundo inteiro, ocupar já a maior parte do território palestino — com o beneplácito complacente das grandes potências imperialistas ocidentais. E 20 anos depois, na actualidade, o Estado independente de Israel ocupar, depois da Guerra dos Seis Dias todo o território palestino, uma parte importante do território egípcio e uma zona estratégica da Síria. Ocupação de facto, que o mundo imperialista só formalmente não reconheceu de direito — perante a qual o povo palestino se viu reduzido à situação de povo sem terra instalado em campos de refugiados funcionando em regime de apartheid (1), dentro do seu próprio país — ou se viu forçado a emigrar para países árabes vizinhos e aí se instalar melhor ou pior, consoante os equilíbrios de forças da luta de classes nos países que prestavam asilo.

O que se passou neste intervalo de tempo, em que os dados iniciais do problema foram, à primeira vista paradoxalmente, invertidos de uma maneira tão radical — só pode ser compreendido à luz da história dos interesses imperialistas no Médio-Oriente.

No fim do século XIX nascia na Europa o movimento sionista. Originado pelas perseguições repetidas e pela opressão generalizada às comunidades judaicas minoritárias, principalmente nos países da Europa Central (2), o movimento propunha-se lutar pela constituição e reconhecimento internacional de um território autónomo, onde os Judeus se pudessem instalar e construir — ou, na óptica do Sionismo, reconstruir — a sua nação. E desde o início se pensa na Palestina, "berço histórico da nação judaica" para a localização dessa "terra prometida". "Um povo sem terra para uma terra sem povo" — é a palavra de ordem mítica dessa ideologia do regresso e da reconstituição da pátria antiga.



Mas corresponderia a alguma realidade essa ideia de que a Palestina fosse uma "terra sem povo"?

Como observa um autor que tratou esta questão (3):

"A ser assim isso significaria — e disso os propagandistas sionistas acabaram por se convencer e convencer as massas — que essa terra tinha ficado abandonada e vazia desde a tomada de Jerusalém por Tito no ano 70 ou a derrota da última revolta — a de Bar Kokheba — em 132".

Situação historicamente bastante inédita essa — a de uma terra abandonada durante quase 2000 anos. E basta dar uma rápida vista de olhos à história da Palestina para verificar que o que se passou foi bem diferente:

A ocupação romana sucedeu, no ano 614, a conquista da Palestina pelos Persas. Cerca de 20 anos mais tarde começava o povo árabe, guiado pelo ideal do Islão, a sua grande expansão para lá dos limites da sua península desértica e incapaz de suportar o seu crescimento demográfico; transformando em ideologia essa necessidade infraestrutural de possuir novas terras, o Islão pregava a Guerra Santa aos Infiéis. E em 638 o Patriarca de Jerusalém oferece a paz e a rendição aos conquistadores árabes. Em 1077 serão os Turcos, os novos paladinos do Islão, a conquistar Jerusalém. Voltando de novo às mãos dos Árabes por um breve período, passará para o domínio dos Cristãos feudais do Ocidente com as Cruzadas. Em 1187 Saladino, à frente das tropas do Islão, reconquista Jerusalém. E no século XV o Império Otomano alastrará até abarcar e abafar no seu seio todo o mundo árabe.

A Palestina não era, portanto, uma terra abandonada, como a propaganda sionista pretendia demagógicamente fazer crer. E muitos outros povos, além dos Judeus, a poderiam teoricamente reivindicar, sob a alegação de que alguma vez na História a tinham ocupado. Na realidade isto seria sempre uma errada maneira de colocar a questão — e que porventura bastante surpreenderia o povo palestino à época desses inícios do movimento sionista, se ele porventura tivesse chegado ao conhecimento dos planos que se faziam acerca da sua terra, acerca da terra que era sua há mais de 10 séculos. Se invocamos esta maneira de colocar a questão foi unicamente para mostrar que, até sob o ponto de vista — errado — em que ele se baseia, os argumentos da propaganda sionista não conseguem provar que a Palestina deveria pertencer aos Judeus, mais do que a qualquer outro dos variados povos que a ocuparam; e também que não houve esse acontecimento histórico sem par que seria uma solução de continuidade de povoamento durante 1900 anos numa terra bem solidamente ligada a um continente de crescimento demográfico acentuado, sem barreiras naturais insuperáveis e com saída para o mar.

O povo a quem a Palestina deveria pertencer não precisava de invocar pseudo-razões históricas à distância para justificar que a terra era sua; esse povo precisava apenas de pegar em armas e lutar pela sua independência nacional, contra as guarnições e a máquina burocrática do Império turco, que ocupavam o seu território, exploravam a sua força de trabalho e num processo colonialista, se apropriavam dos bens que a sua força de trabalho, na sua terra, produzia.

E nesse final do século XIX em que a causa sionista começa a estruturar os seus planos de recuperação da Palestina, surgem os primeiros sin



tomas da tomada de consciência da Nação árabe face ao opressor Império turco.

Em Beirute e Damasco formam-se as primeiras sociedades secretas, constituídas por intelectuais, que levam a cabo uma acção de denúncia do regime turco e de propaganda em prol da independência nacional. Mas a distância que os separa das massas camponesas é imensa, e na sua agenda de reivindicações não se conta aquela que seria a condição do ressurgir da nação árabe — a libertação das massas camponesas, a compreensão de que a etapa próxima da luta era tanto a libertação do jugo otomano (a relação império-país colonizado), como o derrubar do próprio feudalismo árabe.

O fim da primeira guerra mundial vê o acentuar da desagregação interna do Império turco. As sociedades secretas continuam a sua proliferação e o nacionalismo árabe a sua luta subterrânea. A Inglaterra, sentindo para que lado ia pender a sorte do Médio Oriente (e com ele a dos jazigos de petróleo e dos pontos estratégicos do Suez) negocia a sua aliança com os dirigentes árabes. E é já nesta nova fase da luta que, sucessivamente, o Hejaz (à excepção de Medina, cercada e isolada), Akaba, Ma'an, Jerusalém caem nas mãos dos Arabes e em 1 de Outubro de 1918, com a tomada de Damasco, cidade que era o símbolo da fertilidade e da abundância, a revolta árabe encerra a última página de 4 séculos de ocupação turca.

O Hejaz e a Grande Síria estão libertados, o povo árabe libertou-se da opressão imperialista otomana. A libertação fora levada a cabo pela acção conjunta do exército árabe e das tropas inglesas. Durante toda a guerra a propaganda inglesa proclamara o desejo e interesse dos Aliados em apoiar a causa da independência árabe — e a participação árabe na guerra de 1914-18 alimentara-se, como é óbvio, das promessas de independência. Participação essa contra os seus opressores turcos, é um facto, mas também contra a aliada destes, a Alemanha imperialista, contra quem a Inglaterra combatia.

Mas essa independência e a constituição e reconhecimento de um Estado palestino eram contrários aos planos do movimento sionista, para o qual o Estado a constituir-se na Palestina devia ser um Estado judeu sionista, controlado pela alta finança judaica, e não um Estado árabe.

E à Inglaterra natural era que mais interessasse apadrinhar a constituição de um Estado capitalista na Palestina do que, mantendo-se fiel às promessas feitas aos árabes, auxiliar a constituição de um Estado palestino feudal — que, como estrutura feudal, os seus interesses imperialistas teriam rapidamente que destruir para permitir a expansão capitalista naquele sector.

E, efectivamente, já 3 anos antes da vitória anglo-árabe contra o Império turco e da conquista de Damasco e dos grandes sonhos da independência árabe reencontrada — já em 1915, num relatório do Foreign Office (4) se lia, que "a Palestina deve ser considerada como uma região cujo destino será objecto de negociações especiais", e meses mais tarde uma série de artigos eram publicados num jornal inglês lançando a ideia, inteiramente nova para o grande público, da criação na Palestina de um Estado tampão judeu sob protecção britânica.



Depois da derrota do Império Otomano a Inglaterra modifica já parcialmente nos actos o teor das suas promessas da época da guerra, ao instalar-se de facto, por meio do Mandato Britânico, na Palestina — mais do que nunca ponto estratégico e tampão entre o Líbano (de que a França entretanto se apoderara) e a Síria ao Norte, o Egipto ao Sul — e ainda perto do canal de Suez e dos jazigos de petróleo árabes. Nessas condições os interesses imperialistas britânicos não podiam tolerar o descontentamento popular árabe que se seguira ao descobrir dos verdadeiros objectivos do auxílio britânico na luta contra os Turcos, e a luta revolucionária que se organizava e poderia vir a ameaçar o seu domínio naquelas paragens. O projecto sionista da criação do "lar nacional judeu" na Palestina enquadrava-se bem dentro das necessidades britânicas de impedir que o movimento revolucionário árabe alastrasse; a potência sionista, controlada pela Inglaterra, seria um elemento de repressão eficaz sobre os povos árabes. Weizmann, um dos grandes lutadores da causa sionista e que viria a ser o primeiro Presidente do Estado de Israel, escrevia que "uma Palestina judaica seria uma salvaguarda da Inglaterra".

A Palestina árabe, ficção que a Inglaterra mantinha ainda, seria um obstáculo de pouca monta aos planos dos imperialistas: país agrário, com posto por uma grande maioria de camponeses pobres ou sem terra, explorados por um número restrito de grandes proprietários semi-feudais, sob a influência ideológica do Islão, e divididos em clãs rivais de que o imperialismo aproveitava as dissensões.

E é assim que a imigração e colonização sionista da Palestina vão começar a desenvolver-se, a um ritmo sempre crescente. Sob protecção inglesa, os Judeus que respondiam à palavra sionista redentora, da criação de um lar independente judeu, mais não eram, afinal, do que os instrumentos da política imperialista da Inglaterra e do grande capital judeu sobre os povos árabes.

Com o desenvolver da colonização, as massas camponesas palestinianas irão sendo cilindradas pela opressão económica e a repressão política sionistas, uma e outra desencadeadas com o objectivo de criar um estado de ruína e de terror que pouco a pouco as faça ir abandonando o seu território nacional e resignar-se a pedir refúgio aos países árabes vizinhos.

O povo palestiniano — implantado havia 12 séculos na Palestina — vê-se sucessivamente invadido (pela implantação sionista dos milhares de colonos judeus imigrados), expoliado (das suas terras), expulso mais ou menos directamente do seu território e humilhado, negado e destruído como nação. A propaganda sionista falará dele, não como de um povo, mas sim como de "refugiados palestinianos". Era condição imprescindível dos interesses imperialistas negá-lo, riscá-lo do mapa, de modo a ter o terreno e os movimentos livres nesse pedaço vital do Médio Oriente.

A massa camponesa palestiniana será a camada que mais duramente irá sentir o peso da opressão sionista. Pelo fim dos anos vinte mais de um terço dos camponeses estarão sem trabalho.

Mas a pouco e pouco todas as classes palestinianas irão sendo reprimidas — e a tomada de consciência revolucionária será rápida. Os anos a seguir à primeira guerra mundial verão a proliferação de revoltas, manifestações e ataques a sedes da administração opressora inglesa.



Para compreensão deste ponto é necessário recordarmos que o processo de exploração colonialista britânico se caracterizava, ao contrário do processo de exploração colonialista português, não por uma penetração de pequenos e médios comerciantes, mas pela dominação da grande indústria, que retirava as matérias primas do território colonizado e dele fazia mercado para os seus produtos. Esta concorrência esmagadora abalava globalmente a economia dessas velhas sociedades feudais (Palestina e países árabes, Índia, China) ou tribais (certas regiões do continente africano.) Das classes possuidoras nas sociedades feudais, aquela que mais sofria com esta concorrência era a pequena-burguesia, por ser, de entre as classes possuidoras, aquela que é economicamente mais débil, e portanto a primeira a ser atingida. Deve frisar-se ainda que a concorrência imperialista se faz sentir apenas mediatamente sobre a pequena-burguesia ou qualquer das classes possuidoras, e que a sua incidência imediata se exerce sobre o proletariado, para quem o capitalismo, ou a sua fase mais adiantada — o imperialismo, representam um agravar desmedido da exploração da sua força de trabalho.

Estes pontos de ordem geral permitem-nos compreender a evolução da situação económica das várias camadas da população na Palestina.

Toda a economia palestiniana irá sendo mais ou menos abalada pela pressão conjugada da concorrência britânica e da implantação de capitais sionistas.

A camada pequeno-burguesa será das classes possuidoras a mais atingida — e a sua situação económica ir-se-á mais ou menos pronunciadamente degradando.

A classe operária — vítima da exploração local e estrangeira, rodeada da massa sempre crescente dos camponeses arruinados e sem trabalho, e sofrendo a concorrência, progressivamente institucionalizada, da mão-de-obra judaica, está na vanguarda dessa luta.

A primeira revolta a nível nacional rebentará em 1929. De uma violência desconhecida até essa altura, causou mais de 1.500 mortos entre Árabes e Judeus. Sintomática da cólera e do desespero crescentes das massas palestinianas, ela viria a falhar, por falta de uma base partidária que a estruturasse e coordenasse eficazmente nos seus objectivos anti-imperialistas e anti-sionistas.

A partir de 1930 as revoltas urbanas desenvolvem-se em Jerusalém, Haifa e Napluse. Nos campos, a luta revolucionária toma formas organizadas. A chegada maciça entre os anos 32 e 39 de imigrados fugidos da Alemanha nazi mais não faz do que agudizar as contradições.

A burguesia nacional palestiniana começa a recear as proporções que toma o movimento popular — e procura contê-lo, embora aproveitando-o contra a opressão sionista que também a oprime. Os grandes proprietários feudais, sob a dupla ameaça das massas populares palestinianas e da colonização sionista tentam também orientar o movimento em seu proveito. E é nesta ordem de ideias que se reúne um Congresso Nacional Árabe, que procura negociar com os Ingleses a concessão de garantias — um parlamento, limitação da imigração sionista, limitação da venda das terras.

Mas a via reformista estava já claramente ultrapassada. O movimento



sionista tinha já passado a uma nova forma da sua expansão, constituindo, com o acordo britânico, destacamentos armados, para impôr a "ordem" no território conquistado. Só a via revolucionária, a luta armada do povo palestino, poderia daí em diante ser o caminho.

1936 verá o começo da mais longa e mais importante das revoluções do mundo árabe — a única que conseguiu a libertação efectiva, pelas massas populares armadas, de uma parte do seu território (que deixou de estar sob o domínio do Mandato Britânico) e a organização de poderes populares nesse território. Pela primeira vez a grande burguesia árabe e os leaders feudais estão inteiramente de fora. Começando com uma greve geral de seis meses — que paralizou toda a economia britânica da região — a revolução prolongou-se até 1939 — e viu o nascimento de comités nacionais, formas embrionárias de poder popular, em todo o território da Palestina.

Os estados-maiores inglês e sionista estão em pânico. Dois tipos de soluções são adoptadas: — 1) incremento dos grupos armados sionistas dirigindo acções de terrorismo contra as massas árabes e intervenção cada vez mais forte de contingentes britânicos, por um lado; — 2) trabalho de sapa ao movimento popular, através da constituição, apoiada pela Inglaterra, de um Alto Comité Árabe, composto pelos grandes feudais e comerciantes, que tentará tornar-se a direcção central dos comités nacionais e que, apoiado pelos regimes reaccionários árabes da Arábia Saudita, da Transjordânia, do Iraque e do Iémen, conseguirá romper a greve geral de 1936, ao fim de seis meses.

A proposta britânica de partilhas do país em três zonas — uma britânica, outra sionista e uma terceira palestina — é rejeitada quer pelos sionistas (cada vez mais poderosos militarmente e aspirando a vãos de expansão mais altos), quer pelos chefes árabes (que compreendem que o terreno lhes foge debaixo dos pés e que o controle sobre as massas palestinas estaria irremediavelmente perdido com esse novo compromisso). Compreendendo que o caminho da contenção do movimento palestino dentro de limites está definitivamente perdido — os Ingleses desencadeiam uma vaga de repressão brutal, visando aniquilar pela força o que pela astúcia não fora nivelado.

Mas a força mais não fez do que destruir as últimas ilusões pacifistas e orientar definitivamente o povo para a luta clandestina e armada.

A violência revolucionária cresce em flecha a partir desse momento, assumindo a forma típica de guerra de guerrilha. Sabotagens, ataques a patrulhas, explosões, multiplicam-se, ao mesmo tempo que se estabelecem bases seguras operacionais entre a população.

Em 1938 a maior parte do território palestino tinha sido libertada e o poder estava nas mãos dos camponeses armados na quase totalidade dos campos.

E contudo esta revolução popular foi vencida.

As causas: falta de uma direcção política e do estabelecimento de uma estratégia unificada a nível nacional; influência desmobilizadora das forças tradicionais palestinas, invocando o prestígio do Islão e secundadas pelas suas congéneres dos países árabes vizinhos.

O enfraquecimento da situação revolucionária permitirá à Inglaterra decretar, às vésperas da guerra de 1939-45, a lei marcial na Palestina e,







zes soviéticas a partir do XX Congresso do Partido comunista da União Soviética (7), preferirão apoiar a demagogia nasseriana e baasista e contribuir para o adormecimento das potencialidades revolucionárias das massas populares, que permita a consolidação dos regimes árabes "progressivos", isto é, abertos ao imperialismo revisionista.

O povo palestino e os outros povos árabes são assim deixados sem uma direcção partidária na sua luta. As revoltas populares continuarão mais ou menos violentas, mais ou menos espontâneas — mas os governos controlam-lhes, sem sofrer grandes perdas, os limites e elas não chegam a constituir uma ameaça decisiva à sua continuação no poder.

A luta do povo palestino só passará a uma nova fase com a aparição, em 1965, da El Assifa.

A consciência revolucionária do povo palestino tinha ido amadurecendo ao longo dos anos. A necessidade da criação de uma organização de resistência palestina impõe-se-lhe — e é o nascimento da El Fath — até, anos mais tarde, em 1965, a sua organização militar, El Assifa, passar à acção e impôr à consciência mundial a realidade esquecida da existência do povo palestino, e a natureza real do Estado de Israel. A uma opinião internacional activamente, sistematicamente alienada pela propaganda sionista e imperialista, quanto à existência de um problema palestino, ou sequer de um povo palestino, a essa opinião mundial a quem se apresenta Israel como um baluarte da civilização e do progresso, encravado entre povos bárbaros e primitivos, a sua luta como a dos "pioneiros do progresso" defendendo-se apenas contra os "suportes do obscurantismo" e se cria, apelando ao sentimentalismo, o mito do pequeno Israel rodeado de inimigos que o querem destruir, a essa opinião mundial impõe-se agora a realidade de um Estado de Israel opressor, agressor, imperialista e racista, que reduzira pela força ao silêncio o povo que nos últimos 12 séculos ocupara o território de que o sionismo o expulsara para se instalar.

O grande trunfo demagógico sionista da invocação do genocídio de Judeus pela Alemanha nazi e da necessidade de auto-defesa que levava à criação de um Estado judeu, começa a cair pela base. Os sionistas de Israel, "herdeiros legítimos" das vítimas da repressão nazi — uma afirmação que começava a aparecer como carecendo de fundamento. O povo que mais não queria do que defender-se contra as perseguições racistas e viver em paz — afirma-se na sua política interna e externa como fanaticamente racista (8) e promotor de guerras de agressão e expansão territorial. A identificação à Alemanha hitleriana dos regimes árabes, que não pretenderiam repetir contra Israel mais do que um genocídio de tipo nazi — e essa acusação manobrada contra o povo palestino, mais especificamente, com o agudizar da sua resistência — perdem todo o seu peso publicitário quando essa resistência reivindica: "Lutar contra o sionismo e não contra os Judeus", "construir na Palestina um Estado laico e democrático", ou quando Yasser Arafat, um dos dirigentes e o porta-voz da El Fath, declara:

"A revolução palestina tem como inimigo o Sionismo e não os Judeus. Nós consideramos os nossos irmãos judeus no Egipto como Egípcios, na Síria como Sírios, na Palestina como Palestinos..."



"A revolução palestina acolhe calorosamente todo o homem livre, qualquer que seja a sua nacionalidade ou a sua religião, que se junte às suas fileiras e participe na nossa luta pela libertação da nossa pátria ocupada e pela criação de um Estado palestino democrático".

O slogan "antisionismo = antisemitismo" é, em desespero de causa, forjado pela propaganda sionista. Mas a resistência palestina não perderá uma ocasião de reafirmar a sua posição anti-racista.

As acções da El Assifa em território israelita lançam a apreensão e põem dentro do próprio Israel, a muitos, o problema da estabilidade e da legitimidade de um Estado que aparece agora iniludivelmente racista. Esta instabilidade surge num período que era já de crise interna a vários níveis:

Crise de crescimento e de confiança (a imigração de Judeus para Israel cessou praticamente).

Crise económica (o auxílio externo — as "reparações alemãs" de guerra — chegou ao fim e, sem ele, o orçamento israelita não pode equilibrar-se, pela sua natureza militar e não produtiva).

A desagregação israelita começava. Para a travar, Israel prepara, de acordo com os imperialistas norte-americanos, as condições de uma guerra com os Estados árabes. Essa guerra promoveria a unidade e a confiança internas e a simpatia sionista e pro-sionista financiante mundial; arrasar a escalada do povo palestino e, se possível, fá-lo-ia desaparecer como nação. Vencidos os Estados árabes, o problema da legitimidade do Estado de Israel e a regulamentação de novas e mais vantajosas fronteiras seriam negociadas em condições óptimas. O estado de dissolução interna dos regimes egípcio, jordaniano e sírio, que os serviços secretos americanos conheciam perfeitamente, facilitava particularmente a realização do plano.

Faltava o desencadear da guerra. Consistiria em forçar os dirigentes egípcios e sírios, mediante provocações sucessivas, a gestos desesperados que os colocassem desfavoravelmente perante a opinião internacional e que permitissem ao Estado de Israel, ao lançar o seu ataque de 5 de Junho de 1967, apresentá-lo como um gesto de "legítima defesa".

Passou-se tudo de acordo com os planos sionistas. Derrota dos exércitos regulares árabes (que os regimes "progressistas" árabes, muito mais ocupados em neutralizar a tomada de consciência do seu proletariado nacional, tinham descurado), revisão de fronteiras, etc. Tudo — menos uma coisa que não fora prevista pelos imperialistas e os seus lacaios sionistas: que essa derrota, em vez de quebrar a moral dos resistentes palestinos e dos povos árabes solidários da sua luta, tenha, pelo contrário, desencadeado um movimento de massas à escala árabe, de dimensões sem precedentes.

A derrota militar ia ter, como consequência, que os povos árabes se libertassem da tutela política e ideológica dos dirigentes nasserianos e baasistas e participassem, ao lado do povo palestino, na luta contra o Estado de Israel. Guerra que procuram transformar em guerra popular e em que se encontram orgânicamente implicados, dada a ocupação de parcelas importantes do seu território (no caso da Síria, do Egipto e, eviden



temente, da Palestina) por Israel. O entusiasmo popular de apoio à luta do povo palestino manifesta-se cada vez com mais intensidade, principalmente no Egito e no Líbano, onde os dirigentes, ultrapassados, se vêm obrigados a adoptar uma política de aparente apoio aos combatentes palestinos, que mais não é do que uma traição real, manifestando-se em todas as circunstâncias. A escalada revolucionária dos seus povos em solidariedade militante com a resistência palestina, apoiam-na em palavras, mas reprimem-na pela calada. E a forma mais perigosa dessa repressão, no momento presente, é a defesa de uma "solução pacífica" dos problemas criados pela agressão de 1967, escamoteando o problema da libertação nacional da Palestina (9).

Os diversos objectivos imperialistas no Médio Oriente (petrolíferos e estratégicos) têm em comum o necessitarem do aniquilamento dos movimentos populares dos países árabes. Os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, alinhando-se ao lado de Israel; a União Soviética apoiando-se no Egito, na Síria e, em menor grau, na Argélia. O interesse fundamental de todos estes Estados imperialistas é o de pôr momentaneamente de acordo as suas políticas, de molde a destruir os movimentos populares árabes e a instaurar, definitivamente, uma "paz imperial".

Só dois governos no mundo apoiam sem reservas a luta do povo palestino e dos outros povos árabes contra o Estado de Israel, contra os regimes árabes reaccionários e contra os quatro grandes Estados imperialistas: a República Popular da China e a República Popular da Albânia. Esse apoio, ditado pelo internacionalismo proletário, defende a guerra popular dos povos árabes e a sua libertação completa de todas as formas de opressão, de todas as formas, declaradas ou demagógicamente mascaradas, por que se manifeste o imperialismo, defende a existência nacional do povo palestino e o seu direito absoluto à libertação da sua pátria. Esse apoio traduz-se materialmente em a China ser o único Estado não árabe a fornecer armas ao movimento de resistência e a treinar centenas de combatentes palestinos no seu território.

A visita recente a Pequim (Março de 1970) de Yasser Arafat e dos outros representantes mandatados pelo Comando unificado da resistência palestina, a O.L.P. (Organização de Libertação da Palestina — que a partir de Maio passou a englobar todas as organizações de resistência do povo palestino), foi um reafirmar inequívoco da solidariedade absoluta entre a República Popular da China e o povo palestino na sua luta pela libertação nacional. O camarada Chu En-lai, primeiro ministro do governo popular chinês e interlocutor de Arafat e dos outros representantes da resistência nas conversações travadas, viria a afirmar:

"Só a guerra popular poderá assegurar a vitória do povo palestino e dos povos árabes vítimas da agressão imperialista. Combater até à vitória final é o único meio de bater os agressores americanos e israelitas, qualquer que seja a força de que dispõem. Quando o presidente Mao Tsé-tung diz que 'o poder está na ponta da espingarda' é que a experiência revolucionária do nosso povo nos confirmou a justeza deste princípio fundamental da luta popular armada (...). O povo e o governo chinês apoiam firmemente a vossa luta, porque ela é justa, mas também porque ela faz parte da luta que travam os povos do mundo inteiro contra o imperialismo e os seus lacaios".



## NOTAS

(1) Apartheid - Fórmula jurídica que se verifica em países sujeitos a um domínio colonial por parte de uma nação de raça diferente e caracteriza da por uma divisão rigorosa da sociedade em dois planos inteiramente se parados, cada qual regido por normas jurídicas, administrativas e sociais específicas: o plano dos colonizadores ou membros da "raça superior" e, sujeito a ele e sem direito a confundir-se com ele em qualquer circuns tância, o plano dos colonizados, ou membros da "raça inferior".

(2) Seria conveniente analisar as causas e as diversas manifestações das perseguições aos judeus através da história. A complexidade e vastidão desta questão levam-nos a não a tratar neste artigo, remetendo-a para um número posterior do jornal. Podemos, no entanto, traçar as linhas gerais a que deverá atender uma interpretação do problema: a) o facto de, durante os dez séculos que durou o feudalismo na Europa, os comerciantes jude us terem mantido a tradição comercial da costa síria — originada pela sua posição geográfica de intermediária entre a zona mediterrânica e a Norte do Mediterrâneo e a zona da Ásia central, da Índia e da China, de intermediária entre o comércio marítimo do Mediterrâneo e o comércio das caravanas, asiático; deste modo, são os mercadores judeus, pelo seu lug ar nos circuitos comerciais e pelo capital em dinheiro já acumulado, que estão colocados em situação ideal para, aquando da desagregação do mundo feudal, virem a constituir a primeira camada dos capitalistas; efectivamen te, o capital da aristocracia fundiária (a classe superior do regime feudal) era constituído predominantemente por terras, e não por dinheiro, o que dificultava a sua adaptação a uma economia comercial, baseada na moeda. b) Foi precisamente essa dificuldade de adaptação que provoco u aos senhores feudais graves problemas económicos, à medida que se gene ralizavam os circuitos comerciais, acelerados pelo movimento das Descober tas; ameaçados pela evolução da economia feudal para uma economia come rcial, evolução que não conseguiam acompanhar, os grandes senhores feuda is vão tentar adquirir os capitais de que precisam através de um proce sso vasto, de que a luta contra os grandes comerciantes plebeus foi um dos pontos; e entre esses grandes comerciantes plebeus contavam-se, natura lmente, os representantes do grande comércio judaico. c) Por outro lado, a evolução económica provocava nas massas populares uma crescente pauperização, e a aristocracia feudal deparava-se com um movimento de revo lta interno cada vez mais acentuado; um dos derivativos que arranjou para atenuar os efeitos da nova situação económica foi o de, através da propaganda conduzida pela máquina ideológica e orgânica da Igreja (católi ca, no Ocidente e, no Oriente, ortodoxa), lançar as massas populares (pequenos camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) não só contra os grandes comerciantes judaicos, mas também contra os pequenos camponeses e os pequenos comerciantes de origem judaica, que se viram assim espoliado s das suas courelas ou dos seus pequenos negócios, roubadas as suas casa s e praticamente a totalidade dos seus bens, corridos e assassinados, forçados por fim a emigrar para regiões (a Holanda e os restantes Países - Baixos, por exemplo) onde era dominante a economia capitalista mercantil e onde a aristocracia fundiária era inexistente, ou pouco poderosa. d) Em conclusão: as perseguições aos judeus, quer no período especificamen te descrito, quer em quaisquer outros, em sociedades onde o feudalismo



mo subsistisse, são o resultado da acção de diversas classes, cada uma com um objectivo específico, embora com uma determinante geral; por um lado, são o resultado da luta dos grandes senhores feudais contra os grandes comerciantes capitalistas, luta para a qual, através de determinadas medidas demagógicas, os primeiros obtinham o apoio das classes populares; por outro lado, são o resultado da revolta das classes populares, que o processo económico arruinava progressivamente, e que a aristocracia feudal, numa manobra demagógica, e através da propaganda e do incentivo da Igreja, lançava contra os pequenos camponeses e os pequenos comerciantes judeus; desta forma, a aristocracia fundiária pretendia apoderar-se dos bens dos grandes comerciantes (judeus), ao mesmo tempo que tentava travar a própria desagregação da economia feudal, e pretendia assegurar a estabilidade ao seu domínio interno, assegurando às massas populares dos seus países as terras e os bens das massas populares judaicas. A perseguição aos judeus é, portanto, parte de um processo especificamente económico e mostra, entre outras coisas, como as massas populares podem ser lançadas num movimento de que a classe opressora é a maior beneficiária. É este o único modo de encarar o racismo e determinar as suas causas e, portanto, abatê-lo efectivamente. Deixemos para os velados defensores do "statu quo" os apelos humanitários e sentimentais.

(3) Lorand GASPAR, Histoire de la Palestine, Paris, 1968, Petite Collection Maspero. Um ponto de vista não-marxista, humanista pró-árabe sobre a questão.

(4) Foreign Office: o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico.

(5) Compradores: A burguesia compradora é constituída pelo sector da burguesia cuja fonte fundamental de lucros reside no comércio em grande escala, de tipo importação-exportação. Estando a sua formação ligada ao aparecimento e desenvolvimento dos diversos impérios coloniais (português, espanhol, holandês, inglês, francês, americano), ela formou-se, quer nos países atrasados economicamente e explorados colonialmente na Ásia, África e América, quer nos países capitalistas da Europa e da América do Norte. Como nestes últimos os grandes comerciantes, pelos enormes lucros da exploração colonial, são também grandes financeiros, e tendem, dentro do processo de desenvolvimento capitalista, a tornar-se também industriais — as barreiras entre a burguesia compradora, financeira e industrial diluem-se. Já nos países colonizados ou neo-colonizados os compradores são os intermediários do domínio económico do capitalismo — incapazes de desenvolver a indústria no seu país, porque isso não está nos planos do imperialismo — e permanecendo, portanto, puramente compradores, tendo como actividade fundamental o comércio de tipo importação-exportação. Como disse o camarada Mao Tsé-tung em 1926, na "Análise das classes na sociedade chinesa": "No país economicamente atrasado, semi-colonial, que é a China, a classe dos proprietários da terra e a burguesia compradora são, na plena acepção da palavra, vassallos da burguesia internacional. A existência e o desenvolvimento destas classes estão submetidas aos interesses do capitalismo".

(6) Chamamos pequeno-burgueses demagógicos aos dirigentes baasistas e nasseristas por a sua ideologia política ser pequeno-burguesa (ou seja, por propôr como objectivo a conciliação das classes), e demagógicos por pretenderem apresentar os seus regimes políticos como regimes socialistas de democracia popular.



Os partidos Baas são partidos importantes na Síria (onde actualmente se encontra no poder) e no Iraque.

(7) XX Congresso do PCUS (1956): foi um passo importante na ascensão do revisionismo na URSS. Nesse congresso os dirigentes revisionistas apoderaram-se do aparelho partidário e governamental da União Soviética.

(8) Existe racismo sempre que numa sociedade em que coexistem mais do que uma raça, das quais uma apenas detém o poder, esta pretende adormecer a consciência de que existe luta de classes e transformar as manifestações e efeitos desta numa "luta de raças".

(9) Esta doutrina, que "distraidamente" esquece o problema do povo palestino e a existência da resistência palestina, para apenas reivindicar a restituição ao Egipto, à Síria e à Jordânia dos territórios ocupados por Israel a partir de 1967 encontra-se também expressa no "Avante!" o órgão central do partido revisionista português, fiel defensor das posições revisionistas da URSS sobre política internacional, ou seja, fiel defensor da partilha do globo em duas zonas imperialistas de influência — uma americana, outra soviética. No seu número de Março de 1970, publica o "Avante!" um artigo em que, sob o título sensacionalista de "Crise explosiva no Médio Oriente" se fala nos ataques e conquistas expansionistas de Israel, agente do imperialismo internacional e em primeiro lugar do americano contra o Egipto, a Síria e a Jordânia, se fala do trabalho de sapa do imperialismo "visando derrubar os regimes progressistas e anti-imperialistas existentes nalguns países árabes" e se fala de "uma solução política justa da crise", que a União Soviética promove "ajudando os povos árabes a defenderem-se da agressão, dando-lhes o apoio necessário para fortalecerem a sua capacidade defensiva contra os seus agressores". Mas nesse artigo não há uma palavra a respeito da expropriação ao povo palestino que desde o início constituiu a formação do Estado de Israel; não há uma palavra sobre a existência de uma resistência palestina, ou sequer de um povo palestino; não há uma palavra sobre a luta de classes interna nos regimes "progressistas", nem sobre o acumular de dificuldades e de repressão, sob qualquer pretexto momentâneo, levado a cabo por esses regimes contra a resistência palestina.



# NOTA

## os revisionistas soviéticos e os fascistas ibéricos apertam as mãos

Era evidente que os contactos entre o governo da burguesia de Portugal e o governo da nova burguesia da URSS não seriam eternamente feitos por intermediários — como nós noticiávamos no nº 1 de "Viva o Comunismo!", em "Os revisionistas soviéticos e os fascistas ibéricos dão-se as mãos". Ao ritmo acelerado em que decorria o processo então assinalado, eram de prever para breve os primeiros contactos directos não oficiais a abrir caminho para posteriores contactos oficiais e estabelecimento de relações diplomáticas permanentes entre os social-imperialistas soviéticos e os fascistas portugueses.

E assim, utilizando a admirável ocasião fornecida pela visita "cultural" a Lisboa dos ballets de Kiev (que, vivendo à custa do povo da União Soviética, põem a dança não ao serviço do proletariado mas ao serviço da ideologia burguesa), encontraram-se e conversaram muito longamente o ministro da Educação Nacional Veiga Simão e um representante do ministério dos Negócios Estrangeiros soviético que acompanhava (providencialmente!) aquela companhia de ballet.

Foi durante uma recepção oferecida a um número restrito e muito seleccionado de convidados em honra da companhia dos ballets de Kiev, e entre o caviar e o champagne (ou o vodka e a lagosta), que se realizou mais este passo no sentido do estreitamento das relações diplomáticas, na tentativa do reforçamento mútuo do domínio da burguesia em Portugal e da nova burguesia na URSS, através do aumento das trocas comerciais (logo, do reforçar da economia capitalista) e das trocas culturais (logo, do reforçar da ideologia burguesa dominante).

Face à corrente mundial da Revolução, face à revolta do proletariado dos países capitalistas e dos povos oprimidos do terceiro mundo, os revisionistas soviéticos e os fascistas portugueses apertam-se mais estreitamente as mãos para avançarem nos caminhos da contra-corrente reaccionária, na tentativa vã de melhor abafarem a corrente dominante no mundo de hoje — a corrente revolucionária, que na península indochinesa, na Palestina, nas colónias portuguesas de África e em todo o mundo lhes vai minando as posições e que acabará por os varrer impiedosamente dos seus últimos bastiões!



# de Salazar a Marcelo

## TRÊS PONTOS NA CONSTRUÇÃO DO FASCISMO PORTUGUÊS: UMA POLÍCIA, UMA ADMINISTRAÇÃO, UM PARTIDO

### MANTER A BASE SOCIAL DO FASCIS- MO...

A grande indústria, que nos anos vinte estava numa fase ainda atrasada do seu processo de concentração, cresce em seguida à segunda guerra mundial imperialista num ritmo cada vez mais veloz, até se transformar na principal força económica nacional. Elemento determinante da vida económica do capitalismo português, e detendo portanto a iniciativa política, a grande indústria vê-se obrigada, através de um controle cada vez mais seguro do aparelho de Estado, a tentar modernizar o capitalismo português segundo os seus interesses, ou seja, tentar introduzir na sociedade portuguesa aquelas alterações necessárias para assegurar o completo domínio por parte dos grandes monopólios e o rápido acréscimo dos seus lucros.

A enorme concentração económica a nível mundial verificada depois de 1945, e mais particularmente na última década, que pulverizou as fronteiras dos velhos países da Europa, que apagou essas fronteiras que durante mais de um século foram o tema constante dos discursos nacionalistas dos políticos da burguesia e a demagógica "justificação" de duas guerras mundiais imperialistas, que proclama agora a Europa unida dos grandes monopólios, dos grandes industriais e dos grandes banqueiros — essa concentração económica mundial rompeu as precárias barreiras alfandegárias que o fascismo erguera no após-guerra para incentivar e proteger o crescimento da indústria capitalista nacional. Face à esmagadora concorrência dos grandes monopólios estrangeiros que abriram, ou a quem teve de abrir, as portas de Portugal e das colónias,



face à guerra de libertação dos povos coloniais, a grande indústria portuguesa vê-se obrigada, para assegurar a sua continuidade, a proceder a um certo número de remodelações económicas fundamentais.

Em primeiro lugar, como tarefa prioritária, a modernização capitalista da agricultura, quer através da mecanização sistemática das tarefas agrícolas e, em geral, da introdução de novas técnicas de cultivo, quer através da criação de novos centros fabris destinados à transformação industrial de produtos agrícolas. Este conjunto de medidas tendentes à industrialização da agricultura acarreta consequências de várias ordens, nomeadamente no aspecto social, apressando a desagregação do sistema tradicional de sociedade rural, patriarcal e subordinada à autoridade do senhor da terra, base social que permitiu chegarem até aos nossos dias, praticamente inalteradas, ideias, usos e preconceitos feudais.

A mecanização do cultivo e o melhoramento das técnicas agrícolas exigem do lavrador que as usa uma certa base económica, e são incompatíveis com o sistema de pequena propriedade, cuja concentração aceleraram enormemente, provocando a ruína e a consequente proletarianização dos jornaleiros e dos pequenos camponeses pobres (1). Por outro lado, a criação de novas indústrias (transformação industrial de produtos agrícolas, ex: concentrado de tomate) em regiões até aqui exclusivamente agrárias, contribui também para a desagregação da sociedade camponesa tradicional, proletarianizando muitos jornaleiros e camponeses pobres, ou transformando-os em meio operários, meio camponeses. Assim, tornam-se mais precários os laços de dependência que subjagam os camponeses pobres aos grandes senhores da terra locais, e estes camponeses recém-proletarianizados, outrora servos do grande ou médio pro

prietário semi-feudal (2), convertem-se hoje nos escravos da grande indústria, senhor incomparavelmente mais absoluto, mas que, destruindo todos os velhos restos económicos e ideológicos do feudalismo, gera a força invencível que o há-de derrubar a ele e instaurar no mundo a sociedade sem classes — o proletariado. Esta transformação social do velho mundo rural é ainda acelerada por outros factores. Para poder resistir à esmagadora concorrência dos grandes monopólios no mercado internacional, a indústria capitalista portuguesa tem que assegurar um mercado interno mais vasto, aumentando, para isso, o poder de compra da população. A elevação do nível dos salários em alguns sectores industriais e entre os trabalhadores agrícolas é, ao lado da industrialização da agricultura, um novo elemento a minar o esquema tradicional da sociedade agrária portuguesa, a cortar os vínculos que submetem o camponês ao grande senhor da terra e a estabelecer o domínio cada vez mais generalizado da grande indústria capitalista sobre o mundo rural.

No entanto, precisamente pelas consequências que acarreta, a modernização capitalista da agricultura tem de obedecer a uma certa moderação nos ritmos e a uma certa prudência nas medidas a tomar. "É um domínio que o Governo julga dever encarar de frente" dizia Marcelo logo num dos seus primeiros discursos, "embora não possa resolver demagogicamente problemas que, a não serem tratados com o cuidado devido, poderiam causar abalo profundo na nossa economia agrária" (27 de Novembro de 1968). Colocada, por um lado entre uma esmagadora concorrência internacional e o atraso com que iniciou a sua industrialização, o que lhe restringe muito a margem de lucro, e, por outro lado, entre a revolta do seu proletariado metropolitano e a guerra de libertação dos



povos coloniais, a grande indústria portuguesa não se pode permitir vôos demasiado largos nem manobras excessivamente rápidas. Se a modernização capitalista da agricultura é uma necessidade premente, os grandes industriais não podem voltar contra si os latifundiários, que constituem uma importante base de apoio do fascismo. Tanto mais que, dada a sua margem de lucro bastante limitada, o aumento do nível salarial a que os capitalistas são obrigados a proceder tem de ser feito em moldes fundamentalmente repressivos. Expliquemos melhor. Numa democracia burguesa (como a França, a Inglaterra, a Suécia, etc.), em que as organizações sindicais são autorizadas legalmente, os capitalistas sabem que os sindicatos reformistas, controlados pelos revisionistas ou pelos social-democratas, conduzem as reivindicações económicas dos trabalhadores de forma moderada e "ordeira", respeitando a legalidade burguesa e capazes de largas concessões e acordos na mesa de negociações. No entanto, para que estes sindicatos reformistas possam manter a sua influência sobre os trabalhadores, são obrigados a exercer uma pressão mais ou menos constante sobre o patronato, pedindo a satisfação de reivindicações económicas limitadas. Trata-se de um "modus vivendi" estabelecido pelos capitalistas, que podem desta forma controlar perfeitamente as reivindicações económicas das massas trabalhadoras (e, através do peso de toda a ideologia reformista, limitar as reivindicações ao aspecto puramente económico, fazendo esquecer o político), concedendo a conta-gotas a satisfação de certas exigências. Mas isto só acontece em países em que a grande burguesia, através da exploração imperialista e neo-colonial, acumula enormes super-lucros, e mesmo assim só em alturas de certa estabilidade económica. A legislação contra certas greves e o acordo com os sin-

dicatos revisionistas e social-democratas no sentido de limitar o movimento grevista, a que procedem ultimamente o governo francês e britânico, e o surto de greves "selvagens", desencadeadas pelos trabalhadores fora dos sindicatos reformistas, na Bélgica, na Suécia e na Dinamarca, etc. mostram bem que a crise económica que se avizinha levará o grande capital a formas de repressão ainda mais violentas e lançará a classe operária e as massas trabalhadoras contra a burguesia em formas de luta muito mais audazes (3).

Mas a reduzida margem de lucro da grande indústria capitalista nacional não lhe permite a tática de paliativos dos sindicatos reformistas. Por outro lado, a burguesia também não ignora que os "sindicatos" fascistas não possuem nenhuma radicação nem influência entre a classe operária, limitando-se, no fundo, a constituir uma agência de informações da Pide; sabe, portanto, que não se pode basear neles para conter as reivindicações dos trabalhadores. O deputado Amaral Neto, actualmente presidente da Assembleia nacional e membro da comissão central da Acção Nacional Popular, referiu-se há tempos, no parlamento, aos "recentes incidentes na cintura industrial de Lisboa" que "demonstraram a pouca confiança dos operários na organização corporativa do trabalho" (28 de Fevereiro de 1969).

Desta forma, a burguesia portuguesa está exposta a que o proletariado lute pelas suas reivindicações económicas sem o travão dos sindicatos reformistas, está exposta a combater as massas trabalhadoras em movimento, libertas dos entraves dos bonzos sindicais. E se até agora essas lutas, por mais duras que tenham sido no aspecto económico, por falta de uma direcção política comunista se perdem politicamente em proveito da burguesia fascista (ex: na Carris, em 1968, quando o governo manobrou hábilmente, atribuindo to



das as culpas ao imperialismo britânico, para ocultar que a causa básica da exploração dos trabalhadores é o regime capitalista) ou dos revisionistas (ex: os ferroviários, no ano passado, que viram a sua luta orientada pelos reformistas ao serviço das candidaturas eleitorais da social-democracia), a burguesia não ignora que o incremento das organizações revolucionárias da classe operária irá ter como consequência também o endurecimento da luta sindical dos trabalhadores.

Sem sindicatos reformistas nem possibilidade de os criar, e sem poder contar com o aparelho "sindical" fascista para conter ou reduzir as reivindicações económicas, a grande indústria capitalista terá de basear a sua política salarial fundamentalmente nas armas puramente repressivas: a Pide, a GNR, etc.

Preparando-se portanto para combates cada vez mais violentos com as massas trabalhadoras, a grande indústria não se pode arriscar a limitar a base social do regime fazendo perigar a sua aliança com os latifundiários. Por outro lado, estes, "forças da ordem" por excelência, ideólogos do espírito de tradição e da manutenção das hierarquias, controlam politicamente as forças repressivas: Pide, Exército e, através deste, a GNR, a polícia, etc., dado que os oficiais destas últimas vêm do quadro dos oficiais do exército. E, por outro lado ainda, o peso dos grandes proprietários semi-feudais sobre largos sectores da população camponesa, se diminui cada vez mais, se é ameaçado pela própria evolução da indústria capitalista, não é de forma nenhuma desprezível. Essa situação, que permite manter largas camadas de camponeses sob a tutela económica, policial e ideológica dos senhores semi-feudais — crescendo ainda a completa ausência de trabalho político comunista na grande parte das nossas regiões agrárias —, é um po-

deroso factor da "paz" e da "ordem" fascista e tem privado até agora o proletariado dos seus mais preciosos aliados: os trabalhadores rurais e os camponeses pobres.

Assim, é esta situação particular da grande indústria portuguesa que ditará não só os ritmos com que irá proceder à industrialização da agricultura, mas também a táctica política a empregar para arrancar aos latifundiários semi-feudais, sem com eles quebrar a aliança, as alavancas principais do aparelho político, governamental e partidário do regime.

### ...E ALARGÁ-LA

Mas o que caracteriza a fase actual da política da burguesia portuguesa é a aliança do fascismo com a social-democracia. Aliança política, cujas razões económicas convém pôr a claro.

A expansão da indústria, provocando a aceleração do progresso técnico, criando a necessidade de descobrir e aplicar técnicas novas, modernas formas de gestão, modos novos de aumentar a rentabilidade das empresas, cria novas necessidades de engenheiros, quadros, etc. É esta camada de tecnocratas que constitui o sector da pequena-burguesia próprio do capitalismo monopolista. Enquanto ideólogos, os tecnocratas defendem a modernização capitalista, a "racionalização" e a tecnicização, defendem a rápida evolução da indústria capitalista que lhes possibilitará empregos e promoção social. Assim, se os interesses dos tecnocratas eram já convergentes com os da grande burguesia industrial, agora, que o incremento da indústria portuguesa é um facto, eles vêm os seus interesses não só convergentes, mas identificados. É directamente ao serviço da grande indústria que os tecnocratas vão pôr a sua ideologia, a sua ciência, os seus conhecimentos técnicos e a sua experiência; é di-



rectamente ao serviço da grande indústria que vão planificar a remodelação da máquina do ensino, nomeadamente da universidade, de molde a que esta se torne um mais racional produtor de quadros técnicos, cuja ideologia corresponda às necessidades de evolução e actualização constante da indústria moderna, e não só de catedráticos juristas, ideólogos do imobilismo social e da manutenção das tradições, que era de lei quando o predomínio económico e a iniciativa política pertenciam aos latifundiários (de Portugal e das colónias) e aos restantes sectores tradicionalistas. Os tecnocratas e os quadros vão, pois, colaborar activamente com a grande indústria, de modo a introduzir no capitalismo português as alterações necessárias para assegurar uma procura de técnicos o mais ampla possível.

Esta situação exprime-se, no campo político, pela aliança do governo com a social-democracia. Em resposta ao jornalista que lhe perguntava quais "as maiores carências da administração pública", Marcelo respondia: "São as de técnicos ... E os técnicos são poucos e disputados pelo sector privado, que lhes paga como pode e quer" ("Diário de Notícias", 24 de Outubro de 1969). E o aspecto político da questão foi bem sublinhado pelo próprio Marcelo Caetano: "Tenho visto que em Portugal há intelectuais e técnicos a quem a revolução social repugna mas que olham com simpatia a posição social-democrata" (21 de Fevereiro de 1970).

Por seu lado, os ideólogos da social-democracia e do revisionismo encarregam-se de dar um tom humanista a essa aliança com o fascismo. O aumento dos salários, que vimos ser, neste momento, condição do desenvolvimento da grande indústria e parte do processo de exploração da força de trabalho do proletariado, é apresentado pelos demagogos da ASP (Ac

ção Socialista Portuguesa, partido de Mário Soares) e do partido revisionista de Cunhal como o objectivo final da acção dos trabalhadores. Num documento de Dezembro de 1969, publicado no "Avante!" de Janeiro deste ano, a comissão política do comité central revisionista reduz a acção das massas trabalhadoras à luta por reivindicações económicas limitadas, e entrega a condução da luta política à burguesia, apontando como meta a essa luta política a legalização dos partidos da burguesia liberal. E, ainda mais recentemente, declaram os dirigentes revisionistas que "a força de qualquer movimento democrático progressista não reside em declarações mais ou menos sonantes nem mesmo em qualquer programa muito bem elaborado se bem que isso seja muito importante, mas nas massas em movimento, em defesa dos seus interesses imediatos..."

("Avante!", Março de 1970, pag. 5, 1ª coluna) (4), o que significa: deixamos os políticos burgueses iludir as massas trabalhadoras com programas confusos, em que por detrás de uma indefinição de objectivos se ocultam objectivos burgueses muito reais e concretos, e conservemos os trabalhadores limitados a reivindicações económicas estreitas, sem que lhes sejam dadas quaisquer perspectivas políticas, sem que essa luta económica seja utilizada para abrir uma vasta frente de combate contra a classe burguesa e o capitalismo. Desta forma, os revisionistas integram-se objectivamente dentro da política capitalista, defendendo os interesses políticos da burguesia liberal e ajudando a grande burguesia a ocultar sob a demagogia do aumento de salários o real crescimento do seu poder económico. É preciso deixar bem claro que a limitação da luta das massas trabalhadoras a objectivos económicos, proclamada pelos revisionistas para afastar a classe operária da acção política comunista, é, em primeiro



lugar, um elemento que se integra no programa de crescimento económico da burguesia. Em segundo lugar, é um elemento fundamental na aliança da social-democracia (de que os revisionistas são um apêndice e o agente na classe operária) com o fascismo. Em terceiro lugar, é a condição para a burguesia liberal utilizar as massas trabalhadoras como instrumento de pressão sobre os governantes, em defesa dos seus interesses políticos burgueses. Não é outro o significado da prosa do "Avante!", dos discursos da C.D.E. ou de Mário Soares, falando das "reunerações dignas" ou do "decente nível de vida".

Só um partido comunista revolucionário pode desencadear uma luta no campo económico que defenda verdadeiramente os interesses dos trabalhadores. Em primeiro lugar, não se sujeitando, como fazem os revisionistas, aos "sindicatos" fascistas, que não são organizações de massas mas simples escritórios da Pide, e criando movimentos sindicais clandestinos que encabeçam a luta económica dos trabalhadores. Em segundo lugar, não apontando como objectivo reformas económicas limitadas, mas indo sempre mais além nessas reivindicações e mais longe na luta. E, acima de tudo, não limitando a luta ao campo económico mas tratando de dar à classe operária e às massas trabalhadoras uma visão política comunista, tratando de desencadear contra a burguesia, o seu aparelho de Estado e o seu sistema económico, a ofensiva revolucionária do proletariado e das massas trabalhadoras, prosseguindo fins políticos comunistas.

Os problemas económicos que hoje se põem à grande indústria já se faziam sentir, como é evidente, no tempo de Salazar. E já nesse tempo as próprias exigências da vida económica tinham levado os governantes fascistas a procurar uma solução para o problema. Mas essa solução só

poderia ser obtida institucionalizando-se uma plataforma política entre o fascismo e a social-democracia. É a essa plataforma, expressão política de uma situação económica que se tem vindo a desenhar muito claramente na última década, que hoje se chama "marcelismo". A social-democracia chama-lhe também "liberalização", e não há dúvida que esta palavra, de sentido preciso, é bem empregue... quanto à social-democracia.

### ESPERTEZA SALOIA, OU LUTA DE CLASSES?

Se o marcelismo se distingue do salazarismo por ser uma nova plataforma de alianças da grande burguesia portuguesa, ambos têm em comum dois pontos fundamentais, que os fazem pertencer a um mesmo tipo de governo e empregar uma mesma táctica política.

A um mesmo tipo de governo, isto é, ao fascismo: governo que se pretende "acima das classes", "união sagrada" dos diversos sectores da burguesia face à ascensão da classe operária. Esses sectores da burguesia, arrastando atrás de si (nos seus momentos de apogeu), ou tentando arrastar (nos seus momentos de crise), largas camadas da pequena-burguesia, conseguem assim manter uma repressão firme sobre a classe operária e as organizações revolucionárias.

E com uma mesma táctica política. "Tenciono conduzir prudentemente uma renovação", diz Marcelo. "A prudência parece-me indispensável, e cada vez mais..." ("Diário de Notícias", 24 de Outubro de 1969). Tal como o seu antecessor, também homem de mudanças prudentes, lentas e ponderadas. Hoje, como ontem, quem aparece publicamente a conduzir as reformas são elementos conciliatórios, ou obscuros e apagados, e não os verdadeiros defensores das novas correntes. Esta táctica tem sido



considerada, tanto pelos opositores republicanos como pelos seguidores de Álvaro Cunhal, como motivada por causas puramente psicológicas, indício e expressão de uma tacanha mentalidade provinciana do António das botas. E, no entanto, a "prudência" política, a "moderação" táctica, têm motivos de classe perfeitamente determináveis e enraizam-se na situação específica portuguesa.

É importante não esquecer que o fascismo português não teve, para instaurar o seu domínio sobre o aparelho de Estado, de combater, como o alemão, o italiano ou o espanhol, uma classe operária de que a maioria, ou largos sectores, fosse conduzida por um partido comunista. Embora formalmente fundado em 1921, o Partido Comunista português só começou de facto a possuir uma certa projecção depois de 1928 (5). Até aí, a classe operária tinha estado completamente dominada pela ideologia burguesa (através das diversas correntes republicanas), ou pequeno-burguesa (através do anarquismo, anarco-sindicalismo, etc.), e tinha estado enquadrada exclusivamente em organizações burguesas (os diversos partidos da I República) ou pequeno-burguesas (o Partido Socialista, a Carbonária, durante um certo tempo a União Operária Nacional, em seguida a Confederação Geral do Trabalho, e outras). Deste modo, a burguesia combatia um proletariado cujas acções eram suficientemente fortes para prejudicarem a solidez económica do capitalismo, mas que, ideológica e orgânicamente dominado pela burguesia, não lhe podia opor uma resistência coesa nem um programa político revolucionário. O golpe de 28 de Maio conseguiu assim, frente a um proletariado disperso e que não prosseguia uma política independente, reforçar a sua ditadura sem ter para tal de utilizar os sectores populares mais corrompíveis ou mais fáceis de iludir, sem

ter que os transformar, a troco de algumas concessões, nas tropas-de-choque do combate contra a vanguarda operária e da eliminação física dos comunistas e dos elementos revolucionários.

Na Itália, na Alemanha e, de certo modo, em Espanha, o fascismo deparou-se com partidos comunistas fortes e gozando de larga projecção. Por isso, viu-se obrigado a assegurar a neutralização de sectores mais ou menos largos das classes trabalhadoras, através da penetração na própria classe operária de organizações em que, sob a autoridade de chefes fascistas, se enquadravam predominantemente elementos do "lumpenproletariat" (6) e também trabalhadores. Essas organizações constituíam a ala demagógica do fascismo, com palavras-de-ordem pretensamente "socialistas" e "anti-capitalistas", ao mesmo tempo que defendiam e praticavam um anti-comunismo extremo. E foi só depois de, apoiado nessas tropas de choque, ter "varrido a rua", exterminando e encarcerando maciçamente os comunistas e destruindo as organizações operárias, e ter estabelecido o seu domínio sobre toda a máquina de governo e sobre o exército, que o fascismo, nesses países, pôde suprimir (ou pela violência física, ou pela manobra política) os dirigentes que pretendiam dar-lhe um demagógico colorido populista. O papel de tais dirigentes e de tais organizações terminou com o estabelecimento do fascismo no poder e foram substituídos pelas tradicionais formas de repressão — exército, polícia — mais seguras para o grande capital porque directamente controladas pela máquina de Estado e porque desprovidas de quaisquer veleidades populistas. A grande burguesia não fizera o seu golpe de Estado em benefício da "plebe". Cedeu a algumas das suas reivindicações enquanto dela precisou. Mas essa etapa estava agora encerrada e o grande capital podia en-



fim moldar à sua vontade o aparelho governamental e repressivo e determinar segundo os seus exclusivos interesses a política económica. Assim, na Alemanha, o assassinato de Roehm e dos restantes dirigentes das S.A.; na Itália, a derrota política de Farinacci e o afastamento de Italo Balbo, posto vice-rei na Etiópia; em Espanha, a longa prisão de Manuel Hedilla, pouco antes do fim da guerra civil (7).

Fraca correspondência estes acontecimentos tiveram em Portugal. No número anterior deste jornal tivemos oportunidade de referir o modo silencioso e pacato como Salazar pôde suprimir a desenraizada tendência populista de Rolão Preto, e adiante nos voltaremos a referir a este assunto. A diferença entre a modorra do fascismo português e a excitação do fascismo italiano não passou despercebida aos políticos da grande burguesia, bem como as razões de classe dessa diferença.

"Quem percorrer hoje Portugal em busca das suas realizações corporativas" dizia Marcelo em 1940, "esperantar-se-á talvez por não encontrar a mística do sistema, por que se não achar entusiasmo. Os organismos trabalham num ambiente de calma...É um dos grandes milagres de Salazar, essa 'revolução na ordem'" (8). Mais claramente ainda, disse Salazar, o "milagreiro": "A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação...Mussolini, como sabe, é um admirável oportunista da acção...Senti-lo, constantemente, entre o escuro que ele soube formar, que o serve com tanta inteligência, e a rua, a que é forçado a agradar, de quando em quando". E umas dezenas de páginas mais à frente: "Não compare,

digolhe mais uma vez, o caso italiano com o português. Mussolini teve logo a seu lado, com a mola de ocupação das fábricas, trezentos e cinquenta mil camisas negras. Com uma força inicial dessas toda a força é possível...Somos um País pobre...Vamos devagarinho, passo a passo" (9).

Aliança com os tradicionalistas, para tentar conservar a "ordem" e conter a luta das massas trabalhadoras. Aliança com a social-democracia, condição política da aceleração do desenvolvimento da indústria capitalista nacional. É isto o marcelismo, o quadro em que hoje se processam as manobras da burguesia, que contém os elementos determinantes da continuidade da ditadura da grande burguesia: a política fascista e a tática prudente.

#### DA PIDE À D.G.S.

Esta nova plataforma de alianças não se poderá efectivar sem uma remodelação nos órgãos e nos instrumentos do poder. A aliança com os tradicionalistas para a manutenção do aparelho de repressão e do exército não significa que Marcelo não trate de, em primeiro lugar, colocar quadros seus dentro das instâncias superiores desse aparelho de repressão e do exército. Um dos exemplos mais significativos dessa tática foi a nomeação, a 23 de Março deste ano, do marcelista Kaulza de Arriaga para comandante chefe das forças armadas de Moçambique.

Em segundo lugar, Marcelo remodela desde já o aparelho de repressão, nomeadamente a Pide, para que esta sirva a sua política.

Efectivamente, a Pide tem agora de usar uma habilidade e um senso adaptados às novas circunstâncias. A aliança com a social-democracia não está consolidada ainda e não é de um dia para o outro que se firmará definitivamente. E, no prosseguimento dessa aliança a Pide vai ter



um papel fundamental, conservando à acção da social-democracia a abertura necessária, mas defendendo ao mesmo tempo, e rigorosamente, as exigências impostas pelos tradicionalistas e pelos "ultras" quanto à questão colonial. Na primeira visita que efectuou à Pide como ministro do Interior, Gonçalves Rapazo te indicou o novo programa da repressão, "trabalho delicado em virtude da multiplicidade das posições individuais e das cumplicidades militantes, da variedade das ideias e das bandeiras desfraldadas ... trabalho cheio de dificuldades, de responsabilidades e de riscos em que os polícias se comportam, por vezes, como as personagens de Graham Greene na linha limite da legalidade e do erro. O ministro do Interior não lhes perdoará que infrinjam a lei mas também lhes não desculpa que errem" (19 de Novembro de 1968). Esta necessidade de distinguir entre uns e outros, entre a social-democracia e os revolucionários, e entre as diversas posições da social-democracia, esta capacidade de manobra foi prometida por Silva Pais, chefe da Pide, que declarou que a repressão actualria "não contra aqueles que honestamente possam discordar das Instituições que nos regem ou mesmo do sistema de Governo, mas sim contra aqueles que, obedecendo, às claras ou disfarçadamente, a Moscovo ou a Pequim, pretendem, por vários caminhos, etc., etc." (idem).

A abertura à acção da social-democracia, ou até o convite a essa acção, e a limitação a algumas das suas manifestações ou actividades não se prosseguem só ao nível dos discursos oficiais e dos contactos políticos, mas ao nível de todo o aparelho de Estado. E a Pide é parte integrante — e bem importante! — desse aparelho. Entre Marcelo e a social-democracia há um largo campo aberto ao debate, bem como um certo número de pontos bem defi-

nidos sobre os quais é proibida a discussão. Estes pontos, o mais importante dos quais é a guerra colonial, são a contribuição trazida, e imposta, pelos tradicionalistas e pelos "ultras" às regras do diálogo. Mas não se pense que é somente a pressão tradicionalista que leva Marcelo a vedar à discussão o problema colonial. Mostramos, no número anterior deste jornal, como a solução neo-colonialista, se podia beneficiar a grande indústria, ou os sectores determinantes dessa grande indústria, seria a ruína da pequena e média burguesia colonial, cujo limitado poder económico não lhe permite continuar estabelecida nas colónias após a "independência" política, por mais formal que esta seja. A grande indústria domina de longe, pela conservação dos mercados neo-coloniais, através do estabelecimento de governos pseudo-independentes confiados a uma burguesia africana. Mas os pequenos colonos e a média burguesia colonial, os que vivem da exploração dos povos africanos pelo pequeno comércio, explorações agrícolas ou empregos na administração, não têm, como a grande indústria, uma base económica que lhes permita dominar sem a sua presença física. A solução neo-colonialista obrigaria os pequenos e médios colonos a regressarem ao país. São centenas de milhares de homens, habituados a uma exploração desenfreada e sem peias, famintos de novos lugares na administração, de estabelecimentos comerciais, de posições na indústria, desejando um lugar ao sol na exploração do proletariado metropolitano, já que tiveram de abandonar os povos das colónias ao domínio da burguesia africana e à voracidade do grande capital. A grande indústria portuguesa, em crise de crescimento, ameaçada de perigo pela concorrência estrangeira, tentando recuperar o atraso com que veio ao mundo, não tem a margem de lucro suficiente para permitir a



concorrência no mercado interno de centenas de milhar de antigos colonos. Estreitamente ligada ao exército e aos "ultras", não hesitando perante o emprego da violência — e habituada a usá-la —, a média e pequena-burguesia colonialista, arruinada pela solução neo-colonial, lançaria a sua raiva sobre os industriais neo-colonialistas e os seus aliados social-democratas, defensores da via neo-colonial, ao mesmo tempo que procuraria dominar e explorar mais ferozmente ainda o proletariado para garantir uma rápida reconstrução das suas fortunas.

É contra este perigo que a grande indústria portuguesa tem de se precaver. Se ela precisa de assegurar a sua expansão, tendo para isso de manter a aliança com a social-democracia, tem, por outro lado, de manter a aliança com os tradicionalistas. Neste momento, prosseguir a guerra colonial significa em primeiro lugar, para o neo-capitalismo português, evitar o regresso ao país da pequena e média burguesia colonialista — condição para conservar e alargar a aliança de que necessita com a social-democracia. Para os sectores tradicionalistas, para os roceiros das colónias, para a pequena e média burguesia colonial, o prosseguimento da guerra tem um significado diferente. Trata-se de manterem as suas posições, de evitarem a ruína, trata-se de assegurarem uma certa independência económica face ao crescimento avassalador do grande capital. É esta duplicidade de interesses que leva os governantes fascistas a manterem inalterada a política de guerra colonial.

Já durante as eleições, e até antes delas, tanto Marcelo como certos sectores social-democratas tinham sido claros sobre os motivos que obrigavam ao prosseguimento da guerra colonial. A insistência de Mário Soares, isto é, a insistência de certos sectores económicos em

proporem publicamente a solução neo-colonial obrigou Marcelo a lembrar de novo, e mais explicitamente ainda, os motivos da sua política. Reafirmou o seu desejo de conservar a vida política aberta à social-democracia: "Eu bem queria ensaiar novos métodos de Governo, com mais larga e íntima participação...", mas traçou bem claras as fronteiras dessa aliança. "Porque este ponto é muito importante". E em intenção de Mário Soares ("certos políticos que andam por países estrangeiros") pôs os pontos nos is a respeito do problema colonial, lembrou que se a guerra continuava era precisamente para poder garantir aos governantes as condições internas que permitissem a aliança com a social-democracia. "As grandes empresas capitalistas que têm actividades no Ultramar continuariam a existir e a prosperar se por infelicidade perdêssemos as províncias africanas. Mas quem nós teríamos de receber e assistir, se tal desastre acontecesse, eram os humildes agricultores, os milhares de pequenos comerciantes, os donos de modestas indústrias, a legião de funcionários e empregados ... São essas centenas de milhares de colonos ... que todos sentimos o dever de proteger e defender..." (8 de Abril de 1970).

E no mesmo dia, poucas horas antes do discurso de Marcelo, o chefe-de-fila dos deputados "ultras", o nazi Casal Ribeiro, com uma idêntica clareza, mas com uma inteligência mais limitada (a que a estupidez permite) pede, no parlamento fascista, a prisão de Mário Soares, exige, sem papas na língua, que este "se sujeite às consequências inerentes aos actos que pratica".

A linha de repressão a todo o custo, defendida pelos "ultras", dá à política governamental o tom suficiente para que a social-democracia possa demagógicamente fazer crer que se trata de um puro desencadear da violência repressiva, e não de



uma fase do seu diálogo com os governantes fascistas. Mas, na realidade, a linguagem e os motivos de Marcelo são muito diferentes dos de Casal Ribeiro. Confundir uns com outros é a demagogia social-democrata, condição para se apresentar ao povo como "vítima do fascismo", enquanto vai prosseguindo as manobras da sua aliança com o governo. Depois da publicação do comunicado da DGS, Mário Soares apressou-se a enviar as suas declarações a um importante jornal francês. E foram tantas as garantias anunciadas, que ficámos na dúvida se ele estava a responder somente a Marcelo ou se não queria também, num largo espírito conciliatório, acalmar os "ultras", assegurar-lhes o seu respeito pelo Estado burguês. "Criticar a política de um governo e atentar contra a segurança interior ou exterior do Estado são coisas muito diferentes" (10), diz o dirigente da social-democracia. Pois claro! Quem iria pensar que o dr. Mário Soares atentaria contra "a segurança interior ou exterior" do Estado burguês? Quem não sabe que as suas críticas ao governo têm como única finalidade reforçar a segurança da ditadura da burguesia?

Quando um dirigente social-democrata (Mário Soares, Zenha, ou qual quer outro) insiste em propôr publicamente a solução neo-colonial, Marcelo tem de responder em dois campos: nos discursos e contactos políticos, expondo as suas razões. Com a polícia, cedendo, por um lado às pressões insistentes dos "ultras" e do exército; e, por outro lado, lembrando mais convincentemente à social-democracia quais os limites da aliança e quais as normas por que se rege a sua plataforma de entendimento comum. Exigências sobre a questão colonial, acompanhadas de promessas quanto à participação na vida política portuguesa, é este o campo de manobras políticas que farão o partido de Mário Soares ali

nhar cada vez mais segundo as posições fascistas.

Mas o importante papel da Pide na política marcelista, quer como elemento do diálogo com a social-democracia, quer como instrumento da repressão sobre as massas trabalhadoras e os movimentos revolucionários, obriga os novos governantes a introduzir certas alterações na estrutura da polícia política tradicional, de forma a que esta se torne numa arma mais manuseável e correspondendo melhor aos novos rumos do fascismo. A primeira fase desse processo foi a transformação da Pide em Direcção-Geral de Segurança, a 19 de Novembro de 1969.

Foi mais um passo na evolução da polícia política da burguesia portuguesa. Vinda já dos tempos da monarquia e da república parlamentar, o fascismo aperfeiçoou-a, criando a "Polícia de Informação", à qual se seguiu, desde Julho de 1931, a "Polícia Internacional Portuguesa" que, em Dezembro do ano seguinte, foi convertida na "Polícia de Defesa Política e Social"; a esta se seguiu a "Intendência Geral de Segurança Pública" para, em Agosto de 1934, se criar a "Polícia de Vigilância e Defesa do Estado", que durou até Outubro de 1945; foi nessa altura que, em resposta a uma forte oposição ao regime, o fascismo procedeu a uma grande remodelação dos órgãos policiais tendo o ministro da Justiça de então, Cavaleiro de Ferreira, criado a Pide. A Pide foi parte activa de uma determinada política e desde então tem correspondido ao que a burguesia esperava dela. Criando agora a Direcção-Geral de Segurança, Marcelo introduz certas reformas necessárias na estrutura da Pide, para que esta corresponda à nova plataforma de alianças.

Marcelo foi bem explícito ao frisar a necessidade de possuir uma polícia que obedecesse aos interesses da sua linha política, e que não servisse somente como instrumento



de pressão dos "ultras" sobre o governo. A frase é já célebre: "O importante, quanto a mim, é que a polícia seja um instrumento do Estado e não um superestado" ("Diário de Notícias", 23 de Outubro de 1969). Aperfeiçoar esse instrumento do Estado para que ele esteja à altura dos novos tempos e das novas tarefas, é esse o sentido da reforma de 19 de Novembro de 1969.

Reforma prudente, no entanto, de uma prudência cujas razões de classe e cujo sentido político já analisamos atrás. Marcelo limitou-se a proceder a uma reestruturação dos escalões dirigentes da Pide e a transferir para outros postos certos elementos de menos confiança política. Tendo já alargado, no último dia do ano de 1968, os quadros oficialmente declarados da Pide para 3.202, Marcelo Caetano limitou-se agora a introduzir na polícia política mais quatro novos dirigentes da sua confiança. (Dos cinco elementos entrados de novo quando da criação da Direcção-Geral de Segurança, um é o juiz de que adiante falaremos, e cuja ascensão na Pide se não reveste de importância política). É de notar o facto de ter sido nomeado para o cargo de inspector-superior encarregado de dirigir as operações da Pide nas colónias (o cargo máximo é o de director-geral, havendo logo abaixo dois inspectores superiores), um elemento escolhido por Marcelo, o pide Rogério de Moraes Coelho Dias (ver o "Diário de Lisboa" de 15 e 17 de Janeiro), o que poderá significar uma tentativa de Marcelo para controlar mais estreitamente a polícia política num campo onde a actividade desta é particularmente importante.

De qualquer forma, a criação da Direcção-Geral de Segurança representa uma pequena parte do que Marcelo será obrigado a fazer para limitar o peso dos "ultras" e da ala tradicionalista dentro do regime.

Face a esta remodelação, vejamos a posição expressa por uma das partes do novo diálogo — a social-democracia:

Num artigo publicado em Janeiro deste ano, o advogado Francisco Salgado Zenha (um dos mais importantes dirigentes da social-democracia portuguesa) afirma: a) que esta remodelação da polícia política constitui "uma promessa". "A promessa é a de que em breve será publicada uma 'lei orgânica' da Direcção Geral de Segurança" (11). b) Mas acrescenta que não basta uma nova lei orgânica e considera que "uma reforma verdadeiramente digna deste nome" seria a elaboração pela Assembleia Nacional fascista de uma nova legislação processual, que estabeleça que "ao juiz e só ao juiz compete instruir" o processo. Como se os juizes não obedecessem do mesmo modo que a Pide às ordens do fascismo, como se o aparelho judiciário e o aparelho policial não estivessem estreitamente interligados, não fossem ambas armas da repressão da classe burguesa sobre a classe operária. Como se a Direcção-Geral de Segurança não possuísse até um juiz, um verdadeiro, a sério, em carne e osso, que por sinal é também juiz do tribunal plenário, numa demonstração do que significa a "independência da magistratura" (12). É que, na realidade, o que Salgado Zenha pretende é a manutenção da polícia política como órgão de repressão sobre os trabalhadores, mas mais aberta às actividades da social-democracia. Porque o social-democrata Salgado Zenha, que alguns teimam em apresentar com o colorido de "vítima do fascismo", é um defensor da polícia política da burguesia, e um defensor declarado. "O facto de a polícia estar mais ou menos subordinada ao Governo" diz ele no artigo referido, "não é o que fundamentalmente interessa. A fronteira essencial... é a que se para a polícia da justiça, não a que junte a polícia ao Governo", ou



seja, mantenham os governantes fascistas a sua polícia, mas tornem-na mais doce e "justa" para com a social-democracia. É a este ponto de vista que Salgado Zenha, social-fascista, defensor da ditadura da burguesia, chama a posição "para o jurista e a liberdade individual" — o que tem a virtude de nos esclarecer sobre o valor das palavras.

Agentes da burguesia no seio do movimento operário, os revisionistas apresentam ao proletariado as vitórias da social-democracia, tentando fazer crer que se tratam de vitórias dos trabalhadores. Esta tática faz parte de um processo que já atrás referimos, e que consiste em limitar o operariado a acções económicas restritas, entregando à burguesia liberal a condução da luta política, isto é, subordinando os interesses de classe do proletariado aos interesses da burguesia liberal. Nós vimos já como a criação da Direcção-Geral de Segurança representa um passo em frente no estabelecimento da aliança entre o fascismo e a social-democracia de Mário Soares. No entanto, os dirigentes do partido revisionista consideram que a remodelação da Pide "foi um novo recuo do governo fascista" ("Avante!", Dezembro de 1969, pag. 6). "Recuo" de Marcelo perante a social-democracia, isso não há dúvida que foi. Mas, precisamente por isso, o processo de reforma da polícia política, de que a criação da Direcção-Geral de Segurança é um dos passos, estreitando a aliança entre o marcelismo e a social-democracia, consolida o fascismo, consolida a ditadura da burguesia. São estas as "vitórias" que os revisionistas apresentam à classe operária! E podemos estar certos de que os passos seguintes, tal como este, serão dados com a caução da social-democracia, que os aplaudirá como a defesa da "justiça" e da "liberdade individual", e com a caução dos revisionistas, que os saudarão como

um novo "recuo" do governo, prestando assim a sua colaboração, consciente ou inconsciente, à política marcelista de consolidação da ditadura da burguesia portuguesa.

#### PARA UMA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO

A máquina de Estado que o desenvolvimento da grande indústria exige não se compadece já com técnicas administrativas herdadas do século passado, nem com os ritmos lentos de uma burocracia pré-industrial. Num livro publicado em 1965, durante o intervalo preparatório do novo acto da sua vida política, Marcelo dizia, num texto cheio de promessas, que "a política já não tem limites muito precisos nas fronteiras da economia e da administração. Os próprios burocratas, objecto da sátira no século passado, escrevendo com as suas mangas de alpaca pachorrentamente os papéis às secretárias das repartições, vão passando à história, ofuscados pelos tecnocratas que ditam leis apoiadas na matemática e executadas por baterias de máquinas, algumas já dos domínios da electrónica. Cada vez mais o Governo vai assim sendo dominado pela administração e ao figurino do Ministro político, sobranceiro aos serviços, que dava simples directrizes gerais respondendo nas câmaras pela orientação do departamento, sucede-se, sobretudo quando esteja assegurada a estabilidade ministerial, o Ministro-técnico, espécie de super-director-geral, que conduz todos os negócios e despacha todos os papéis, considerando-se tanto mais perfeito quanto mais centralizador" (13).

Assim como a aliança com a social-democracia é a condição política necessária ao desenvolvimento da nossa grande indústria capitalista, também esse desenvolvimento não pode prescindir de uma reforma da administração, no sentido programado por Marcelo. Por isso, mais do que



um resultado de meras rivalidades entre "políticos", ou de manobras tácticas de alcance limitado, a última remodelação governamental (hoje que está "assegurada a estabilidade ministerial"... ) tem um sentido directamente económico, isto é, visa, através de uma reestruturação dos órgãos dirigentes da administração, torná-la mais rentável, aumentando portanto os lucros da burguesia.

Essa reforma administrativa ocorreu já publicamente por diversas vezes Marcelo (ver, por exemplo, os discursos de 27 de Novembro de 1968, de 17 de Dezembro de 1969, ou a entrevista ao "Diário de Notícias" a 24 de Outubro de 1969), e é dentro dela que se integra, como passo inicial mais importante, a referida remodelação dos ministérios, numa concentração cada vez maior do poder político e, especialmente, das decisões económicas. Torna-se possível à grande burguesia industrial um controle mais seguro da política económica e uma melhor orquestração das medidas a tomar. "...adaptar a estrutura do Governo à situação presente, de modo a permitir uma acção cada vez mais pronta e eficaz" disse Marcelo no discurso de 14 de Janeiro deste ano, e continuou: "... torna-se necessário facilitar as ligações entre os serviços que tenham de actuar harmonicamente, eliminando ou reduzindo zonas de atrito, procurando suprimir divergências ou sobreposições ... Foi por isso que depois de, há meses, ter reunido as pastas das Finanças e da Economia, agora dei um passo adiante, juntando o Exército à Defesa Nacional, as Comunicações às Obras Públicas e a Saúde e Assistência às Corporações e Previdência Social. Pode observar-se que esse passo é tímido, uma vez que me limitei a reunir dois Ministérios na pessoa de um mesmo ministro, deixando intactas as estruturas antigas ... Em meu entender a remodelação das estruturas exige

estudo aprofundado e cuidadoso ... É dentro do conjunto da reforma administrativa que essa remodelação há-de fazer-se..."

Essa reforma geral da administração, de que os aumentos ao funcionalismo público foram um adocor de boca (além de constituírem uma intervenção directa no alargamento do poder de compra da pequena e média burguesia), torna-se especialmente urgente para a indústria capitalista num sector: o da Educação. Uma modernização industrial exige uma educação universitária adequada, que forme técnicos de nível superior, sem os quais o capitalismo industrial se não pode desenvolver; exige o incremento do trabalho de investigação científica, programado pelos representantes políticos da indústria, e orientado segundo as necessidades prioritárias desta. E é assim que vemos o projecto de "reforma do ensino" defendido pelos revisionistas tornar-se a palavra-de-ordem da administração marcelista. Este é um aspecto particularmente importante do trabalho ideológico e prático dos dirigentes revisionistas ao serviço dos interesses de classe da grande burguesia, e tem sido sistematicamente desmistificado, em particular desde 1967-8, pelos estudantes revolucionários. Noutro lado, e dentro de relativamente pouco tempo, nos debruçaremos sobre este problema.

#### DA UNIÃO NACIONAL À ACCÃO NACIONAL POPULAR

Remodelação na polícia, remodelação na administração, remodelação no partido — temos a trilogia completa.

Mas ser-nos-á impossível compreender o significado da criação da Acção Nacional Popular, sem termos analisado a que correspondeu e o que representou a União Nacional. Salazar, dissemo-lo já por diversas vezes, foi o obreiro da unidade dos



republicanos de direita e do centro, dos monárquicos, e dos fascistas, face à ameaça que constituía para a grande burguesia a ascensão do movimento operário. Essa unidade encontrou a sua plataforma política na criação de uma estrutura a que se chamou, numa clara terminologia fascista, "União Nacional". Essa plataforma de unidade exigia o acordo quanto a três pontos.

O primeiro desses pontos era a abstenção quanto à questão do regime. Em 21 de Dezembro de 1930, o coronel Lopes Mateus, então ministro do Interior, afirma numa entrevista a "A Voz": "Contamos com todos os portugueses — republicanos e monárquicos — para se levar a cabo a obra de engrandecimento da Nossa Terra" (14). A grande burguesia sabia que o problema principal era o da repressão à classe operária, e que o governo ideal era o governo que assegurasse tal repressão, qualquer que fosse a forma legal como esse governo se estruturasse. A discussão sobre o problema do regime tornara-se para a grande burguesia uma polémica ultrapassada e inútil, porque os fascismos europeus demonstraram que tanto numa como noutra forma de governo os interesses do grande capital podiam ser solidamente defendidos, e a situação portuguesa impunha que, para evitar inúteis cisões entre os diversos sectores da alta burguesia, o fascismo se adaptasse à forma republicana. É este, aliás, um dos temas principais do discurso de Salazar a 23 de Novembro de 1932, no acto de posse dos organismos dirigentes da recém formada União Nacional: "Ponto é que, em frente das ondas revolucionárias, as repúblicas sejam ou queiram ser regimes de ordem e de autoridade ... A experiência feita pela Ditadura portuguesa deve esclarecer a muitos olhos a importância decisiva que no assunto têm não as formas externas mas os conceitos profundos do Poder e da governação

pública e a organização dos Poderes do Estado" (15). E, dois anos mais tarde, diria ele a um jornalista que o entrevistava: "Há problemas essenciais, neste momento ... que subalternizam, amesquinham, quasi tornam ridículo o problema do regime (...) Para equilíbrio da situação e do País preciso, portanto, dos republicanos e dos monárquicos, mas todos integrados, sem inquietações e sem ideias reservadas, dentro do regime..." (16). Claro está que a grande burguesia monárquica correspondeu inteiramente a esta política, visto que lhe era muito mais importante a conservação da sua posição económica e social que a concretização de uma ideologia que os próprios factos tinham demonstrado ser supérflua. Nos princípios de Agosto de 1930, poucos dias depois de ter sido anunciada a futura criação da União Nacional, a comissão executiva da Causa Monárquica publica um comunicado em que afirma: "A Causa Monárquica aplaude, pois, a patriótica iniciativa do Governo e aceita lealmente, e de um modo geral, sem quebra das suas opiniões políticas, a doutrina do manifesto. Oportunamente serão dadas instruções aos seus correligionários políticos para a entrada na União Nacional, quando esta se constituir e definir os lineamentos da organização e as regras do seu funcionamento" (17).

O segundo desses pontos, era a renúncia a conduzir qualquer trabalho político organizado fora da União Nacional. A 23 de Novembro de 1932, Albino dos Reis, vice-presidente da comissão central da União Nacional e, na altura, ministro do Interior, diz: "Fora da União Nacional não reconhecemos partidos. Dentro dela não admitimos grupos. Que ninguém alimente ilusões a tal respeito" (18). Dirigia-se este aviso a três correntes distintas: por um lado, aos velhos partidários da república parlamentar os quais, vendo o movimento operário esmagado, pen



savam ser possível a criação de vários partidos representando diversos sectores da grande e também da média burguesia. Por outro lado, aos nacional-sindicalistas (nazis) da tendência chefiada por Rolão Preto que, opondo-se à aliança com certos monárquicos e com os políticos saídos dos partidos de direita da república, se pretendiam estruturar numa organização separada a qual visava a eliminação da União Nacional e o domínio completo do poder político pelos nacionais-sindicalistas. Em seguida referir-nos-emos um pouco mais demoradamente a estas duas correntes. A outra corrente visada nas palavras de Albino dos Reis era a que constituíam um certo número de católicos, dirigidos por Lino Neto e agrupados no Centro Católico, que tinham em vista conduzir uma acção política separadamente da União Nacional. O Centro Católico era um partido que representava entre nós a tendência geralmente chamada "democracia cristã" de direita, e Salazar fôra mesmo um dos seus fundadores. Embora esta corrente apoiasse a União Nacional — Lino Neto, presidente do Centro Católico, declarou numa entrevista: "O Centro Católico, por conseguinte, vê com simpatia a União Nacional e faz votos por que realize a sua finalidade declarada" ("Diário de Lisboa", 3 de Setembro de 1930) (19) — Salazar foi bastante explícito a seu respeito: "A agremiação denominada Centro Católico, ou seja a organização independente dos católicos para trabalharem no terreno político, vai revelar-se inconveniente para a marcha da Ditadura..." (20). O caminho do domínio da grande burguesia era a união de todos os seus sectores numa plataforma política, com todas as restrições que essa plataforma implicasse para quaisquer dos grupos que constituíam a aliança. Obreiro da união da grande burguesia e da consolidação da ditadura da classe burguesa, Salazar é claro

nos convites e impiedoso nas restrições. As portas da União Nacional encontravam-se abertas a todos os políticos que defendessem o grande capital, mas "acho que a acção do Centro Católico pode com utilidade transformar-se numa acção puramente social. A União Nacional fez-se, precisamente, para destruir o espírito de partido ou de facção, esteja ele onde estiver. Os católicos que desejem colaborar com o seu patriotismo na vida política da Nação sabem, portanto, qual o melhor caminho a seguir" (21), declarou Salazar a um jornalista célebre, depois secretário da Propaganda, espécie de Goebbels à escala nacional.

O terceiro desses pontos, era retirar ao exército o papel de força política activa. Demasiado dominado por certos sectores da grande burguesia, e escapando ao controle de outros, o exército, a partir de determinado momento, podia converter-se num elemento que pusesse em perigo a união política do grande capital. Tanto mais que, pelo facto de possuir uma organização fortemente centralizada e disciplinada, e por estar estreitamente ligado com os restantes sectores da repressão, o exército podia, não só defender as posições políticas de um certo sector da grande burguesia em detrimento dos outros, mas efectivar na prática essas posições políticas, quer através de uma manifestação de força com que pressionasse os governantes, quer até através de um golpe de Estado. A grande burguesia viu-se obrigada a utilizar o exército para estabelecer a sua hegemonia sobre a máquina de Estado burguesa, porque a divisão dos partidos em republicanos e monárquicos, e a própria estrutura parlamentar portuguesa faziam realçar o exército como a única força susceptível de servir de base de apoio à aliança das diversas correntes da grande burguesia. Mas a grande burguesia não podia eternizar este aspecto do exér



cito, porque ele não era suficientemente "neutral" para alicerçar uma ditadura da grande burguesia que se pretendia sólida e imperturbável. Cumpria, por isso, o estabelecimento de uma "legalidade fascista", de que a União Nacional era um elemento político imprescindível. A ditadura militar "é essencialmente uma fórmula transitória. (...) Ela é em todo o caso um poder quase sem fiscalização, e este facto faz dela um instrumento delicado que facilmente se gasta e de que facilmente se pode abusar. Por tal motivo não é bom que em si mesma se proponha a eternidade ... a Ditadura deve resolver o problema político português" (22), declara Salazar (28 de Maio de 1930) num discurso aos oficiais do exército e da marinha. A criação da União Nacional contra um exército demasiadamente "político" é um dos aspectos fundamentais do fascismo salazarista. "Apelou a Nação para o Exército no momento em que ele era já a única força com alguma coesão que poderia opor-se à desagregação geral" disse Salazar, na sessão de encerramento do primeiro congresso da U.N., a 28 de Maio de 1934. "O Exército cumpriu. Desde então ... tem continuado a cumprir, tem continuado a vencer ... Está chegado o momento em que somos obrigados a dar ao Exército outras e mais altas preocupações; está, por isso, chegado o momento em que vós começareis a sentir que é muito pesada a vossa tarefa e gravíssimas as vossas responsabilidades ... Nós não podemos estar à altura das necessidades da obra de renovação empreendida sem que esta União Nacional corresponda inteiramente às duas palavras do seu nome, por uma extensão cada vez maior e uma homogeneidade cada vez mais perfeita ... Unidade, coesão, homogeneidade — são as palavras de ordem para o ano IX" (23).

Este ano nono do fascismo, que quando jovem, à semelhança do regime de Mussolini, gostava de contar

a idade pela numeração romana, assistiu à estruturação da fisionomia definitiva do salazarismo, que dominou praticamente até ao tombo político do seu autor. Esta estruturação implicou a liquidação de duas outras correntes da grande burguesia, ambas juntas com o salazarismo no desencaixar do golpe militar de 28 de Maio.

Para alguns políticos das direitas parlamentares, o regime militar teria como única finalidade a instauração de uma repressão mais firme sobre a classe operária, quer económica, com a proibição das greves e dos sindicatos, quer política, com a extinção das organizações revolucionárias e a caça aos seus dirigentes. Políticos de outra época, eles não compreendiam que a grande burguesia portuguesa tinha de apoiar a sua ditadura sobre estruturas políticas, governamentais e repressivas novas. Corrente ultrapassada e sem futuro, Salazar liquidou-a a pouco e pouco nos primeiros anos da sua vida governamental.

A outra corrente tinha, entre nós, fracas raízes e o processo da sua eliminação não foi mais que um pálido, muito pálido, reflexo do que se passara em outros países, na Alemanha nomeadamente. Vimos já, ao analisar como a prudência táctica de Salazar e Marcelo se explica pelas circunstâncias particulares da luta de classes em Portugal, que o fascismo alemão, e em menor medida o italiano, tiveram que recorrer a organizações armadas enquadrando numerosos elementos das classes trabalhadoras, da pequena-burguesia e do "lumpenproletariat" (6) que, sob a demagogia das palavras-de-ordem do "anti-capitalismo" e anti-comunismo, e de um nacionalismo e um racismo exacerbados, eram as tropas de choque do grande capital na luta contra partidos comunistas muito fortes. Tendo servido para dividir a classe operária e para assegurar uma base de combate armado contra o comunismo, numa altura em que o



exército se conservava ainda relutante em servir às ordens do fascismo, essas organizações vêm o seu papel terminado logo depois de terem feito o fascismo subir ao poder. Depressa a grande burguesia as liquidou. O fascismo contava agora com o exército, conservador e disciplinado, e com uma máquina de administração obediente e passiva, e podia à vontade terminar com as cedências às pressões da "rua".

A conquista do poder pelo fascismo português efectuou-se de modo diferente, no interior do próprio aparelho de Estado e sem necessitar do apoio de organizações populistas, porque logo desde o início contou com a inteira adesão do exército. Salazar sabia que enquanto fosse obrigada a contar com tais organizações, a grande burguesia nunca poderia estabelecer sólida e "ordeiramente" o seu poder. Em 1934, ao falar de Hitler, o fascista português faz uma lúcida análise do problema: "A Europa deve-lhe o grande serviço de ter feito recuar, com uma energia surpreendente e músculos de ferro, as fronteiras do comunismo. Temo somente que ele vá longe de mais, no campo económico e social ...É sempre arriscado caçar em terreno alheio porque, em geral, é-se apanhado na própria armadilha. Mussolini também criou, como Hitler, uma grande força popular, mas foi talvez mais prudente..." (24). Opinião profética, porque pouco tempo depois, a 30 de Junho desse ano, o nazismo encarregava-se de assassinar os dirigentes da S.A., a organização "popular" que tinha levado o "Führer" ao poder. Hitler, como Mussolini, fora prudente...

Prudência que Salazar empregou sem custo contra uma tendência que era mais reflexo de uma situação exterior que consequência da realidade portuguesa. Embora se possa ler que o "movimento nacional-sindicalista" tinha mais de 50 mil filiados, a não resistência oferecida à

sua dissolução e a forma como a tendência de Rolão Preto foi eliminada pela própria maioria do movimento n.-s. mostra a fraca audiência, o desenraizamento, no nosso país, da corrente populista do fascismo (25). "...o movimento nacional-sindicalista" escrevia Salazar na nota oficial que dissolveu a organização, "não só tendeu a constituir o arco de círculo que unia em confusa aspiração comum os extremismos da política portuguesa, mas pretendia ser em face da Ditadura Nacional um partido, melhor, o partido a que deviam ser entregues os destinos da Revolução. O intento ostensivo de libertar a Presidência do Conselho da acção de elementos não suficientemente integrados na situação política e que embaraçavam a marcha governativa, permitiu os ataques ao Governo, ao mesmo tempo que no pendor natural da preocupação de movimentar as massas se entrou no terreno das confusões com perigosos inimigos. O aspecto da constituição de uma milícia para defesa da situação política também não podia deixar de causar preocupações, além de ser desnecessária, dadas as responsabilidades do Exército no movimento do 28 de Maio e a sua firme vontade, manifestada em todas as circunstâncias, de que seja levada ao fim a obra da Revolução". E terminava dizendo aos nacionais-sindicalistas: "...é feito sincero apelo para que abandonem os redutos particulares da sua luta e ingressem com pureza de intenções na União Nacional" (26).

E ao jornalista que lhe dizia que os nacionais-sindicalistas "acusavam os actuais corpos gerentes da União Nacional de falta de homogeneidade", Salazar respondia: "Com que direito se afirma que os corpos gerentes da União Nacional não são homogéneos? Já transpareceu, por acaso, nalgum dos seus actos políticos essa falta de homogeneidade?" (27).

E tinha razão. Pois não foi a



burguesia republicana submissa ao salazarismo, que ela própria contribuíu para criar? A breve trecho o regime fascista mostrou aos velhos políticos republicanos a sua superioridade sobre a democracia parlamentar para a consolidação da ditadura de classe da burguesia. Essa "homogeneidade" foi a submissão da burguesia liberal ao fascismo, o seu apoio e a sua contribuição para agravar a repressão sobre a classe operária. Se nos alongámos tanto ao falar da União Nacional e dos primeiros tempos do salazarismo, que não é afinal o tema deste artigo, foi somente porque todos os oposicionistas burgueses e pequeno-burgueses, dos republicanos aos revisionistas, ocultam sistemáticamente estes factos e sistemáticamente deturpam a análise da questão. E é sobre os mitos assim arranjados, sobre o mito da "boa burguesia anti-fascista", que os revisionistas constroem a sua ideologia, as suas palavras-de-ordem e a sua política, tentando arrastar a classe operária na colaboração com a burguesia liberal e, assim, na perpetuação do fascismo. A política independente do proletariado, a política comunista, terá de ser o fruto de uma análise lúcida e científica da luta de classes e da sua evolução. O estabelecimento de uma política comunista passa pela destruição dos mitos políticos revisionistas.

\*  
\* \* \*

A grande burguesia industrial dá-se conta da mudança dos tempos, das suas novas necessidades e das novas armas que terá de criar. "A União Nacional ...pertence ao património do pensamento político de Oliveira Salazar e constitui um dos instrumentos de realização da sua obra de estadista. Esse pensamento político foi ...existencial e històricamente condicionado", disse Afonso Queiró na sessão de abertu

ra do congresso que criou a Acção Nacional Popular e que o elegeu membro da comissão central dessa organização. Plataforma política para a efectivação de determinadas alianças da burguesia portuguesa, a União Nacional teria de ser substituída logo que novas alianças se tornassem necessárias à grande burguesia. Essa nova plataforma obedece a duas necessidades fundamentais:

Em primeiro lugar, a conservação da aliança com os tradicionalistas e os "ultras", a quem Marcelo exorta à obediência: "Se queremos defender a disciplina e a autoridade na vida pública temos de dar o exemplo do seu acatamento entre nós" (21 de Fevereiro de 1970). Efectivamente, a luta interna entre Marcelo e os "ultras", que já transpareceu quando das eleições, continua a desenhar-se. Pouco depois da subida de Marcelo ao poder, demitira-se a comissão executiva da União Nacional, tendo sido nomeada outra em que se destacavam notórios defensores do marcelismo. Após o intervalo das eleições, Marcelo Caetano continuou as manobras para se apoderar dos comandos do partido fascista e, em meados de Janeiro deste ano, fez reunir a comissão central da União Nacional; era a primeira vez, desde há doze anos, que Marcelo assistia às reuniões dessa organização. Em compensação, a sua presença arrastou certas ausências: Pires de Lima, Vieira Machado (governador do Banco Nacional Ultramarino, do qual um dos administradores é Castro Fernandes, fascista "ultra") e Domingos Braga da Cruz (este, no entanto, arrumado na vice-presidência da junta consultiva da Acção Nacional Popular). Nessa reunião se decidiu convocar o congresso da União Nacional, marcando-se como data a primeira quinzena de Março. Mas, para evitar as manobras da ala anti-marcelista, o congresso é realizado muito mais cedo, a 20 de Fevereiro, só um mês depois de ter sido anunciada a sua



convocação. Os tradicionalistas são afastados dos trabalhos preparatórios. Da comissão consultiva da União Nacional, só dois membros participaram na preparação do congresso, mas sem estarem integrados na comissão organizadora. Essas mesmas dissidências tradicionalistas se fazem sentir durante o congresso. É assim que surgem votos discordantes quanto à alteração do nome da organização, e diversos elementos da ala anti-marcelista, como Bissaia Barreto, Moura Relvas e o "ultra" Casal Ribeiro, abandonaram o congresso a meio dos trabalhos (28). Não cabe no âmbito deste artigo referir a movimentação dos "ultras" e dos tradicionalistas dentro do parlamento fascista, mas é demasiado sugestivo para se poder passar em branco o discurso de Casal Ribeiro a 8 de Abril. Esse político (e capitalista), demasiado bronco para conseguir ser hábil, é sempre claro nas suas afirmações. Tem, ao menos, essa vantagem: "...embora ultrapassado o 'património do pensamento político de Salazar', como, referindo-se à extinta União Nacional, disse, recentemente, o prof. Afonso Queiró, a evolução não pode deixar de prosseguir, com efeito, na continuidade; e essa continuidade não pode deixar de ter a sua origem naquele movimento militar...". Mas, assim como a base social dos tradicionalistas perdeu o seu predomínio económico em favor de outros sectores da grande burguesia, também os tradicionalistas perderam a iniciativa política. Por isso, se Marcelo precisa deles (apesar de preparar o terreno para os dispensar, esse tempo vem ainda longe), eles não podem prescindir de Marcelo. É essa fraqueza mútua, embora maior num campo que noutro, a razão de ser e a garantia da aliança de Marcelo Caetano com os fascistas tradicionais.

A outra das necessidades da nova plataforma política da grande burguesia portuguesa é a aliança com a

social-democracia. Está aí o grosso dos problemas, aí se jogam as diplomacias, as habilidades e os discursos.

Neste momento, as posições resumem-se a duas:

Marcelo quer que a Acção Nacional Popular seja a plataforma, o terreno comum do diálogo do governo com a social-democracia.

A social-democracia de Mário Soares pede a legalização das organizações social-democratas e diz que o diálogo deve ser não no seio de uma organização única, mas entre partidos correspondentes às diferentes tendências políticas da burguesia. Uma variante desta posição é a defendida pelo partido revisionista de Álvaro Cunhal. A reboque da burguesia liberal, os dirigentes revisionistas tentam orientar a luta das massas trabalhadoras em proveito da social-democracia. Assim, a comissão política do comité central revisionista, depois de dizer que "as possibilidades de acção aberta, à luz do dia, da Oposição não se esgotaram com a burla eleitoral", afirma que "continuam a existir possibilidades reais para que a Oposição democrática imponha a sua intervenção aberta na vida política nacional" ("Avante!", Janeiro de 1970, pag. 2). Isto significa, na realidade, que os dirigentes revisionistas querem levar as massas operárias a lutar "à luz do dia" para que estas se vejam obrigadas a converter toda a sua acção política numa acção social-democrata, para que estas limitem a sua acção no campo económico a simples pedidos de aumento de salários, e limitem a sua acção no campo político a um movimento em prol de reformas que vão dar à social-democracia a possibilidade de "uma intervenção aberta na vida política nacional", ou seja, que vão contribuir para consolidar a aliança de Marcelo com a social-democracia. A luta "aberta, à luz do dia", é a luta no terreno escolhido pelo



adversário, dentro dos limites por este impostos. Proclamar a luta "aberta, à luz do dia", é proclamar o respeito pelas leis burguesas, é garantir à burguesia que o proletariado só lutará dentro das barreiras definidas por essas leis. É garantir à burguesia que não se derubará o aparelho de Estado burguês que não se instaurará a ditadura do proletariado, é garantir à burguesia que não se construirá a sociedade comunista. E é por isso que os dirigentes revisionistas, que apontam à classe operária o respeito pela legalidade burguesa, que trabalham para a conservação e o reforço dessa legalidade, apoiando a social-democracia nas suas manobras de aliança com o fascismo, é por isso que os dirigentes revisionistas podem propôr às massas trabalhadoras um programa que, no essencial, é idêntico ao programa social-democrata. Um dos "objectivos políticos imediatos no momento actual", diz a comissão política do comité central revisionista, no documento citado, é a luta "pelo reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática e das suas organizações e meios de propaganda", ou seja, muito claramente, a legalização do partido de Mário Soares e das outras correntes menores da social-democracia.

Mas, para a grande burguesia, admitir a legalização das correntes social-democratas seria perder a sua hegemonia política, ou vê-la seriamente limitada. Por outro lado, a grande burguesia sabe muito bem a comunidade fundamental de interesses existente entre o fascismo e a social-democracia, ideologias políticas de sectores diversos de uma mesma classe, a classe burguesa. A grande burguesia sabe que, neste momento, a admissão do pluripartidarismo poderia enfraquecer o poder do Estado burguês, diminuindo-lhe a centralização das decisões e a rapidez de manobra, e é preci-

samente para os perigos de um movimento operário renascente que Marcello vai apelar para convencer os social-democratas a aceitar a plataforma do partido único, a ingressarem na Acção Nacional Popular. "Nas recentes eleições legislativas o insucesso das comissões eleitorais que reivindicavam exclusivamente a bandeira da social-democracia mostrou bem que o seu programa não podia impressionar os reformistas, porque o rumo das reformas seguimo-lo nós ... De facto, ficaram frente a frente duas correntes: a da grande maioria, que votou nas listas apresentadas pela União Nacional, e a da minoria que mostrou a sua inclinação para a solução revolucionária. Esta é a grande realidade. Mas em face dela eu pergunto se haverá, para quantos sentem repugnância pela violência como método de acção ... ou outra solução que não seja a que lhe oferece agora a Acção Nacional Popular?" (21 de Fevereiro de 1970). O fascismo coloca a social-democracia entre a espada e a parede, entre a necessidade de encontrar uma plataforma política que una os diversos sectores da burguesia permitindo-lhe uma maior e mais constante repressão sobre a classe operária, e os riscos de uma dispersão da burguesia por diversos partidos, que lhe atrasariam a coesão e dificultariam a resposta quando de um embate violento — que o fascismo português sempre se tem esforçado por evitar — entre a classe operária e a classe burguesa. Mas as classes não têm altruísmos, e a social-democracia sente-se neste momento dividida entre o ingresso na organização fascista, o que lhe retiraria a possibilidade de obter certas prerrogativas que pretende, e a exigência do reconhecimento legal das suas organizações, o que ela sabe que pode constituir um perigo quando do próximo combate sério entre o proletariado e a burguesia.

A abertura a esta situação foi



feita por Homem de Melo, marcelista convicto e activo, que propôs como plataforma da Acção Nacional Popular: fora dela não haveria partidos, mas dentro dela poderiam estar os que defendem o pluripartidarismo, devendo ser garantida aos membros da organização uma certa liberdade de acção (ver declarações ao "Diário de Lisboa", 27 de Fevereiro de 1970). E o mesmo parece ter insinuado, embora de forma muito menos clara, Afonso Queiró no seu discurso de 20 de Fevereiro deste ano.

A liberdade de, dentro da Acção Nacional Popular, defender a existência de partidos — ou a legalização de partidos social-democratas, fora da Acção Nacional Popular: será no quadro destas duas hipóteses que decorrerá a aliança de Marcelo com a social-democracia.

Até agora, a ala direita da social-democracia (Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, etc.) já se integrou, ou deu o seu expresso apoio, à organização fascista. Mas a tática de Mário Soares e do grosso das hostes social-democratas tem consistido em explorar o facto de a sua aliança ser indispensável a Marcelo, exigindo do fascismo um máximo de concessões, até se verem obrigados pela evolução dos acontecimentos a apoiarem, ou a entrarem, na Acção Nacional Popular. Ainda agora este processo mal começou e o ritmo do seu desenrolar será determinado por dois aspectos. Um, de menor importância, serão os periódicos acréscimos de tensão entre os marcelistas e os "ultras", que obrigarão os primeiros a restringir as concessões à social-democracia. O outro, de importância determinante, será a ascensão do movimento revolucionário do proletariado, que obrigará Mário Soares e os restantes dirigentes social-democratas a aceitarem a direcção e a tutela da grande burguesia, reconhecendo nela a força mais sólida e firme, a mais capaz de defender coerentemen-

te os interesses de toda a classe burguesa.

E os revisionistas?

Agentes da burguesia liberal no seio do movimento operário, esta usa-os para tentar manter o controlo sobre a luta dos trabalhadores, e dirigi-la em seu proveito. Assim, os revisionistas têm como ponto fundamental do seu programa e da sua tática a unidade com a social-democracia. Esta "política de unidade" pôde passar por revolucionária nos períodos em que a burguesia liberal e o fascismo se combatiam, nas épocas em que os políticos burgueses radicais lançavam as massas trabalhadoras na luta, utilizando-as como arma de pressão para extorquirem concessões aos governantes. Mas hoje o panorama é diferente, e social-democracia e fascismo já não se combatem, mas procuram uma plataforma de aliança. Defensor da unidade com a social-democracia, unidade que constitui a própria razão de ser da sua linha política, do seu programa, da sua existência como organização, o partido revisionista de Cunhal será arrastado pela evolução da burguesia social-democrata para uma posição cada vez mais passiva face ao fascismo, o que o isolará cada vez mais da classe operária. A política revisionista caracterizar-se-á por um verbalismo insultuoso contra os dirigentes social-democratas, que aumentará progressivamente, na fúria de se verem dia após dia arrastados mais para a direita, dilacerados de contradições; mas, por outro lado, nas palavras-de-ordem práticas e na acção prática, os políticos revisionistas serão levados a defender uma aliança cada vez mais estreita com a social-democracia, à medida que forem sentindo o isolamento em que o constante abandono das massas trabalhadoras os irá deixando. Hoje, Cunhal insulta furiosamente Mário Soares por este, nos seus contactos com Marcelo, ter defendido unicamente



os interesses social-democratas, não defendendo os interesses revisionistas (Cunhal critica Mário Soares, não por este ter tido contactos com os governantes fascistas, mas sim por esses contactos terem sido "discriminatórios" — ver o "Avante!" de Dezembro de 1969, pag. 5). Mas que conclusões tira Cunhal desta lição? Evidentemente, aquelas que lhe permite tirar a sua óptica política pequeno-burguesa e o seu isolamento crescente da classe operária: responsabilizando a social-democracia pelos "azares" da sua política, Álvaro Cunhal não vê, no entanto, outra saída senão a de proclamar que, daqui para o futuro, manterá com essa social-democracia uma unidade ainda mais estreita, isto é, circulará mais ainda na sua órbita de influência (29). Esta perda de iniciativa política pelos revisionistas é resultante de um processo complexo: o deslocar da social-democracia em direcção ao fascismo e o progresso do movimento operário num sentido político revolucionário, comunista, faz com que o partido revisionista tenha perdido o alibi de que a unidade com a social-democracia era a unidade com uma força "revolucionária", e seja desmistificado perante a classe operária que vê cada vez mais claramente o seu papel de agente da burguesia. Arrastado para a unidade com uma força declarada e activamente contra-revolucionária, o partido revisionista vê-se obrigado a prosseguir a sua actividade no campo que essa força contra revolucionária lhe impõe, no campo da legalidade burguesa e do respeito pelas instituições da burguesia. Ao determinar como linha fundamental para o seu partido a luta no campo legal, a "acção aberta, à luz do dia", Álvaro Cunhal dá um novo passo, que assinala um marco importante na sua degenerescência ideológica. Essa degenerescência prosseguir-se-á

em ritmo sempre acelerado, acabando por o despir completamente dos últimos farrapos de uma terminologia marxista que ainda pode conservar.

No fim, a identificação será total entre o revisionismo e a social-democracia. Ambos aliados do fascismo na luta contra a classe operária lançada à conquista do poder, serão arremessados pelos trabalhadores na lixeira da história.

### A INDEPENDÊNCIA TEÓRICA DA CLASSE OPERÁRIA É A GARANTIA DA SUA INICIATIVA POLÍTICA

A burguesia portuguesa re-forma o seu aparelho de Estado. Encara as novas necessidades, busca novas soluções, desenvolve novas alianças. Ao mesmo tempo que mantém o regime fascista, garantia da união de todos os sectores do grande capital e de uma ditadura de ferro sobre as classes trabalhadoras, solidifica-o, associando a si na organização política e no aparelho de governo e de administração as correntes social-democratas, que lhe asseguram a colaboração dos tecnocratas, indispensáveis ao desenvolvimento da grande indústria capitalista.

Os revisionistas, cada vez mais ligados aos políticos da social-democracia, de que na realidade constituem um grupo particular, são arrastados na recomposição marcelista do fascismo. Tentando subordinar a classe operária aos interesses da burguesia liberal, tentando dar como objectivo à luta do proletariado a defesa dos interesses da social-democracia, Álvaro Cunhal e os outros dirigentes revisionistas desempenham um papel activo (embora, por enquanto, inconsciente) na ascensão política das correntes social-democratas e, portanto, na consolidação da ditadura de classe da burguesia, no fortalecimento do fascismo através da aliança social-democrata. Tendo perdido a independência política, os revisionistas possuem uma ideolo



gia burguesa liberal e prosseguem um programa burguês liberal. Esta castração ideológica e prática do partido revisionista fá-lo constituir, na realidade, um sector não autónomo da política social-democrata.

É outra a política comunista, são outros os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras.

A sociedade comunista só pode ser construída se o proletariado prosseguir uma política independente. A condição para a independência política da classe operária é a análise científica da luta de classes, a determinação das diversas classes e dos diversos sectores de classe em luta, dos interesses particulares de cada sector e dos interesses comuns a cada uma das classes. Essa análise científica é o fruto do emprego do método materialista-dialético. Essa análise científica permite a elaboração da teoria comunista, no estudo dos casos concretos e na descoberta das leis que os regem. Só o emprego de um método resolutamente revolucionário permitirá à classe operária a elaboração de uma teoria própria, radicalmente distinta das ideologias burguesas, sejam estas o fascismo ou a degenerescência oportunista ou dogmática do marxismo. Só de posse de uma teoria própria, da teoria comunista, a classe operária poderá prosseguir uma acção política independente.

Essa acção política independente exige que a classe operária conserve a iniciativa política, centrando a luta no terreno que lhe é próprio, e não no campo da legalidade fascista. Para isso, a classe operária terá de possuir uma forte organização clandestina que, na aplicação constante do método materialista-dialético, na análise constante da luta de classes, construa permanentemente a teoria comunista. Só uma organização forte e rigorosa

mente clandestina, o partido comunista revolucionário, poderá desencadear acções violentas e parcelares, preparando o terreno para uma vitória geral das massas, que culminará na guerra do povo e na tomada do poder político pela classe operária, na destruição do Estado burguês e na edificação da ditadura do proletariado, no domínio do aparelho de Estado pelos operários e camponeses armados.

A elaboração permanente da teoria comunista, condição de uma acção política independente, é este o caminho que deve ser seguido pela classe operária na luta contra o fascismo e a ditadura da burguesia.

Dirigir o fulcro do combate para o terreno onde somos nós a possuir a iniciativa, e não para o campo da legalidade burguesa, é esta a condição da vitória da classe operária na luta contra o fascismo e a ditadura da burguesia.

No dia 21 de Fevereiro, enquanto se desenrolava o congresso que criou a Acção Nacional Popular, jovens revolucionários manifestavam-se em Lisboa contra o imperialismo e o colonialismo fascista, em apoio à luta de libertação dos povos oprimidos das colónias, os principais aliados do movimento revolucionário português. É essa a actuação correcta.

Contra o fascismo, cujos políticos trabalham hoje no reforço da ditadura da burguesia; contra os social-democratas, elemento activo da recomposição da ditadura burguesa; contra os revisionistas, agentes políticos da social-democracia que pregam aos trabalhadores o respeito pela legalidade fascista — a resposta dos comunistas é o trabalho clandestino, a manutenção da independência da classe operária, quer na actividade teórica, quer na acção política prática.

É esse partido comunista revolucionário, garantia da independência da classe operária na teoria e na acção prática, que nós, os marxistas



tas-leninistas, trabalhamos hoje para construir.

#### NOTAS

(1) "Jornaleiro - vivendo predominantemente da venda da sua força de trabalho e da família, distingue-se do assalariado porque também recorre complementarmente ao cultivo de algum pequeno retalho de terra arrendada ou de sua propriedade.

"Camponês pobre - é o pequeno produtor independente que não vende a sua força de trabalho, ou que a vende só ocasionalmente e que vive sobre o trabalho familiar numa pequena parcela (por vezes em várias parcelas) de sua propriedade ou arrendada; há vários escalões nos camponeses pobres mas o que os distingue é só venderem a sua força de trabalho com um carácter complementar e não explorarem a força de trabalho alheia" ("Revolução Popular" nº1, pag. 9).

(2) "Proprietário semi-feudal - possui uma ou várias propriedades que não trabalha pessoalmente, entregando-as de renda aos camponeses ou explorando-as com trabalho assalariado sob direcção dum capataz; por vezes explora também os camponeses por meio da usura, do aluguer de gado ou máquinas, etc. Não vive normalmente no campo, não é já um camponês.

"Latifundiário - é o proprietário de grandes extensões (a classificação duma propriedade como latifúndio depende do tipo de cultivo, mas geralmente toda a propriedade superior a 200 hectares é considerada como latifúndio). Pode ter as terras entregues a rendeiros capitalistas, arrendadas em pequenas parcelas a camponeses, ou explorá-las directamente por sua conta, explorando a força de trabalho dum grande número de assalariados" (id., pag. 10).

(3) A aliança dos patrões com os dirigentes sindicais reformistas tem um exemplo típico no que se passou na Dinamarca. Os operários dos estaleiros navais Burmeister & Wain, de Copenhague, desencadearam, de 21 a 26 de Janeiro, uma série de greves "selvagens" (isto é: fora dos sindicatos reformistas) que paralizaram praticamente toda a empresa. Em breve o movimento se estendeu, primeiro a outras empresas de construção naval, seguidamente às indústrias mecânicas, aos matadouros, às destilarias, às manufacturas de tabaco, etc. A reacção do capital não se fez esperar. Em fins de Abril, 2.393 operários dos estaleiros B. & W. foram condenados pelo tribunal de trabalho a um conjunto de multas elevando-se a 650.000 coroas (à roda de 3 mil contos). Pois bem, sabem por quem é constituído o tribunal de trabalho dinamarquês? Por três delegados patronais, três representantes sindicais, e um juiz profissional. As decisões desse tribunal não são passíveis de recurso.

Quere-se melhor exemplo da aliança dos reformistas com o grande capital? Essa aliança não se processa só ao nível da divulgação de uma ideologia reaccionária, mas também numa estreita colaboração no próprio aparelho repressivo.

(4) Esta defesa das reivindicações económicas imediatas contra os objectivos políticos finais já foi formulada com grande clareza nos princípios do século por Bernstein, o primeiro "marxista" a elaborar uma teo



ria geral revisionista. A falta de originalidade dos argumentos dos nos-  
sos revisionistas faz com que se lhes apliquem hoje como uma luva as pa-  
lavras que, há setenta anos, Lenine dirigiu contra Bernstein e os seus  
partidários: "E podemos constatar ... toda a estreiteza e a inépcia da  
teoria bernsteinista em voga, que, à luta revolucionária, substitui a lu-  
ta pelas reformas; que declara (pela boca de M. Berdiaiev, por exemplo)  
que 'o princípio do progresso é: se a vida nos corre bem, boa vai ela' .  
Sob a sua forma geral, esse princípio não é menos falso que o inverso:  
se a vida nos corre mal, boa vai ela. É certo que nunca os revolucioná-  
rios se recusarão a lutar por reformas, a ocupar uma posição inimiga, por  
pouco importante e secundária que seja, se essa posição reforçar o seu  
ataque e facilitar a sua completa vitória. Mas também nunca se esquece-  
rão que há casos em que o próprio inimigo cede uma posição para desunir  
os assaltantes e derrotá-los mais facilmente. Nunca se esquecerão que é  
unicamente não perdendo de vista, por um só instante, o 'objectivo final',  
apreciando cada passo do 'movimento' e cada reforma particular do ponto  
de vista da luta revolucionária no seu conjunto que podemos preservar o  
movimento dos passos em falso e dos erros desonrosos" ("Os perseguidores  
dos Zemstvos e os Aníbais do liberalismo", "Obras", ed. francesa, 1965,  
vol. V, pag. 71).

(5) Só por volta de 1915 se começou a organizar entre nós, muito embrio-  
nariamente ainda, a corrente bolchevique, e em 1916 saía o primeiro jor-  
nal que se pretendia defensor dessa corrente. Cinco anos mais tarde, em  
1921, provavelmente em Julho, foi fundado o Partido Comunista português,  
que inaugurou o seu I Congresso em 10 de Novembro de 1923. A influência  
das organizações reformistas e anarquistas na classe operária, o facto  
de a quase totalidade dos fundadores do Partido virem das fileiras do  
anarco-sindicalismo, erros graves de linha e de táctica fizeram com que  
o Partido Comunista, depois de um breve e limitado surto inicial, caísse  
numa profunda estagnação, que o levou, em 1928, a não contar mais de 50  
filiados na capital e 20 no Porto. Só no ano de 1929 o Partido Comunista  
iniciou a sua verdadeira fase de crescimento, depois de uma grande reor-  
ganização do aparelho interno e de uma redefinição da sua táctica políti-  
ca.

(6) "...o 'lumpenproletariat' ... em todas as grandes cidades, constitui  
uma massa nitidamente distinta do proletariado industrial, um viveiro de  
ladrões e criminosos de toda a espécie, vivendo dos resíduos da socieda-  
de, indivíduos sem profissão reconhecida, vadios...", diz Marx ("As lu-  
tas de classes em França", 1850).

O problema da posição do "lumpenproletariat" no processo da luta de  
classes é extremamente importante para a compreensão da ideologia fascis-  
ta e da forma como se constituíram alguns Estados burgueses "fortes". Ao  
tratarem este assunto, nomeadamente ao estudarem a ascensão de Napoleão  
III em França e a ditadura do grande capital por ele estruturada, Marx e  
Engels tiveram geniais antevistas do que, setenta anos mais tarde, iria  
ser o fascismo. Transcrevemos, por isso, alguns textos particularmente  
elucidativos. "Quanto ao 'lumpenproletariat', esse produto passivo da  
podridão das camadas inferiores da velha sociedade, pode, uma vez por ou-  
tra, ser arrastado no movimento por uma revolução proletária; no entanto,  
as suas condições de vida dispõem-no de preferência a vender-se à reac-  
ção" (Marx e Engels, "Manifesto do Partido comunista", 1848). Algumas de-  
zenas de anos mais tarde, escreve Engels: "O 'lumpenproletariat', essa



escória de indivíduos corrompidos de todas as classes, que tem o seu quartel-general nas grandes cidades, é, de todos os aliados possíveis (do proletariado), o pior. É um género de indivíduos absolutamente venais e impudentes. Quando os operários franceses inscreviam nos muros, durante as revoluções: 'Morte aos ladrões!', chegando mesmo a fusilar alguns, não era evidentemente por entusiasmo para com a propriedade, mas com a perfeita consciência de que era necessário, antes de mais, desembarraçarem-se desse bando. Todo o dirigente operário que utilize esses vagabundos como defensores, ou que se apoie neles, prova não ser mais que um traidor ao movimento" (prefácio a "A guerra dos camponeses na Alemanha", 1870). Utilizando o "lumpenproletariat" em formações para-militares, organizando-o em destacamentos armados para o combate nas ruas contra o movimento operário, a burguesia francesa dos meados do século passado iniciava um processo que Hitler, Mussolini e, em parte, Franco, haveriam de levar a perfeições até hoje inexcedidas. Vejamos como Marx narra a táctica empregada pela burguesia francesa em 1848: "...o Governo provisório formou 24 batalhões de 'guardas móveis', de 1.000 homens cada, compostos de jovens de 15 a 20 anos. Pertenciam na maior parte ao 'lumpenproletariat' ... Como o Governo provisório os recrutava muito novos, eles eram perfeitamente influenciáveis e capazes, tanto dos mais altos feitos de heroísmo e da abnegação mais exaltada, como dos mais crapulosos actos de banditismo e da venalidade mais infame. O Governo provisório pagava-lhes 1 franco e meio por dia, isto é, comprava-os. Dava-lhes um uniforme particular, isto é, distinguia-os exteriormente da roupa dos trabalhadores. Dava-lhes como chefes oficiais do exército permanente, ou eles próprios elegiam jovens filhos de burgueses cujas fanfarronadas a respeito da morte pela pátria e da devoção à República os seduziam" ("As lutas de classes em França"). Essa mesma táctica seria empregue por Luis Bonaparte, que se tornou imperador sob o nome de Napoleão III, abrindo à burguesia francesa a época das grandes fortunas e das grandes falências, da especulação desenfreada, da mais descarada e vil corrupção, assentando evidentemente na "ordem" e na autoridade garantidas por um Estado forte, isto é, numa exploração sem precedentes do proletariado metropolitano e na expansão colonial. Luis Bonaparte formara a "sociedade Dez de Dezembro". Diz Marx: "Sob o pretexto de fundar uma sociedade de beneficência, tinha-se organizado o 'lumpenproletariat' parisiense em secções secretas, pondo-se à frente de cada uma delas agentes bonapartistas, sendo a própria sociedade dirigida por um general bonapartista. Ao lado de devassos arruinados, com meios de existência duvidosos e de origem igualmente duvidosa, de aventureiros e da escumalha corrupta da burguesia, encontravam-se vagabundos, soldados licenciados, forçados saídos da prisão, degredados evadidos da cadeia, vigaristas, charlatães, 'lazzaroni', carteiristas, burlões, jogadores, chulos, donos de casas de prostituição, moços de fretes, jornalistas de meia-tijela, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores, estanhadores, mendigos, em suma, toda essa massa confusa e em decomposição, flutuante, a que os franceses chamam 'a boémia'. Foi com esses elementos que lhe eram próximos que Bonaparte constituiu o corpo da sociedade do Dez de Dezembro. 'Sociedade de beneficência', no sentido de que todos os seus membros, tal como Bonaparte, sentiam a necessidade de se ajudarem a si próprios a expensas do povo trabalhador" ("O 18 Brumário de Luís Bonaparte", 1852). A ascensão destes elementos, sequiosos do lucro, do poder, do domínio e do dinheiro, vai reproduzir, nas altas esferas da sociedade burguesa, a mesma ideologia e as mesmas práti



cas do "lumpenproletariat". "É especialmente nos cimos da sociedade burguesa" escreve Marx, "que se desencadeava a satisfação desenfreada das ambições mais doentias e desregradas, entrando a cada momento em conflito com as próprias leis burguesas, porque é precisamente onde o prazer se torna crapuloso, precisamente onde o ouro, a lama e o sangue se misturam, que muito naturalmente a riqueza proveniente do jogo procura a sua satisfação. A aristocracia financeira, tanto no modo de obter os seus lucros como nos seus prazeres, não é mais do que a ressurreição do 'lumpenproletariat' nos cimos da sociedade burguesa" ("As lutas de classes em França", sublinhado de Marx).

(7) As S.A., "secções de assalto" (Sturm Abteilung, em alemão), eram a sucessora directa da primeira organização de choque dos nazis; esta, criada desde o início do movimento, foi reestruturada em 1922, passando desde então a chamar-se S.A.

No dia 30 de Junho de 1934, Hitler manda assassinar centenas de dirigentes e membros das S.A., entre os quais o seu chefe supremo: Roehm, obedecendo às exigências do grande capital e às pressões do exército. Foi a célebre "noite dos longos punhais".

Farinacci, o chefe da ala populista do partido fascista italiano, é expulso do secretariado desse partido durante o expurgo de 1925-6. Quanto a Balbo, foi posteriormente afastado para a Etiópia, que o fascismo italiano ocupava e dominava como colónia após lhe ter movido uma guerra imperialista.

Manuel Hedilla Larrey, chefe da ala populista da "Falange", foi preso em Abril de 1937; a tendência que ele encabeçava pretendia dominar sõzinha o aparelho de Estado, e opunha-se à unificação dos partidos de extrema-direita, realizada por Franco.

(8) No prefácio ao livro de F. I. Pereira dos Santos, "Un Etat corporatif: la constitution sociale et politique portugaise", 2ª edição, Paris 1940, pags. V-VI, tradução nossa.

(9) António Ferro, "Salazar, o homem e a sua obra", 1933, pags. 73-4, 148.

(10) "Le Monde", 6 de Maio de 1970, pag. 7, 2ª col.

(11) Esta citação, assim como as seguintes, são retiradas do artigo de S. Zenha, "Direcção geral de segurança", publicado na "Seara Nova" de Janeiro de 1970, pag. 1

(12) A imprensa diária noticiou a nomeação para "juiz auditor da Direcção-Geral de Segurança" do p<sup>o</sup>de Saudade e Silva, juiz no tribunal plenário, isto é, o tribunal que condena os presos políticos segundo as penas impostas pela Pide.

(13) "A opinião pública no Estado moderno", Lisboa 1965, pag. 47

(14) João Ameal, "Anais da revolução nacional", vol. III, pag. 67-8

(15) "Discursos", 5ª edição, vol. I, pags. 170-1

(16) A. Ferro, "Salazar...", pags. 22, 24

(17) Ameal, "Anais...", id., pag. 42

(18) id., pag. 218

(19) id., pags. 42-3



- (20) Discurso de 23 de Novembro de 1932, em "Discursos", id., id., pag. 173
- (21) Ferro, "Salazar...", pags. 34-5
- (22) "Discursos", id., pags. 63, 64
- (23) id., pag. 362-3
- (24) Ferro, "Salazar...", 5ª ed. francesa, 1934, pag. 310, ou ed. italiana, 1934, pag. 222; tradução nossa.
- (25) Encontra-se uma curta biografia, aliás bastante má, de Rolão Preto na "Vida Mundial" de 26 de Setembro de 1969, pag. X
- (26) Nota oficiosa de 29 de Julho de 1934, assinada "Oliveira Salazar" e não, como habitualmente, "o presidente do concelho"; em "Anais...", id., pags. 317-9.
- (27) Ferro, "Salazar...", pag. 40
- (28) ver o "Diário de Lisboa" de 20 de Janeiro de 1970; as declarações de Homem de Melo ao "Diário de Lisboa", a 27 de Fevereiro; e a "Vida Mundial" de 27 de Fevereiro.
- (29) Por vezes, na tarefa de arranjar para a social-democracia uma más cara "de esquerda", os dirigentes revisionistas vêm-se obrigados a "analisar" a vida política de modo hilariante; assim, para o "Avante!" (Março de 1970, 1ª pag.), a única razão por que se teria realizado o V congresso da União Nacional fôra "para propiciar a 600 apaniguados do regime uma dispendiosa passeata e estadia no centro de prazeres da burguesia nacional e internacional — o Estoril". Acaso julgarão os dirigentes revisionistas que a burguesia portuguesa é tão pobre que precisa de pedir ao governo que lhe pague viagens à praia?! A tanto têm de descer os nossos cunhalistas, para evitar confessar que, na realidade, a criação da Acção Nacional Popular foi um passo em frente na aliança do fascismo com a social-democracia.



- (20) Diáspora de 23 de Novembro de 1975, em "Diáspora", nº 1, pag. 113.
- (21) Verbo "Salazar", em "Dicionário", pag. 23-24.
- (22) "Dicionário", 2ª edição, pag. 23-24.
- (23) Verbo "Salazar", em "Dicionário", pag. 23-24.
- (24) Verbo "Salazar", em "Dicionário", pag. 23-24.
- (25) Encontro-se uma curta biografia, aliás bastante má, de Rolão Preto em "Vida Mundial" de 26 de Setembro de 1969, pag. 100-101.
- (26) Nota oficial de 29 de Julho de 1974, assinada "Oliveira Salazar" e com habitualmente, "o presidente do Conselho", em "Análise", nº 1, pag. 21-22.
- (27) Verbo "Salazar", em "Dicionário", pag. 23-24.
- (28) Verbo "Ditador de Lisboa" de 20 de Janeiro de 1970, as declarações de nome de Melo ao "Ditador de Lisboa" de 27 de Fevereiro, e a "Vida Mundial" de 27 de Fevereiro.
- (29) Por vezes, na tentativa de apresentar uma social-democracia mas não com "de esquerda", as diferentes organizações vêm-se obrigadas a "falar" a vida política de modo hilariante; assim, para o "Avanço" (Janeiro de 1970, p. 10), a única razão por que se tornaram necessários o V. C. P. e o grupo da União Nacional é para "propaganda" e "propaganda" de "várias" mas uma "dispendiosa" passante e estadia no campo de "propaganda" burguesa nacional e internacional — o "Batalhão". Assim, "organizações dirigentes" visionistas que a burguesia portuguesa é tão pobre que precisa de pedir ao governo que lhe pague viagens à "dieta". A razão não de descer os nos com "crucifixos", para evitar conflitos que, na realidade, a criação da Acção Nacional Popular foi um passo em frente na aliança do fascismo com a social-democracia, "mas" a sua a "realidade", "outra" coisa (2).
- (30) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (31) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (32) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (33) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (34) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (35) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (36) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (37) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.
- (38) "A Nova", 6 de Maio de 1971, pag. 7, col. 101.